

Diário de Lisboa

DIRECTOR — JOAQUIM MANSO

TELEFONES: P. B. X. 2.0271, 2.0272, 2.0273
ENDEREÇO TELEGRÁFICO: DIBOAREDACÇÃO, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO
RUA LUZ SORIANO, 44 e 48 — LISBOAPROPRIEDADE DA RENASCENÇA GRÁFICA EDITOR — JOÃO CHRISOSTOMO DE SA
ADMINISTRAÇÃO — RUA DA ROSA, 57, 2.º NÚMERO AVULSO: 80 CENTAVOS

DESACERTOS

Apesar das acções, atitudes e doutrinas de certos autocratas mais ou menos disfarçados que existem ainda na Europa e no Mundo e que negam aos povos, claro está, os legítimos direitos à liberdade ou às liberdades, a marcha evolutiva das práticas e dos sistemas educativos nos países civilizados cada vez mais reconhecem esses mesmos direitos às crianças e aos adolescentes. Preparam ou tentam prepará-los, a estes últimos, para a liberdade, para as liberdades que aos adultos recusam. Situação verdadeiramente paradoxal, e em que, de facto deveríamos todos meditar. Porque nos encontraremos todos, mais do que nunca, perante a realidade indestrutível duma juventude nada disposta a aceitar não a disciplina necessária e consentida, pura emanação do sentimento da justiça e da tolerância mútua, inato sempre na gente moça; mas as imposições, restritivas duma existência desafogada, duma existência que espontaneamente recusa as violências ameaçadoras e a castigadora opressão de tiranias sociais ou familiares, restos duma barbarie cujos anacronismos repugnam.

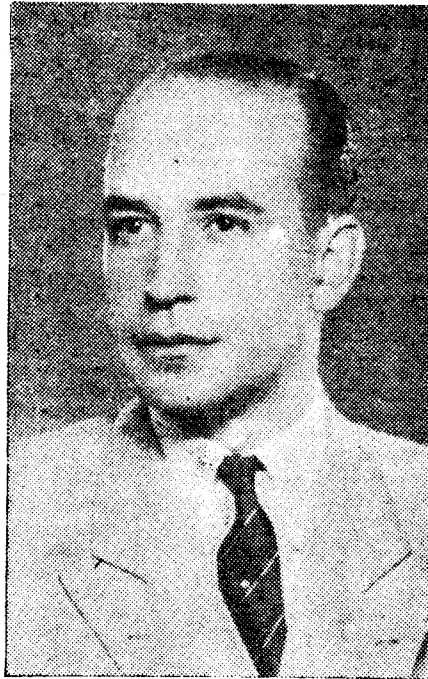
Ainda há pouco tempo, um filósofo contemporâneo, o sr. M. A. Bloch, nos ensinou, com irresponsível argumentação, que a educação moral da infância e da juventude carece de apoiar-se sempre—para ser útil e firme através das inevitáveis mutações da idade e do ambiente—num sistema alicerçado, fundamentado no conhecimento da «psicologia integral das tendências do educando». Conceito exacto, que sintetiza, aliás, quantas opiniões e critérios têm preconizado os pensadores e mestres que ao apaixonante assunto se dedicam e dedicaram, sobretudo desde os fins do século XVIII até aos mais recentes estudos da pedagogia, e que desinteressadamente desejam contribuir para o autêntico progresso da humanidade. Quero dizer: para o progresso e equilíbrio da consciência individual e colectiva, e não apenas para as conquistas e aquisições de ordem técnica ou material, preciosas sem dúvida, não bastantes, porém, à dignidade do espírito e ao completo aproveitamento dessas próprias aquisições e conquistas. Por outras palavras—o que nos falta, em suma, e os educadores e os pensadores pedem e reclamam, é nunca perder de vista uma finalidade superior ao efêmero domínio das «políticas fechadas». Essas, embora o tentem, nunca poderão trazer o menor benefício, dado que nela influam, a educação das gerações que despotam, das gerações condutoras, criadoras e plasmadoras do universo de amanhã.

Quando os filhos tratavam os pais por «vossas excelências», e os pais dispunham do seu destino, contrariando vocações, obrigando-os a desempenhar determinadas profissões, a fazer ou desfazer casamentos, a obedecer em tudo e por tudo à sua teimosa autoridade e cerrando os ouvidos às legítimas preferências das crianças e dos adolescentes, talvez merecessem crédito os estadistas e os políticos que desejam o impossível regresso a esse passado. Mas responda-se a esta singe-

la pergunta:—qual a família da nossa época, rica ou pobre, proletária, burguesa ou aristocrática, onde tais normas e tais hábitos imperem? Quem se atreverá a ressuscitá-las? Ninguém.

A educação nova, os novos processos e métodos educativos triunfam, significam e patenteiam o amor da liberdade. Neles, muito tem que aprender para seu proveito próprio e alheio os adultos de hoje. E se nada aprendem, tanto pior. Perdem de vez o sentido e o caminho do futuro...

JOÃO DE BARROS



ENG. DANIEL BARBOSA

O engenheiro Daniel Barbosa

diz-nos as razões e os objectivos da sua acção enquanto desempenhou as funções de ministro da Economia respondendo às críticas que lhe têm feito

Num momento crucial para a população portuguesa—não havia carne, nem manteiga, nem banha, nem azeite, nem batatas!—surtiu no Governo, à frente do Ministério da Economia, um homem que rapidamente passou a constituir uma esperança, que em pouco tempo se verificou ser uma realidade: o sr. engenheiro Daniel Barbosa. Profissional distinto, com uma vida independente, com um patriotismo, uma clarividência, uma honestidade e uma energia excepcionais, ele enfrentou corajosamente os graves problemas daquela conjuntura. Como jornalista, nunca poderemos esquecer que uma das suas primeiras iniciativas foi reunir periodicamente no seu gabinete os representantes da Imprensa, para ouvir as suas reclamações ou interrogações, e para, através deles, informar completamente o povo do que mais o interessava: o seu abastecimento. Com isso, muito ganharam ele, o Governo e o País.

Era indispensável ouvi-lo, neste mo-

mento, sobretudo porque muitas têm sido as críticas que, em diversos sectores, se têm feito à sua acção como ministro da Economia. O sr. eng. Daniel Barbosa quis ter a amabilidade de nos fazer as seguintes declarações, que se revestem de uma importância excepcional:

O libelo

Vejamos quais foram, em resumo, as acusações feitas nos vários sectores, à acção do sr. eng.º Daniel Barbosa, como ministro da Economia.

1) — No período de 1947/1948, o Governo fez importações desnecessárias, verdadeiramente excessivas, de substâncias alimentícias: autênticas importações massivas, em que utilizou «todas» as reservas de que podia lançar mão; malbaratou divisas, não conseguindo qualquer resultado sensível, isto é: não acabou com o «mercado negro», não baixou o custo da nossa vida, e ainda por cima, e graças a essa importação enorme, fez uma concorrência à produção nacional, prejudicando enormemente a lavoura. Para tanto, não se importou de fazer artificialismo nos preços, com vista a obrigar a lavoura a vender ao desbarato aquilo que produzia.

2) — Fez-se uma política de pura demagogia, procurando-se esconder, sob o interesse aparente de defender o povo, a protecção desmedida que se dava aos grandes monopólios, às classes mais abastadas e à organização corporativa.

3) — As importações, dum modo geral, eram inteiramente dispensáveis, e as restrições foram insuficientes, se olharmos ao desequilíbrio da nossa balança comercial.

4) — O Ministério da Economia é o inteiro responsável pelo aniquilamento da nossa reserva em divisas estrangeiras, entre as quais se contava um depósito importante de moeda forte.

A defesa

O «reu» começou por declarar: — A resposta é dada sobre elementos que colhi entre os meus apontamentos, sem preocupações dum rigor excessivo, mas que servem para demonstrar as conclusões que pretendo apontar. Refiro-me, como é evidente, a um período transitório que terminou em 16 de Outubro de 1947. São afirmações fortuitas que não chegam, sequer, a ter originalidade; foram primeiro lançadas por «pessoas interessadas» na venda dos géneros necessários ao abastecimento do País, e que não viam com bons olhos (e por razões bem evidentes...) as importações que se faziam, e que lhes estragavam aqueles negócios rendosos em que se fartavam de ganhar dinheiro, sem se importarem com o resto. Depois, e em

São proibidas manifestações no dia 31 de Janeiro

O Ministério do Interior forneceu à Imprensa a seguinte nota oficiosa:

«Evidenciados por diversas formas os propósitos sediciosos que estão caracterizando a propaganda da Oposição eleitoral e conhecedor de que se pretenderá aproveitar especialmente, para o efeito, a data comemorativa do «31 de Janeiro», o Governo lembra e confirma todas as recomendações já feitas, que abrangem a rigorosa proibição de qualquer manifestação pública, tanto de homenagem como de protesto, que se intente realizar. Designadamente, não será também permitida qualquer cerimónia ou desfile nos cemitérios, locais impróprios para demonstrações políticas.

As forças da segurança pública actuarão rapidamente para impor o absoluto acatamento destas determinações. A população ordeira deve, por isso, acautelar-se, evitando aproximações ou misturas dos eventuais perturbadores da ordem, cujos dirígidos serão considerados responsáveis pela desobediência e pelos acontecimentos».

(Continua na 3.ª pag.)

O Governo britânico reconheceu de facto o Governo de Israel

LONDRES, 29—O Governo britânico decidiu hoje reconhecer de facto, segundo se anunciou oficialmente, o novo Estado de Israel. Vão realizar-se as diligências necessárias para a permuta de representantes diplomáticos entre os dois países. O informador do Ministério dos Negócios Estrangeiros declarou que a questão do reconhecimento «de jure», será considerada em ocasião oportuna, «à face do estabelecimento das futuras fronteiras do Estado e à situação geral na Palestina».

O reconhecimento de facto—acrescentou o informador—não implica o reconhecimento de determinadas fronteiras. Assim, a decisão do Governo

(Continua na página central)

Este numero foi visado pela Comissão de Censura

O Conselho da Europa

será em breve uma realidade

Como funcionarão os corpos consultivos

e a Comissão Ministerial

LONDRES, 29—A delegação francesa à reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos países signatários do Tratado de Bruxelas não esconde a satisfação que sente em virtude dos resultados, por assim dizer, inesperados, desta reunião. Com efeito, chegou-se a acordo a respeito da criação da Comissão Ministerial e da Assembleia Consultiva da União Europeia. Quer dizer, as objecções inglesas desapareceram de repente.

Visto que se pode criar a Assembleia

Consultiva, terá esta que mostrar a sua utilidade. De facto, os seus poderes dependerão do que valerem os seus componentes. Tiveram, assim, um êxito notável as opiniões manifestadas pela França desde o início desta questão, opiniões que foram apoiadas pelos países da «Benelux». Representa o facto também um êxito para as opiniões públicas destes países, e, convém acrescentar, também para a

(Continua na última pag.)

PEQUENAS NOTÍCIAS

PELA POLÍCIA

DE TESTEMUNHA A QUEIXOSO—O sr. José Alves, Rua Maria Pia, 56, foi convidado a comparecer no Tórel para depor como testemunha. Os corredores estavam literalmente peçados de várias pessoas chamadas a colaborar com a Justiça. Em dado momento, o sr. Alves deu pela falta da carteira com documentos. Não perdeu muito tempo, pois aproveitou a ocasião da sua estada ali como testemunha para se queixar do furto de que fora vítima nos corredores do Tórel...

GRUPOS ONOMASTICOS

O grupo «Marias de Portugal», em comemoração do seu 4.º aniversário, distribui hoje, às 21 horas, na sua sede, Rua do Poço dos Negros, uma distribuição, de donativos a Marias pobres.

FESTA RECREATIVA

O Grupo Desportivo dos Hospitais Cíveis de Lisboa, promove hoje às 22 horas, uma festa, na Casa das Beiras, com variedades, em que colaboram artistas de teatro e da Rádio, terminando com um baile.

REGIONALISMO

Na Casa de Entre Douro e Minho efectua-se, esta noite, uma festa de beneficência, promovida pela sua comissão de melhoramentos.

CONFERENCIAS

O sr. Lester Glass, consul geral do Canadá, fará na quinta-feira, 3 de Fevereiro, às 18 e 30 horas, no Instituto Britânico, uma palestra sobre o Canadá, acompanhada por um filme. —O sr. capitão Sousa Dias faz amanhã, domingo, às 21 horas, uma conferência na Casa dos Estudantes do Império.

Recenseamento eleitoral

Na sede da junta de freguesia do Socorro, instalada na Rua da Mouraria, no edifício do Amparo, está a funcionar o serviço de recenseamento eleitoral, podendo a inscrição dos paroquianos não inscritos fazer-se todos os dias úteis, até ao dia 15 de Março do ano corrente.

Nos meses de Janeiro e Fevereiro esta inscrição pode fazer-se todos os dias úteis, das 10 às 13 e das 15 às 18 horas, e às terças e sextas-feiras, também das 20 às 21 horas, e no mês de Março, todos os dias úteis das 10 às 13, das 15 às 18, e das 20 às 22 horas, até ao dia 15 de Março.

PANORAMA PORTUGUÊS na administração dos hospitais

O sr. dr. Joaquim José de Paiva Correia, que se encontra em Madrid como delegado português ao Conselho Superior de Investigação Científica, faz depois de amanhã, naquela capital, uma conferência sobre o «Panorama português na administração de hospitais». Na sua qualidade de adjunto do hospital Júlio de Matos e como técnico de serviços administrativos—o autor é licenciado em Direito e Ciências Económicas e Financeiras—o sr. dr. Paiva Correia desenvolve e defende o princípio da unidade directiva hospitalar em vigor, fortalecendo opiniões com fatos documentários.

F. Alves de Azevedo

Regressou a Lisboa, a bordo do «Patria», o sr. Francisco Alves de Azevedo que, durante quatro anos, andou por terras de Angola, Índia e Moçambique e que teve a amabilidade, que agradecemos, de nos apresentar cumprimentos.

SÓ TERÁ A IDADE QUE SENTIR!



Há quem conserve como que uma «eterna juventude», enquanto outros envelhecem precocemente. A razão destas diferenças reside, muitas vezes, no mau funcionamento de certos órgãos internos. Se os seus intestinos e rins trabalham bem, sentir-se-á jovem. A «pequena dose» diária de Kruschen exerce uma poderosa e salutar influência sobre todo o organismo, dando-lhe como que «alegria de viver». Os Sais Kruschen vendem-se em todas as farmácias.

DIÁRIO DE LISBOA

O TEMPO QUE FAZ

Tempo provável até amanhã à tarde, segundo previsão do Serviço Meteorológico Nacional:
No Continente: Regiões Norte e central: Céu com algumas nuvens, por vezes limpo. Vento SE fraco a bonançoso. Visibilidade boa. Temperatura estacionária. Região Sul: Céu com algumas nuvens, por vezes limpo. Vento ESE fraco. Visibilidade boa. Temperatura estacionária.

Na Costa: Zona Norte: Céu com algumas nuvens, por vezes limpo. Vento ESE fraco a bonançoso. Visibilidade boa. Estado do mar: encrespado. Zona central: Céu com algumas nuvens, por vezes limpo. Vento ESE fraco a bonançoso. Visibilidade boa. Estado do mar: encrespado a chão. Zona Sul: Céu com algumas nuvens, por vezes limpo. Vento ESE fraco a bonançoso. Visibilidade boa. Estado do mar: ondulação moderada a forte de E.

Temperaturas extremas em Lisboa, hoje: máxima, 17,1; mínima, 7,3. No mesmo dia do ano passado, máxima, 17,0; mínima, 13,0.

PROGRAMAS DE RADIO

EMISSORA—A's 18 e 30, danças; 19, noticiário; 19 e 5, emissão infantil; 19 e 35, música sinfónica; 20, O caso do dia; 20 e 15, «Que quer ouvir»; 21, noticiário; 21 e 15, música; 21 e 35, crítica literária; 21 e 45, serão para trabalhadores; 22 e 30, «Duas gerações»; 22 e 45, música de salão; 22 e 55, marchas; 23, reportagem da sessão promovida pela União Nacional na Liga 28 de Maio, em Lisboa; 23 e 15, marchas; 23 e 20, danças; 23 e 50, noticiário; 0, fecho.

RADIO CLUBE—A's 19, danças; 19 e 30, orquestras; 19 e 45, conjuntos; 20, canções; 20 e 45, jornal; 21, Fantasia; 22, eventual; 22 e 15, palestra; 22 e 35, música brasileira; 22 e 45, danças; 23 e 45, jornal; 0, fecho.

RENASCEÇA—A's 19 e 30, orquestras; 19 e 50, conjuntos; 20 e 30, noticiário; 20 e 40, música portuguesa; 21 e 15, música escolhida; 22 e 15, noticiário; 22 e 30, música sinfónica; 23, canções; 23 e 15, música portuguesa; 0, fecho.

FARMÁCIAS DE SERVIÇO

TURNO M—Leal de Matos—R. Neves Costa, 33-35 (Carnide) (Tel. 58181); Sousa—Estrada de Benfica, 429-431 (Tel. 58027); Prates & Mota—Rua da Beneficência ao Rego, 91 (Tel. 73728); Central do Lumiar—Rua do Lumiar, 77 (Tel. 79390); Ascenso—Bairro da Encarnação, Rua 19; Bentosinho—Av. de Oscar Monteiro Torres, 38-A (Tel. 74920); Avenidas (Das)—Av. da República, 27-A (Tel. 42532); Figueiras—Av. do Marquês de Tomar, 20 (Tel. 44995); Palma—Avenida do Duque de Avila, 25-31 (Tel. 47088); Oliveira Viegas—Rua de Viriato, 27-27-A (Tel. 48966); Ducal—Avenida do Duque de Loulé, 19 (Tel. 48946); Vieira Borges—

TRÊS BRUXAS DE ALMADA

foram presas quando tinham presentes 26 pessoas para «consulta»

ALMADA, 29.—Pela G. N. R. de Almada, orientada pelo comandante do posto, 2.º sargento sr. Dias Alves, foram capturadas, em flagrante, Amélia Amaral, viúva, de 35 anos, residente na Avenida da Fundação, a Cova da Piedade; Noémia de Almeida, casada, de 45 anos, residente no sítio do Pombal; e Ester da Conceição Dias, casada, de 45 anos, residente no Cacem, concelho de Sintra, quando, as três reunidas, em casa da primeira, davam consulta a 26 pessoas dos dois sexos, por meio de bruxedos. As autoridades averiguaram que o preço da «consulta» era de 750\$, cada, e que os «tratamentos» variavam entre 100\$00 a 400\$00. As três mulheres foram enviadas ao tribunal e os «clientes», detidos, foram ouvidos no posto da G. N. R. Mais foi apurado encontrarem-se duas pessoas sofrendo de doença mental, que se atribui a tais «curativos».

Exposição de fotografias sobre a vida inglesa

Abriu esta manhã, na sede da Associação dos Estudantes da Faculdade de Ciências, uma curiosa exposição de fotografias cedidas pelo Instituto Britânico. Trata-se de uma colecção de aspectos muito interessantes sobre moderna e antiga arquitectura, panoramas e paisagens, «ballets» e tudo o mais que reflicta a vida inglesa, como valor artístico e turístico. A exposição estará patente, até segunda-feira, das 10 às 17 horas.

Morte de um erudito espanhol

MADRID, 29.—Faleceu nesta cidade o acadêmico de História e de Jurisprudência Felix Llanos Torriglia, que deixa várias obras de investigação histórica. No diário «A B C» escreveu muito sobre Portugal. Era sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e da Sociedade de Geografia de Lisboa, possuindo a Grã-Cruz de Cristo.—(Efe).

Vestidos

Lindos modelos estrangeiros, em malha de lã, finas cores, a Esc. 150\$00. Blusas, Casacos, Pull-overs, a preços irrisórios. **PRAÇA DOS RESTAURADORES, 13 SALA 81 — Telef. 3 0876**

Tribunais

Supremo Tribunal de Justiça Militar

O Supremo Tribunal de Justiça Militar, reuniu-se sob a presidência do almirante Botelho de Sousa, que tinha como vogais os srs. generais Viegas e Pereira Lourenço e almirante Mesquita Guimarães, para apreciar o recurso interposto pelo caço mecânico Gabriel dos Santos Gomes, que na 1.ª instância foi condenado, no segundo julgamento em 20 anos de degredo, como autor dos actos de sabotagem ocorridos há tempos no campo de aviação da Granja do Marquês, em Sintra.

Nos debates intervieram, como promotor, o sr. coronel Pompeu Lobo de Sousa, e como advogado de defesa o sr. dr. Armindo Barata. Fin. os debates, o tribunal reuniu-se para deliberar e confirmou a sentença.

O condenado vai ser entregue às autoridades civis, a fim de ingressar na Cadeia Nacional.

Serviu de juiz auditor no processo o sr. conselheiro Clemente Pais Sequeira.

Condenados por furto

No 1.º Juízo Criminal foram julgados Laureano José Bernardo, «O Lampeão», Adriano Pinto de Carvalho e António Ferreira Volga, acusados de vários furtos por arrombamento e chave falsa, sendo os queixosos, em numero de 45; e Maria Celeste de Sousa, Emília da Conceição Rodrigues, Rosalina Teixeira, Domingos Sá Faria, Angelina da Silva, estes acusados de encobridores. Foram condenados: o primeiro, em 7 anos e meio de prisão maior, 3 anos de multa a 15\$00 por dia e 1.000\$00 de imposto; o segundo, em 4 anos de prisão maior, 3 anos de multa a 15\$00 por dia e 1.000\$00 de imposto; o terceiro, em 18 meses de prisão correcional e 1.000\$00 de imposto; o quarto, em 18 meses de prisão correcional, 10 meses de multa a 15\$00 por dia e 1.000\$00 de imposto; o quinto e o sexto, absolvidos; o sétimo, em 3 meses de prisão correcional, 1 mês de multa a 15\$00 por dia e 1.000\$00 de imposto; o oitavo, em 3 meses de prisão correcional, 1 mês de multa a 15\$00 e 1.000\$00 de imposto.

Inauguração de melhoramentos no Norte do País

PORTO, 29.—(Pelo telefone).—No «rápido» chegou esta tarde à estação das Devesas o sr. subsecretário de Estado das Obras Públicas, que ali era aguardado pelo chefe do distrito e outras entidades. Aquele membro do Governo seguiu imediatamente para Cete, onde foi proceder à inauguração duma ponte próxima a Paço de Sousa. Amanhã presd'rá nesta cidade a inauguração solene do novo edifício da Junta de Freguesia de Massarelos e, durante a sessão que ali se vai realizar, concederá em nome do sr. presidente da República os srs. capitão Manuel dos Santos, Manuel de Melo Adriano e António Jorge de Oliveira, respectivamente, presidentes das juntas de freguesias da Sé, Aldear e Lordeo, que receberam as insígnias de oficial da Ordem de Benemerência por já ocuparem aqueles lugares há mais de dez anos.

Quadrilha de gatunos presa pela Polícia

A Secção de Justiça da P. S. P., que iniciou nova ofensiva contra a gatinagem, prendeu outra quadrilha de larapios constituída por Joaquim Justiniano Nunes, Jorge da Silva, Romão Moraes da Silva e João Viegas Faria, todos com prisões por furto e vadiagem.

A actuação desta quadrilha fez-se sentir nalguns bairros da cidade e em varias localidades da linha de Cascais e do concelho de Loures.

Da farta colheita efectuada pelos referidos gatunos, constam os mais variados artigos de uso domestico, especialmente rouνας, cujo valor ascende a milhares de escudos. Os artigos furtados foram, na sua maioria, apreendidos e entregues aos queixosos.

Os presos seguiram para a Polícia Judiciária, juntamente com os artigos, que ainda não foram reconhecidos.

FOI PRESO UM BURLÃO que se havia evadido da cadeia

FERREIRA DO ALENTEJO, 29.—Noticiamos, há dias, a prisão de um indivíduo que, pelo processo do «conto do vigário», burlara um industrial desta vila. Segundo investigações posteriores, as autoridades averiguaram que o verdadeiro nome do preso é Luís Francisco da Costa, conhecido pelo Luís da Linha. É casado, paneiro e natural de Alcaçer do Sal, sendo conhecido como perigoso bandido, pois andava evadido da cadeia, onde se encontrava por ter sido condenado na pena de 28 anos, pelo crime de roubo e assassinio no concelho de S. Tiago de Cacem. Já deu entrada na cadeia de Beja.



ROSSINI
IL RISTORANTE ITALIANO DI GRANDE CLASSE

● OPTIMA COZINHA
● INEXCED. VEL. O SERVIÇO
BANQUETES • COCKTAILS

Rua dos Cretanos, 21-Tel. 30566

LIGA NACIONAL Electro-Agrária

Reuniu-se a assembleia geral da Liga Nacional Electro-Agrária, que elegeu para o conselho de administração as seguintes entidades: Camara Municipal de Alenquer, Grémio da Lavoura de Loures, Companhias Reunidas Gás e Electricidade, União Electrica Portuguesa e Monteiro Gomes, Lt.ª. Na mesma reunião, foram aprovados o relatório e contas apresentados pelo conselho de administração.

PARA UM TUBERCULOSO

Para acudir a um chefe de família tuberculoso, a favor de quem fizemos um apelo, recebemos e agradecemos os seguintes donativos: 20\$00, de uma anónima amiga dos pobres e doentes; 20\$00, de Paulo Gil; 20\$00, de uma anónima, «por alma dos seus queridos e bons pais»; 100\$00, de C. E.

VIDA ARTISTICA

Exposição Sur-realista

Na Rua Nova da Trindade, 25, está aberta até segunda-feira, 31, das 15 e 30 às 20 horas, a interessante exposição artística do Grupo Sur-realista de Lisboa.

As declarações do eng. Daniel Barbosa

(Continuação da 1.ª pág.)

quem os erros que pratiquei, acho-o de inteira justiça, que não pretendo ter passado isento deles, nem muito menos ter obra realizada que os possa confundir no esquecimento; mas que se desvirtue a verdade, que se apresentem factos ou razões que conscientemente se sabe não terem cabimento, que se façam insinuações, e — o que é mais desleal e ainda — se distingam habilidosamente certas frases que foram ditas com determinado fim, para se chegar a um fim completamente oposto, não são atitudes que recomendem quem as têm, nem tão pouco a causa que com elas se procura defender. Há sempre um mínimo de decência e de elegância, de «fair-play» desportivo, para atacar honestamente. Um adversário leal, correcto, que não deturpa a verdade para pôr o seu ponto de vista, só pode merecer respeito; no caso contrário, não causa senão desinteresse; e se não tem hesitações em caminhar pela mentira, envolve-se no desprezo da gente honesta que o leu ou que o ouviu.

E, entrando no assunto em causa: —Um erro grave está em supor-se que o Governo foi uma espécie de agente importador, com escritório aberto em pleno Terreiro do Paço; o que é certo é que, só a excepção da compra directa da carne congelada e das gorduras, e da sua intervenção na aquisição do trigo e do milho exótico, a acção do Governo não foi senão de puro e mero «controle», quanto a quantidades, qualidades e preços. O arroz, o açúcar, as batatas, por exemplo, foram importados pelos habituais negociantes, havendo da parte do Governo uma intervenção reguladora, somente. Fica, assim, plenamente demonstrado como é inconsciente e dar-se a entender que o Governo se tinha substituído à sua acção —porque quem negociou foram eles e eles quem sofreu as contingências do negócio; deles era também o dinheiro necessário à transacção; e digo isto com vista a tantos quanto julgam que para as importações que fizemos tínhamos a nossa ordem, no orçamento do Estado, verbas e verbas importantes, que avidamente sugávamos em prejuízo do resto. O dinheiro pertencia a quem fazia a importação, e nada mais. O próprio fundo de manio que teve de existir para certas transacções de que, depois, os interessados na distribuição ou na compra cobriam ao receber os seus produtos, as quantias necessárias para atender aos prejuízos que fomos obrigados a sofrer (e de que adiante falaremos), não foram buscar ao orçamento do Estado um simples meio tostão que fosse: nunca se recorreu a ele, nunca dele se recebeu qualquer auxílio, portanto.

A importação de substancias alimenticias

Começamos por falar dos alimentos importados:

—Quem olhar aos numeros que têm caracterizado a tonelagem das substancias alimenticias importadas nos ultimos vinte ou trinta annos, poderá concluir facilmente que não há possibilidades de qualquer lei interpretativa para o caso, não só pela própria razão dos motivos que o condicionam, como, até, pela irregularidade que caracteriza, no mercado, o lançamento dessas importações; influem, quantas vezes, no abastecimento dum ano as importações feitas no ano antecedente. Foi o caso, por exemplo, de parte da carne congelada, da manteiga, do arroz e do açúcar que, importados em 1947, forneceram os mercados de 1948. Nos annos de 1944, 1945 e 1946, começa-se a marcar nitidamente uma tendência de aumento que, ano a ano, mais se vai acentuando; isto é francamente compreensível, se attendermos ás circunstancias existentes e á necessidade imperiosa de suprir as necessidades do mercado, mal as condições exteriores o permitiram; estas começaram a abrir-se pouco a pouco, depois do fim da guerra, para atingir facilidades mais vastas nos fins de 1946, principios de 1947; e sob este ponto de vista, este ano se tem de considerar «muito especial», dado que não só foi um ano em que, finalmente, se conseguiu estudo o que nos era preciso (e dar portanto, e finalmente, satisfação a tudo) quanto a Oposição exigia do Governo em fins de 1945...), como foi aquele em que o Governo acabou com o «mercado negro», fez «stocks» esgotados, conseguiu disciplinar uma parte importante do comércio quanto a quantidades e preços.

Uma observação a registar: —Creio que o País inteiro, a massa dos consumidores, não duvidará que, se havia possibilidades de dinheiro e se havia possibilidades de obtenção de géneros, melhor foi ter importado aquilo que lhes facilitou a sua vida, de que continuar como se estava quando, embora tendo dinheiro, não tinhamos onde comprar.

Depois, o nosso entrevistado prosseguiu o seu relato:

—Aumentando a população, não estando ainda corrigidos certos desfavores do nosso território (e para o efeito se trabalha nos aproveitamentos hidro-eléctricos e hidro-agrícolas que todo o País sabe estar em pleno desenvolvimento) tendo o «ano mau» constituído a grande preocupação dos lavradores e do Governo, não seria de esperar que o ano de 1947 fosse precisamente «aquele» em que se conseguissem milagres na importação dos alimentos. Repito, neste momento, o que já disse um dia: «Creio que não será exigir muito da memória dos que me escutam o pedir-lhes que recordem, por um momento, a situação que viviamos no campo dos abastecimentos, quando o Governo, pela melhoria das condições internacionais, se viu em condições de lançar o ataque que lançou contra a especulação que nos assolava, podendo tomar medidas de carácter geral que anteriormente se não teriam tornado possíveis: tabelas que não se cumpriam, géneros a escassear no mercado, racionamentos em atraso, especulações desmedidas, tudo se juntava para agravar o dia a dia da vida de cada um, criando-se uma situação que longe de ser proveniente dum sacrificio que os superiores interesses da Nação justificassem, resultava em grande parte duma desmoralização no comércio e da ambição, sem limites, duns centos de maus portugueses». Julgo que haverá ainda quem concorde, no meio de tanta gente que com isso sofreu, que não há palavras de exagero naquilo que afirmo; creio, por outro lado, que ninguém interpretará as afirmações que fiz como a critica dum ministro a uma atitude do Governo, no reconhecimento de erros a que não cabia desculpa. A simples frase «quando o Governo, pela melhoria das condições internacionais, se viu em condições de lançar o ataque que lançou contra a especulação que nos assolava, podendo tomar medidas de carácter geral que anteriormente se não teriam tornado possíveis» demonstra o reconhecimento «de facto» da impossibilidade em que o Governo estava, por condições que lhe eram estranhas, para resolver o assunto.

O «mercado negro»

—Evoquemos o famigerado «mercado negro»:

—É claro como água que o «mercado negro» só existia «pela falta de géneros no mercado», e é evidente, também, que um Governo só por ter culpa da existência dele, se, tendo possibilidades de compras, as não sabe aproveitar como se impõe. As primeiras nunca nos faltaram e, pelo contrário, até, e graças a uma politica financeira modelar que o País fica devendo a quem dela é responsável, foram-se acumulando, de modo a permitir-nos resolver com elas estes e outros problemas que tanto interessavam á Nação. As segundas só então nos apareceram, quando os governos interessados começaram a transigir na cedência dos géneros de que tanto precisávamos: e se nem sempre é fácil mandar na nossa própria casa, é com certeza mais difficil mandar na casa dos outros...

O certo é que ainda hoje, como ontem, posso marcar este extraordinário paradoxo: «aqueles que incitavam á revolta, pelo facto do Governo «não» tomar providencias, immediatas e energicas, para baratear a vida e facilitar a alimentação das classes mais carecidas, aqueles que então apontavam como inúteis as nossas reservas cambiais, por as não applicarmos na importação do que tanto era preciso, passaram a atacar o Governo quando viram que, logo que este dissesse dos meios, não demorou em resolver aquilo por que tanto diziam pugnar. Não podendo negar que a situação melhorava, que se regulava a distribuição dos géneros, que se facilitava o abastecimento, que se combatia eficazmente o «mercado negro», não podendo negar a psicose da baixa, e sentindo fugir-lhes, portanto, o terreno que queriam ver mantido, para apoio da sua propaganda, passou-se a atacar o processo, a criticar a acção governativa...» Faço uma pergunta, unicamente: é honesta esta attitude? Seja o País quem responda, e nassemos á frente.

E continuou:

—A importação das substancias alimenticias no ano de 1947 não excedeu, de resto, em mais de 14,5 % (e olho, já, aos numeros corrigidos), a tonelagem importada no ano de 1946, e tão pouco se marca com um aspecto esporádico, isolado, na composição da nossa balança comercial; não «rompeu», com efeito, a sua posição relativa, antes até a percentagem, que representa em toneladas, foi inferior ás dos annos de 1942, 1944 e 1945, igualando a de 1946, e excedendo muito ligeiramente a de 1943. Acompanhou por si própria (e conclusão semelhante se tira, se olharmos aos seus valores em escudos-ouro) a evolução geral da nossa importação. De resto, não esqueçamos que é sempre perigoso pegar em numeros estatísticos e querer avaliá-los em valor absoluto, muito mais quando se referem a um caso particular, como é o da importação das substancias alimenticias: os motivos que o condicionam —épito— a irregularidade com que se lançam no mercado os produtos importados impõem uma reserva cautelosa na sua apreciação.

A carne congelada

O sr. engenheiro Daniel Barbosa examinou, então, com minucia, o problema, para se ver até que ponto, as importações realizadas, se podem considerar excessivas, ou «massivas», se devem encerrar desnecessárias, e seryram, ao Governo para arruinar a produção nacional,

concorrendo com ela em quantidades e em preços.

Começou pela carne:

—Segundo numeros officiais, e reputando como normal o consumo efectivo de carne que se registou no continente no ano de 1940 (30.711 toneladas, das quais 8.744 couberam a Lisboa) seria de prever que, em 1946, as nossas necessidades se medissem por valores nunca abaixo de 33.200/33.300 toneladas, nas quais se deviam incluir pelo menos, 9.600 para a capital. O consumo de 1946 não ultrapassou, porém, as 21.722 toneladas, cabendo a Lisboa 3.153; estávamos, assim, perante um «deficit» que, em média e em numeros redondos, se podia representar para o continente e para a capital por, respectivamente, 11.500 e 6.500 toneladas. As consequências todos as mediam: dificuldades enormes em adquirir carne de qualquer espécie, impossibilidade de fazer cumprir tabelas que vigoravam, nenhuma vantagem interessante para o fomento pecuario, incitação ao abate clandestino e inevitável situação de bons proventos para o intermediário e para o especulador. A produção nacional era manifestamente insufficiente para suprir as necessidades do mercado; tentar repor portanto, neste, uma parte desse «deficit», pelo menos, seria com certeza um passo ajuizado, e necessário até, para terminar com as farras existentes e os graves inconvenientes que dia a dia acarretavam.

Palavras de justiça que só ficam bem a quem as pronuncia:

—O ministro que me antecederá procurara, e conseguira finalmente, adquirir no estrangeiro a carne que faltava, evidenciando para isso os maiores esforços nos centros produtores do Brasil, da Dinamarca e da Argentina; só as dificuldades que de início nos puseram o «International Emergency Food Council» e o «Combined Food Board», junto ás dificuldades internas de fornecimento, como aconteceu com o Brasil, impediram que mais cedo consumissemos carne congelada. O País só tem de estar agradecido pela persistência que mostrou e pelos inevitáveis desfechos de resolver o problema logo que lhe foi possível; não tivesse sido assim, e só muito mais tarde se teria conseguido aquilo que depois se conseguiu. Esquecer isto é injusto, tanto mais que o dr. Supico Pinto abandonou o Governo exactamente no momento em que os resultados se começavam a colher: vivera, até então, momentos difficilimos em que mil dificuldades se foram acumulando, teve de lutar contra uma série de adversidades em que a natureza e o homem pareciam ter-se apostado num programa de arrelias, e trabalhou num ambiente cheio de hostilidade, para que muito contribuíram aquelas que hoje criticam o Governo por ter resolvido a contento o problema do abastecimento nacional. E isto que referi quanto á carne, se pode dizer das gorduras, das batatas, do trigo, etc.; tudo fica a demonstrar, portanto, uma orientação governativa, e não deixa assim subsistir a ideia de solução de continuidade na orientação do Governo pela simples mudança de ministros: elementos de passagem que, num determinado momento, podem ser chamados a traduzir na acção a orientação geral que vem de cima, e que se mantém independente das pessoas que sobram a pasta da Economia, ou de qualquer outro departamento do Estado.

—Mas voltamos ao caso da carne congelada...

—O «deficit» para o abate no ano de 1946 foi de 11.500 e 6.500 toneladas para o continente e para a capital, respectivamente. Em numeros redondos importámos desde Dezembro de 1946 a Fevereiro de 1948, 13.850 toneladas de carne congelada, mas, desta totalidade, só 7.300 se consumiram no País em 1947, ou seja o correspondente a menos de 64 por cento do «deficit» geral que apontei. E como das 6.500 toneladas que faltaram em Lisboa só se cobriu, do mesmo modo, qualquer coisa como 5.000 (seja 67 por cento do «deficit» referido) avalia-se da discricção como esta distribuição foi feita e da «razão» que assiste ao afirmar-se que ela se fez para além de todo o limite que fosse justo e razoavel. O restante foi reserva que ficou a garantir a cobertura das necessidades no ano de 1948, como já 332 toneladas se tinham destinado ao de 1946.

FUNGOCITE

Preservativo de madeiras, tonas, etc., contra todos os ataques de micro-organismos ANIMAIS (termite, ou formiga branca, carunchos, etc.) e VEGETAIS (fungos, etc.)

PODE ser utilizado para combater a doença em obras já atacadas

Nas cores: Verde, Incolor e Castanha

A VENDA NAS BOAS DROGARIAS

Agentes Geraes para o Império Português

MARIO COSTA & C., LTD.

PORTO — Rua do Almada, 30. 1.º

LISBOA — Rua Ferregial de Baixo, 31. 1.º

Telef. 23571

Telef. 24343

ÁGUAS DE CARVALHELOS

MINERO MEDICINAIS E DE MESA

O nosso entrevistado abordou, em seguida, outro ponto:

—A distribuição da carne congelada não se praticou de tal modo que fizesse concorrência á lavoura nacional: a carne que importamos só era distribuída para consumo, quando as ofertas de gado vivo não satisfiziam os mercados, o que imediatamente se sentia pela tendência marcada para a subida dos preços. Logo que vimos ter a reserva precisa, pararam-se imediatamente as compras, e pode lembrar-se, até, que os ultimos créditos abertos para a sua efectivação não foram além de Agosto de 1947. O País que diga se viu ou não resolvido, deste modo, um dos problemas mais graves que o afligiam, dado que se conseguiu (e ninguém o poderá desmentir) a regularidade dos preços num nível acessível á grande massa dos consumidores, sem de qualquer modo se afectarem as fontes de produção; sempre se procurou fazer essa estabilização á volta de preços considerados compensadores para a actividade interessada, e organizou-se o comércio interno, disciplinando o abate e o consumo, através das comissões de abastecimento de carnes, órgãos colectivos em que sempre participaram os representantes da lavoura, que se mostraram inteiramente concordes com os processos adoptados. Regulamentámos os preços de venda que existiam e constavam de tabelas, mas preços que o consumidor não conseguia praticar, pela falta de ofertas que se vinha notando francamente, e sem que daí adviesse qualquer beneficio sensível para o produtor de gado; nunca lhe podiam as medidas que se tomaram acarretar prejuizos, visto que a lavoura sempre afirmou em unisono que só o intermediário lucrava com o «mercado negro» que havia no País. Desde a interferencia da Junta Nacional dos Produtos Pecuários no problema do gado bovino e ovino, interpondo-se entre o lavrador e o negociante, para evitar o aviltamento dos preços, até a politica definida para as lãs nacionais, com a garantia da aquisição em sistema de warrantagem, sempre o lavrador, por seu lado, sentiu a preocupação do Governo em não o deixar cair. De lamentar foi o ambiente nocivo de conselhos duvidosos que especuladores de dinheiro ou da politica pretendiam manter á sua volta, e que comprometiam, em prejuizo do próprio lavrador, o exito de medidas que só visavam á sua protecção. Mas a verdade é que sempre, aqui, vi juntos, a difficultar a acção interventiva do Governo, o especulador e certos agitadores politicos; que a nenhum convinha (e por isso se irmanavam) a melhoria das condições que o Governo ia criando ao País; pelo dinheiro, uns, por uma orientação politica, outros, Deus os juntou no mesmo rol, e a Nação que os reconhecia como os seus mais desleais e prejudiciais inimigos.

Uma lamentação:

—Pena é que a critica se não faça sobre numeros que os serviços responsáveis lhe forneceriam, com certeza, e que o Ministerio da Economia, que me lembre, nunca negou a alguém. Simplesmente, se pegassem nesses numeros com objectividade e criterio, a critica não podia ser feita; e vá então de usar um monte de palavras ócas, que não chegam para convencer quem deseja avaliar bem daquilo que se passou, e que não conseguem também lançar no esquecimento aquilo que se conseguiu, a quantos neste País tinham de comprar carne para sustento dos seus!

—Mas «haver um prejuizo com a carne que importamos?»

—Essa é uma verdade que nós nunca escondemos: cerca de 40 mil contos na sua totalidade, até Junho do ano que findou: menos de um centavo, por habitante e por dia, que foi quanto custou a cada um o ter garantida a carne ao preço das tabelas fixadas, de acordo com a lavoura e com interesse para o consumidor.

A importação de gorduras animais

Passamos depois a outro capitulo:

—A produção nacional não supria a enorme falta de banha, de toucinho e de manteiga com que o País lutava; atravessámos, em consequencia da guerra, um periodo de carencia de gorduras, com grave risco para a saúde publica, e dificuldades sem conta para o preparo da alimentação do mais modesto que fosse. Era a repercussão, entre nós, do problema que affligia a Europa e que, como é evidente, constitua para o Governo uma das maiores preocupações. Estou convencido que se não torna necessário ir buscar aos fisiologistas a justificação da gravidade que apontei: sentia-a cada um na sua casa, com uma acuidade de que, de certo, ainda alguns se lembrarão.

—A produção do azeite...

—Não fora sufficiente para ajudar á solução do problema, e o seu racionamento girava em volta de pequenas quantidades, que para mais não dava a fraca produção que tivemos. Consequencia: «mercado negro» no azeite, «mercado negro» nas restantes gorduras animais. Tentámos importar algum azeite do estrangeiro, e só da Espanha nos surgiram pequenas possibilidades, mas que se traduziam num custo de cerca de 50\$00, por litro (contra os 30\$00 ou 35\$00 por que o azeite se encontrava em «venta livre»). A importação de 1.200 mil litros acarretava um prejuizo de cerca de 42 mil contos, se o quisessemos vender á volta de 15\$00, na ideia de combater o «mercado negro» de que o consumidor tanto se queixava, e que a op'sição apresentava ao Governo como um problema que este não era capaz de resolver. Simplesmente, as vantagens praticas dessa importação podiam considerar-se «nullas»: com efeito, aquella quantidade não permitia outra coisa do que passar a capitação mensal

(Continua na página seguinte)

Novidade Literária

Cinco Sentidos

por

Pedro Mayer Garção

Em todas as livrarias

As declarações do eng. Daniel Barbosa

(Continuação da pág. anterior)

de 3 decilitros para meio litro, nos distritos não directamente abastecidos; e isto única e exclusivamente durante o curto espaço de um mês. Quer dizer: não resolveríamos o problema «em quantidades» e não poderíamos, portanto, dar o golpe que se impunha no «mercado negro» das gorduras, de modo a conseguir evitar os preços que corriam; o processo deveria ser, portanto, outro: tentar abastecer o mercado com outras gorduras que faltavam, de modo a tornar mais dispensável a utilização do azeite, enquanto o da nova colheita não viesse permitir novos rumos a este caminho difícil.

E pormenorizou:

—Limitados, de momento, ao oco de mendôbi de que dispunhamos, a orientação lógica era importar do necessário aquilo que nos fosse possível; e vieram a manteiga, a banha e o toucinho, nas quantidades de cerca de 3.730, 84 e 1880 toneladas, respectivamente, desde Dezembro de 1946 a Junho de 1948. O consumidor pôde começar a dispensar, em parte, o «mercado negro» do azeite, ou doutra qualquer gordura, o que imediatamente provocou a baixa dos seus preços, baixa que a fiscalização ecentuou, libertando a periferia dos mercados, o transporte das pequenas quantidades, e caindo a fundo nos grandes centros fornecedores. Pudemos ir manjando, depois, as reservas existentes, aumentando as capitulações, gradualmente, e conseguir entrar, sem perturbações nem corridas para «stocks», na plena libertação do azeite, quando a produção nacional o permitiu. Tivemos, com isto tudo, um prejuízo que, até meados de Junho passado não deve ter ido além de 47 mil contos; quase o mesmo com que promoveríamos aquela ligeira melhoria durante o curto espaço dum mês e que assim pagou a solução «total» para o problema da carencia das gorduras, que era preocupante, na verdade. Aqui vai, praticamente, outro centavo por habitante e por dia, a pagar a possibilidade de encontrar no mercado quanto azeite se quisesse a 13550 o litro, em vez de ter de o pagar a 30500 ou mais; e de ter igualmente podido comprar, nas quantidades que se quisesse também, e sem ser no «mercado negro», a banha, o toucinho e a manteiga de que se precisava.

Um comentário risonho:

—Bem sei que se poderia ter poupado tudo, e com isso estariam «plenamente de acordo» todos quanto, pelo menos, estavam amealhando fortunas à custa das necessidades do povo: os que abastiam clandestinamente, os sonegadores do azeite, os elementos do «mercado negro», enfim, todos quantos, por interesse material, combatiam estas medidas do Governo, na mesma ordem de ideias em que certos políticos da Oposição às combatiam, para puxar a «brazza à sardinha» que representava o seu interesse. Bastaria para tanto, não ter abastecido o mercado, deixar perdidas as possibilidades de fornecimento que tivemos, deixar paradas nos cofres as divisas existentes, ter procedido ao contrário daquilo que, por exemplo, se exigia tenazmente nos comícios e entrevistas da campanha eleitoral de 1945; —ter finalmente deixado subir, ainda mais, o custo da nossa vida. Os consumidores modestos que constituem a grande massa do País, aqueles que não têm senão o seu trabalho para sustento dos seus, que agradeçam a esse sector oposicionista a solução «perfeita» que hoje preconiza mas que, por ser uma solução negativa, não tinha qualquer interesse para o Governo.

Um aspecto que é necessário destacar:

—Não se pode falar, em tal caso, de igual modo, numa concorrência à produção, visto que nunca se desceu abaixo dos preços das tabelas que estavam em vigor; não creio que o momento fosse o mais azado para tratar de aglunias revisões (que logo que foi possível se fizeram), de modo a dar à lavoura um rendimento maior e proveitoso, exactamente quando o País se debatia, como se disse já, com a carencia das gorduras e com o «mercado negro».

A manteiga

Uma referência à mais apreciada substância gordurosa: a manteiga:

—Como dizer que se importou em excesso manteiga da Argentina? Toda a manteiga importada, e que se distribuiu no País desde Dezembro de 1946 até agora (durante 23 meses, portanto) cobria unicamente o consumo nacional durante 7 meses. Ontem, por exemplo, tivemos de importar toucinho e banha para o abastecimento do País; hoje temos na nossa produção as quantidades precisas. Porque se não discutem as medidas que então se preconizaram, e se critica «sobre elas» o desinteresse notado, neste campo, para com a lavoura do País...? Tivemos muitas contradições que nos foi preciso vencer: destaque, entre elas a propagação acintosa que senti quando percorri o Alentejo, que junto do lavrador procurava desinteressá-lo da aplicação dessas medidas, criando-lhe no espírito a confusão e o receio da não colocação do seu gado, de modo a obrigá-lo a uma transacção mediata, em que tinha fatalmente de perder. E muitos perderam mesmo. Pergunta-se: quem a fazia? A oposição ao Governo, como é evidente, fosse ela constituída por certos comerciantes, de gado, fosse ela constituída por certos mercadejantes da política.

O caso da batata

Outro problema muito discutido—o da batata:

—Já em 1946, e entre Lisboa e Porto, se consumiram cerca de 27.600 toneladas de batata estrangeira, nas 104.200 da totalidade que representa este consumo; cerca de 36 %, portan-

to. Em 1947, numa totalidade de consumo que chegou às 115.300 toneladas, 52.900 couberam à que do estrangeiro importámos, cerca de 46 %, portanto (números já corrigidos). De Outubro de 1946 a Janeiro de 1947, inclusive, consumiram-se 42.300 toneladas de batata importada, e de Fevereiro de 1947 até Outubro do ano que findou (limite dos apontamentos de que disponho) não creio que tivessemos consumido muito mais de 43.600: mais 3 % somente. Creio que haverá ainda quem recorde o preço por que a batata se vendia, 5500 e 6500 por quilo, e mesmo mais; a produção nacional, nesse momento, não podia suprir as nossas necessidades, e o consumidor, sem qualquer interesse para a produção, não aguentava os preços exigidos: impunha-se, portanto, fornecer rapidamente o mercado nacional, até que a batata da nossa produção viesse a poder cobrir as suas necessidades.

—O que se fez, portanto?

—Em Março de 1947, lançámos no mercado de Lisboa quase 12.600 toneladas, e no Porto mais de 9.700 (contra os máximos de 8.000 e de 7.700, que, respectivamente, veio neles em Dezembro de 1946). A produção nacional estava muito longe, repito, de satisfazer as necessidades do mercado, como se pode ver pelos números com que se representa, por exemplo, nos três meses anteriores, para Lisboa, 316 toneladas, 332 e 367, em Dezembro, Janeiro e Fevereiro, respectivamente; para o Porto 36, 14 e 97 nos mesmos meses, respectivamente, também. E não se pode dizer que fosse o mercado quem a repelisse, dado que os altos preços existentes, eram a indicação segura da carencia que existia, de como a «oferta» estava francamente abaixo da «procura». E em Março de 1947, quando se deu o golpe de misericórdia nesses preços com que a lavoura não lucrava (e a sempre muito pronta e honestamente o afirmou), vemos menos de 200 toneladas em Lisboa, menos de 5 no Porto, a representar a nossa produção. Assim se resolveu um problema bem sério e afilivo, já na conferência da Imprensa de 9 de Abril desse ano foi possível falar-se na baixa substancial que se obtivera. Querem negá-lo agora? Estão no seu pleno direito, visto estar de sobejo demonstrado que em certos sectores da Oposição, todas as fantasias se admitem, quando se quer atingir um certo fim. O pior é se o perguntam aqueles que ainda se recordam do preço por que a batata se comprava, e do preço por que ficaram a encontrá-la, depois; são capazes de levar um desmentido, e, então, perguntamos nós: não será um bocadinho de exagero querer levar tão longe esta campanha de desrespeito pela verdade?

Resposta a outros comentários:

—Pode dizer-se, ainda: só uma vez mais, no Porto e durante o mês de Maio de 1947, tivemos de correr com outras 9.400 toneladas, a fim de acabar de vez com a especulação, a que uns tantos senhores teimosos quiseram dar nova vida e saúde. E já nesse mesmo mês, e no de Junho seguinte, a batata importada só abasteceu Lisboa nos quantitativos de 2.270, e 2.200 toneladas, respectivamente, cabendo à nacional o comando do seu mercado, com 5.900 e 5.800, respectivamente também; em Julho, ainda se encontram 650 daquela contra quase 7.700 desta, mas do fim deste mês para diante é só batata nacional que o público encontra à venda: as últimas 160 toneladas de batata importada que foram distribuídas destinaram-se à indústria de féculas e amidos, dado que o consumidor se tinha desinteressado dela. No Porto, notam-se ainda 970 toneladas em Junho; e terminou. De então para cá, e até Setembro de 1948 (limite dos dados que consulto) mais nenhuma batata estrangeira para consumo apareceu nos mercados nacionais: a última, de resto, entrara no País em Maio de 1947. Como oportunamente já disse, quando se começou a proceder, em cheio, à colheita da batata nacional, a batata estrangeira existente no País chegava para pouco mais de um mês de consumo nas cidades do Porto e de Lisboa. Quer isto dizer: a justaposição do abastecimento com batata importada e com batata nacional pôde, quase que rigorosamente, medir-se por cerca de 30 dias, visto que para mais não dava a batata canadiana de que dispunhamos quando a Moita começou a abastecer plenamente o mercado da capital. Houve, na verdade, uma concorrência de preços entre a batata estrangeira e a da nossa produção, mas concorrência desta para aquela, a qual não pôde ser vendida, sem prejuízo certo, a menos de 2500 e, até, em certos casos, mais; foi, portanto, sob este preço limite, e já quase que esgotadas as reservas que existiam daquela que do Canadá nos viera, que a batata nacional tomou posição no mercado, e aí se tem mantido sempre (pelo menos até há pouco tempo, ainda) sem qualquer outra concorrência durante um ano e meio, que não seja a do volume da sua própria produção. Não foi, portanto, a batata estrangeira a causa do aviltamento do preço por que se tem vendido a batata nacional. A intervenção do Governo nesta importação foi de mero condicionamento, limitando as quantidades de batata importada, exactamente com vista aos interesses da lavoura; não lhe fixou, artificialmente um preço, antes a deixou vender ao preço que o valor da sua compra justificava, e dentro das contingências que poderia sofrer, como sofreu, do nosso mercado interno.

—O que procurou o Governo?

—Foi unicamente combater as altas temporárias do mercado, altas que se notavam de Outubro de 1946 e que, entre Maio e Junho do ano de 1947, começaram a ser supridas pela produção nacional. Rose culpa-se o Governo, quando muito, de não ter tido meios para resolver os problemas do armazenamento necessário para conservar a batata nacional, e poder, portanto, ir regulando o seu abastecimento no mercado, conforme as necessidades de este; e so assim podia dominar os preços, corrigindo artificialmente o desequilíbrio da lei da oferta e da procura, que é característica inevitável desta produção. E, mais, o problema sério da colocação e da distribuição, não só das batatas, mas das frutas, dos vegetais, de toda aquela produção, enfim, sujeita a deterioração mais ou menos rápida, e que lhe impõe, portanto, as condições correntes de armazenagem que servem para o milho, para o trigo, ou para o centeio, por exemplo. E não navendo ainda, então, processo de conservar para quando fosse preciso, houve um momento, por razões muito especiais, em que a afluência foi tal que o preço se avultou. Mas não podiam infelizmente nascer, do pé para a mão, as soluções que se impunham e que a guerra tinha por completo impedido; não era possível, da noite para o dia, fazer nascer por aqui e acolá os armazéns capazes ou os frigoríficos necessários. Em Abril de 1947 estava nomeada a comissão que havia de proceder ao necessário estudo para aquelas instalações, estudo já concluído e que consta dum relatório que oportunamente entregou. Sobre ele se pronunciaram as entidades interessadas, e as quais tinha sido fornecido; e já há pouco se viu nos jornais que o Ministério da Economia incumbiu a Junta Nacional das Frutas de criar «instalações apropriadas à armazenagem da batata, em harmonia com o plano que venha a ser superiormente aprovado»; assim se resolverá o problema, dando regularidade aos mercados e maior defesa aos produtores. Eu gostaria imenso que se fizesse a crítica calmamente, avaliando-se com bom senso os números que os serviços oficiais podem fornecer, debruçando-se sobre as estatísticas mensais, a olhar aqueles zeros que desde Junho de 1947 no Porto, e de Julho do mesmo ano em Lisboa, ficam a marcar o consumo da batata estrangeira nos 16 ou 17 meses que depois deles decorreram, até ainda há poucos dias. Verram que, se tudo analisássemos com uma objectividade perfeita, teriam de concordar comigo.

O trigo e o milho

Dois problemas importantes—o do trigo e o do milho:

—Não será necessário perder tempo, lembrando que os regimes cerealíferos de 1946/1947, 1947/1948 e, ultimamente, o de 1948/1949, se promulgaram sobre anos de uma fraca produção, que, com boa vontade e franqueza, se pode classificar de «péssima»; e creio que se lembrarão, ainda, das razões distribuídas, dos preços, dos tipos e das qualidades do pão. A importação que se fez, quanto ao trigo, foi destinada a cobrir estritamente as faltas da produção nacional necessárias para garantir essas rações. A América do Norte foi considerada o nosso fornecedor «habitual» e houve até que cobrir prejuízos provenientes dessa importação, para que se não dessem alterações daqueles preços. Estávamos, assim, perante aquilo a que muitos chamaram depois o «pão político do Governo»; eu direi: tivemos de proceder assim, de manter os preços dos regimes cerealíferos promulgados, a fim de não agravar, num dos géneros mais essenciais à vida, as dificuldades que o consumidor atravessava e que, repito, constituíram, até, os pontos mais batidos pela oposição, em Outubro de 1945. Não é verdade?

Uma explicação conveniente:

—No primeiro regime que a sombra da minha responsabilidade o Governo promulgou para 1947/1948, procurou-se, como aliás no anterior, que o sistema fosse compensador; isto é: que o preço por que o pão era vendido, cobrisse a despesa com a compra do trigo exótico, e permitisse, até, um bônus de adubos à lavoura, que orçou por cerca de 80 mil contos. Sem alterar o baixo preço do pão de 2.ª qualidade, baixou-se \$80 ao de 1.ª, tudo compensando com o mais alto preço por que se vendia o pão especial; pois ainda há dois dias li que o pão passara de 4560 em 1947 para 5520, em 1948... Por que se terá esquecido indecorosamente aquele que se vende a 3500 o quilo?

Voltando à história:

—Mas continuemos; as nossas dificuldades eram tão grandes, tão visíveis, que o próprio «Internacional Emergency Food Council» autorizou, para cobrir o «deficit» da produção nacional, a importação de 295 mil tons de trigo exótico, a efectuar entre 1 de Julho de 1947 a 30 de Junho de 1948; simplesmente, nem sempre a América do Norte nos pôde fornecer as quantidades precisas, e excluídos os mercados do Canadá e da Austrália, que tinham os seus «stocks» reservados, aquele para a Inglaterra, e esta para a Inglaterra e para a Índia, tivemos como «único» recurso o mercado mais caro da Argentina. Mas o problema punha-se do seguinte modo: ou se buscava o que faltava noutras origens diferentes da América do Norte, ou ficávamos sem o trigo necessário; e tínhamos, então, de apertar mais o racionamento existente, com o que ninguém concordaria com certeza. Basta lembrar o que se lia nos panfletos clandestinos que a oposição espalhava no

(Continua na página seguinte)

Caminhando juntos!...

A ARQUIVISTA MODERNA E O SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA
«SEEL VERTICAL VISÍVEL», TORNAM NUM PRAZER O QUE ERA TRABALHO FASTIDIOSO.
UM SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA RACIONAL E SIMPLES, QUE LHE
DÁ UM MAIOR RENDIMENTO DE TRABALHO E UM AUMENTO DE LUCROS.



FABRICAÇÃO NACIONAL
EFICIÊNCIA SEM RIVAL

SOCIEDADE EQUIPAMENTO DE ESCRITÓRIO, LDA.

LISBOA: PRAÇA DOS RESTAURADORES, 53, 1.º • TELEFONE 24986

PORTO: ED. PINHEIRO TORRES & IRMÃO • R. DOS CLÉRIGOS, 44 • TEL. 2.7171

As declarações do eng. Daniel Barbosa

(Continuação da pág. anterior)

País, de cada vez que, pelas irremovíveis dificuldades que se encontravam no estrangeiro para o nosso abastecimento, se tornava necessário forçar o racionamento existente. A elevação do preço do custo a que o mercado argentino nos obrigava acarretou-nos um inesperado prejuízo que tivemos de sofrer, a não ser, claro, na hipótese de se aumentar o preço da venda do pão, com o que, nessa altura, ninguém concordaria, também.

—Nestas circunstâncias...
—Fomos buscar à Argentina o trigo que nos faltava, e dispusémo-nos a aguentar, como se impunha, o prejuízo que tínhamos de sofrer com isso: e o trigo não faltou, e ninguém teve que pagar mais caro pelo pão. A Oposição faria melhor, ao criticar este ponto, em dizer abertamente se devia reduzir o racionamento existente, aumentar o preço por que se vendia o pão, exactamente no momento em que, embora com sacrifício de divisas acumuladas, nós tínhamos possibilidade de garantir ao povo português o pão de que necessitava, e graças aos fundos de compensação existentes podíamos evitar a elevação do seu preço. É claro que a emenda já não vem a tempo, mas fica pelo menos o povo deste País a saber o que teria a esperar se a Oposição tomasse conta do Governo, quando, por qualquer motivo, se não encontrassem, de momento, as condições correntes da compra para o trigo. Parece que, ao contrário do que em velhos tempos se afirmava entre os seus principais paladinos, a ideia que preside àqueles que pretendem ser os futuros dirigentes nacionais, é de que o povo «pode e deve» pagar mais: e ficamos entendidos. Facilidades, finalmente, as circunstâncias exteriores, mais firmes as condições de entrega do trigo americano, mais fáceis as condições da nossa vida para permitir, já, certas medidas que ontem teriam sido pura e simplesmente contraproducentes, foi promulgado um regime cerealífero para 1948/1949, em que já não deveremos ter qualquer prejuízo: e isto entrando em linha de conta com os 130 mil contos de bónus de adubos para a lavoura, e um preço de compra mais alto para o trigo nacional (pela primeira vez fixado por dois anos) superior àquele a por que, agora, o estamos comprando no estrangeiro.

E o sr. engenheiro Daniel Barbosa insistiu:
—Nem aqui, como se vê, concorremos com a lavoura; os desfavores agro-climáticos que caracterizam as regiões onde se cultiva o trigo, acarretando-nos nesse período anos cerealíferos dos mais fracos que temos suportado nos últimos vinte anos, criaram problemas à lavoura, o que tanto affligiu o Governo, sem que este tivesse culpa naquilo que aconteceu. Como pretender resolver «logo nessa altura», a interior contenta dela, e sem sacrifício da massa consumidora do País, um problema de sempre, e que as condições meteorológicas de momento tornaram, por acaso, muito mais grave ainda? Teria a oposição conseguido, apesar do seu laicismo, uma intervenção no céu tão forte, que conseguisse mudar as condições da natureza, e fazer que chovesse quando o lavrador o queria, ou que fizesse sol quando este o desejasse? Como satisfazer, plenamente, os produtores, se essa satisfação só poderá essencialmente vir da execução dos trabalhos de fomento em curso (que hão-de dar à lavoura possibilidades de rega e de energia) e da instalação, em marcha, de certas indústrias bases que a hão-de auxiliar no seu cultivo?

—O Governo, em tal conjuntura...
—Tive de encarar problema tão grave dentro do aspecto relativo que ele tem; pô-lo francamente à lavoura e esta não teve qualquer dificuldade em o pôr directamente ao Governo: se a lavoura discordou da solução que se lhe deu, tem de compreender que não houve sofismas, nem falta de verdade, no modo como se lhe falou. Confiou-se no seu espírito compreensivo, na sua noção de sacrifício que nunca desmentiu, e eu não creio que esse sector importante da vida nacional, que pode ser exigente, mas que é, sobretudo, honesto e dedicado, precisasse, para sua defesa, de certos paladinos que se agarram às suas dificuldades para fazer política; para estes, se o Governo pagou pouco, há que de Deus que fez mal, mas se o Governo deu à lavoura preços compensadores, como no caso do azeite, como no caso do arroz, como no caso dos porcos, há que de Deus que fez muito mal também. Quer dizer: a oposição não encontra para criticar senão aquilo que se fez, porque não procura criticar sobre as realidades e as causas do modo como se procedeu. Deixo aqui à lavoura a resposta para o assunto, na certeza, repito, de que ela não transige com atitudes que só se compreendem se forem vistas através da causa que as motiva: o princípio, aliás já posto há muito tempo por certa propaganda de que todos os meios são próprios para se chegar a um fim. De Deus à lavoura trigueira, agora, um ano farto e bom, que o regime promulgado lhe dará, por sua vez, a garantia das compensações que deseja; isto, claro, não estando a Oposição no Governo, porque então, por um princípio já publicamente defendido, a lavoura sabe de antemão que teria menor preço de venda para o seu trigo.

—Quanto à importação de milho?

—A importação destinou-se exclusivamente

também, a cobrir as necessidades mínimas do consumo nacional, no «deficit» que deixaram em aberto a produção metropolitana (com um sequeiro fraquíssimo) e a produção angolana de que pudemos dispor; as compras, fora do nosso Império Colonial, dividiram-se praticamente entre a América do Norte e a Argentina e, como sempre também, as aquisições feitas nas quantidades estritamente necessárias que aí tivemos de comprar, deram um prejuízo que foi necessário cobrir. Não concorremos com a lavoura, pelo contrário; libertámos-lhe, até, o seu comércio do milho logo em meados de 1947, e garantimos-lhe um preço mínimo de compra através do organismo respectivo: e esta era a defesa precisa para evitar aviltamentos de preços que nunca se deram, aliás. E tanto aqui, como no resto, as acusações ficam em fumo!

—Resumindo...
—A necessidade de garantir o abastecimento do trigo e do milho necessários à nossa população em determinadas condições de preço que as circunstâncias tornavam aconselháveis (e um Governo tem de atender a elas, na defesa dos interesses do povo que governa) levou-nos a fazer compras desvantajosas que nos acarretaram prejuízos «que nunca se esconderam de ninguém». Repito ainda uma vez mais: tal não se teria dado, se optássemos por um racionamento mais aprofundado do pão e por uma subida sensível do seu preço. Hoje pode convir dizer a alguns que tal podia ser feito, muito embora ontem aqueles que hoje o dizem estivessem plenamente de acordo que tal não seria de modo algum aconselhável; mas, no fundo, têm pena, muita pena, que tal não tenha acontecido, para dar melhor meio à propaganda contra um Governo que matava o povo à fome...

O arroz e o açúcar

—A importação do arroz e do açúcar...
—Fez-se oportunamente, com vista a garantir não só o racionamento existente, mas a criar mercados paralelos (que vi muitas vezes defendidos nas palavras e nos escritos dos elementos oposicionistas) em venda livre destes géneros, e a preços tão acessíveis que o «mercado negro» fosse obrigado a desaparecer, como de facto aconteceu, visto deixar de ter interesse para quem o praticava. Onde e como concorremos com a lavoura nacional?

Depois, o nosso entrevistado observou:
—Julgo esclarecida a questão, com os exemplos que dei e que são, pela natureza dos produtos importados, aqueles que pesavam na crítica que referi. Pergun'o agora: «Onde está o «erro económico» nos processos adoptados? Em ter tirado a oposição (e esta é que é a insofismável verdade) a possibilidade de existir neste momento um ambiente de carência de géneros alimentícios, de fome mesmo entre alguns, que seria preciso para conseguir levar a cabo uma propaganda facciosa: como era fácil prometer, então, para quando se governasse, aquilo que nós fizemos já há dois anos atrás! Tristes processos de ataque, que envergonham o atacante! E' extremamente curiosa a reacção manifestada perante aquilo que se quer designar como um «bluff» da parte do ministro: o deixar correr, durante um certo tempo, que houvera importações massivas, de acordo com o boato propagado pela própria oposição, com o fim de facilitar a solução do caso, mediante as importações estritamente necessárias, que, como se demonstrou, foram feitas. Nunca se disse, na realidade, que se importara mais do que se importara na verdade: a oposição se foi encarregando disso, e julgo que o ministro estava no seu pleno direito de só desmentir o boato quando o viu bem lhe parecer. E fê-lo publicamente, então, na conferência do Teatro S. Luís. Compreende-se a irritação que isto causa, como se acusa o toque, como o desespero é enorme, perante a fúria tão triste e tão ridícula que fizeram. Senti-la, ou mesmo lê-la, constitui a demonstração mais aberta de como se tocou bem fundo nesta ferida que sangrava...

Resposta a uma acusação:
—Esclarecida assim esta parte, fica desde já uma demonstração feita: não se «malbarataram» divisas com as compras dos géneros de consumo: gastou-se unicamente aquilo que foi necessário para abastecer o País, dentro daquilo para que tínhamos as possibilidades necessárias; e nada mais. Não estarão, porém, de acordo, como se torna evidente, os que aceitam o princípio de ter sido melhor para os trabalhadores, para os operários, para o funcionário modesto que vive dentro do seu limitado rendimento, o continuar com o «mercado negro» da carne, do azeite, da banha, do arroz, do açúcar, do bacalhau, etc.: os que entendem que teria sido mais aconselhável reduzir a razão do pão e aumentar o seu custo, e continuar a pagar a batata no mercado a 5500 o quilo, ou mesmo um pouco mais ainda. O povo que lhes agradeça tão boas intenções e saiba distinguir a sinceridade daqueles que vivem neste extraordinário paradoxo: ontem, incitavam à revolta, pelo facto do Governo não poder tomar as providências para baratear a vida, facilitando a alimentação das classes mais carentes; e apontavam como inúteis as nossas reservas cambiais, por as não aplicarmos na importação do que tanto era preciso; logo, porém, que o Governo encontrou possibilidade de o fazer, logo que no estrangeiro conseguiu a entrega de quanto precisava, vá de atacar o Governo por ter dado solução aquilo por que então tanto diziam punhar. Onde está a especulação? Julgarei, na realidade, não ter de voltar a este assunto, mas digão sinceramente: já que a ele voltai, chamo a Nação para juiz, e esta que responda francamente às dúvidas que

a oposição levanta, às insinuações derrotistas que ela se não farta de fazer; por mim limito-me unicamente, com a verdade com que sempre procedi, a pôr-lhe os dados na frente, para que possa avaliar que a ajuda que se lhe deu não foi ruínosa para nenhuma das fontes de produção nacionais que mais nos interessa defender.

As conferências de Imprensa

Com a vivacidade que todos lhe conhecem, o nosso entrevistado passa rapidamente do sério ao jocoso:

—Há quem pretenda que fiz demagogia, pelo facto de ter escondido do País os nomes das pessoas que criminosamente procederam: era o processo, portanto, de esconder e proteger os grandes, fingindo que igualava todos. Encantador sofisma! Pegue-se, por exemplo, no «Seculo», no «Diário de Notícias», no «Diário da Manhã», na «Voz», no «Diário de Lisboa», no «Diário Popular», etc., e ver-se-á a quantidade de nomes «importantes» que se mostraram ao País, sempre que se encontraram implicados em qualquer acto que o Ministério da Economia julgou digno de condenação. E do exame desses nomes, ver-se-á também que não houve protecção de qualquer espécie, nem a posição social de quem prevaricou, nem mesmo a sua posição política, por muito que ela estivesse ligada àquela que eu defendo e aceito. Desmintam, se são capazes! Considerou-se demagogia o ter-me servido da Imprensa, no pleno respeito da sua personalidade e sem nunca pretender aficlar ventadas, ou levar a deturpar factos que discutimos: são os jornalistas testemunho de quanto foi aberto e leal o modo como procedi, e seja eu o testemunho, também, de inteira lealdade e correcção com que souberam corresponder ao meu desejo: tinha em volta da minha mesa de trabalho, homens de todos os credos, «políticos» de todas as cores, mas nunca quis saber de nenhum o que pensava, para que facção pendia ou por que espécie de regime tinha maior interesse. Em contrapartida, nenhum sofismou aquilo que se disse, nenhum deturpou—de qualquer modo—qualquer ideia transmitida, como nenhum fugiu a espalhar pelo País as nossas afirmações nem, tão pouco, a trazer ao gabinete as sugestões ou os protestos que as suas mãos chegavam. Trabalhou-se na verdade. O País pôde, assim, avaliar daquilo que se fazia, e compreender os motivos de algumas dificuldades que se não puderam remover; por isso as acatou com disciplina e dignidade, colaborando inteiramente com o Governo na sua tarefa repressiva, e facilitando-lhe, dum modo inestimável, a actualização que procurava baixar o custo da nossa vida e melhorar as condições do nosso abastecimento. Para certas pessoas, porém, o procurar por bem clara esta verdade aos olhos de toda a gente, dum modo despretencioso, simples e corrente, para que todos a entendessem; o não escender os castigos daqueles que prevaricavam, fosse a sua posição qual fosse, de modo a deixar vinculada a certeza da isenção governativa; o flagelar as injustiças e procurar colher directamente a verdade—isso é «fazer demagogia».

Recordou que disse publicamente uma vez: «Se fazer demagogia é defender o que é justo, castigar quem prevarica, pôr a nu—sem relutâncias—o pódre de certas situações criadas, desprezar a influencia dos posições ou do dinheiro; se fazer demagogia é dizer, alto e bom som, aquilo que a nossa consciência nos impõe e trabalhar sem outro interesse que não seja o bem comum, servir numa política em que se cre, mas em que se deixam para os outros recompensas, vaidades e ambições; se fazer demagogia é aceitar a igualdade na justiça para o pobre e para o rico, medir o valor de cada um, não pela fortuna que possui mas pelos dotes morais que o apresentam; se fazer demagogia é cumprir o prometido e trabalhar às claras no pensamento e na acção, então somos demagogos, mas foi com esta demagogia que acabou o «mercado negro», e houve mais felicidade em muito lar português».

—Se estou em erro, por Deus que já não sei o que é demagogia, ao comparar o que disse com o muito que tenho lido e ouvido, em certas sessões da propaganda oposicionista, a muitos dos que por este aspecto me atacaram.

As «donas de casa»

—Mas toda essa «política» foi dirigida às nossas «donas de casa»?

—Eu lembro unicamente o seguinte—é evidente que na transcendência dos altos problemas da política, o homem não está muito habituado a transigir com a interferência do sexo feminino num campo que avaramente pretende conservar seu; é uma opinião e um processo como quaisquer outros, que não interessa agora discutir. Mas o que é certo, indiscutivelmente certo, é que nos assuntos da casa, da sua manutenção e paz, é a mulher quem mais sofre, geralmente, com as contingências difíceis que um mau abastecimento dos mercados lhe acarreta: é sempre ela quem mais luta á pro-

cura do milagre de conseguir apresentar aos seus, dentro duma verba limitada que lhe entregam, o mínimo preciso para viver e—o que nem sempre é menos grave perante o seu delicado sentimento de mulher—o mínimo preciso para haver felicidade no seu lar... Quer dizer: é um dever moral que se pratica o não esquecer, neste campo delicado, a posição da mulher que governa a sua casa e que tem de promover ao sustento do seu marido e seus filhos com aquilo que lhe dão; podem ter bem a certeza de que, até para o efeito eleitoral que tanto os preocupa, vale ainda muito mais, graças a Deus, encontrar um sorriso bem aberto de mulher, num lar feliz, quando se volta do trabalho, do que todas as «razões» que alguns oradores invoquem na hora fervilhante das lutas de propaganda; e isto muito embora as cerquem, e apresentem, com ideias «brilhantíssimas» que vão buscar aos abismos insondáveis duns bigodes facanhudos, ou a um passado morto, que se recorda à lazeira, mas já não tem sangue nem vida para dar nova vida aos portugueses... A não ser que fosse ainda por demagogia que sempre se pugnou pelas melhores condições de vida do povo português, e se realizou o «grande erro» de, logo que foi possível, dar satisfação aos seus desejos, libertando-o da regra geral que se via na Europa (que era uma regra de fome e uma regra de carência), para o habilitar com possibilidades de apresentar ao Mundo a nossa terra como o «único» país da Europa em que as necessidades que sentimos são infinitamente pequenas em face daquelas que por ela fora correm.

As importações e as exportações

—Mas, toda a enorme massa restante, que pesa na balança do comércio externo português, na parte da importação, desde as matérias primas às manufacturas diversas?

—Vejam os casos com cuidado:—Em 1944 e 1945, importámos mais 591 mil toneladas e 648 mil, respectivamente, do que em 1938, mas, em compensação, a importação custou mais, do que nesse ano, 1.641.420 contos e 1.750.111 contos, respectivamente também; e já em 1946 a tonelagem importada aumentou de 91.633 em relação a 1938, com um custo a crescer-se de 4.533.639 contos.

Em compensação, a nossa exportação baixara, e nos mesmos anos de 1944, 1945 e 1946 exportámos menos, do que em 1938, 1.065.993, 897.585 e 364.337 toneladas, respectivamente; em contrapartida o seu valor aumentara, em relação àquele ano, de 2.020.725 contos 2.091.887 contos e 3.440.949 contos, respectivamente também. Vemos, assim, que em relação à importação, quase que triplicámos o custo da tonelada importada e que, em 1946, não chegou contudo a 4 % o acréscimo dessa tonelagem; ora, porém, nas exportações que o problema se tornava cruciente, visto que, embora quintuplicado o seu valor específico, tínhamos nesse ano uma diminuição de cerca de 24 % no seu volume. Não era de esperar, portanto, uma imediata melhoria de condições, dado que os mercados exteriores se não abriam de repente para aquilo que queríamos colocar (vinhos, conservas, cortiça, etc.), nem tão pouco a nossa exportação se valorizaria como em 1943, por exemplo, em que o valor médio da tonelagem exportada ultrapassou os 8 mil escudos; mas embora a culpa seja só dos homens, nem sempre é fácil aos homens o arranjar uma guerra assim do pé para a mão... Em compensação, as maiores facilidades de aquisição no estrangeiro, o desejo de muita gente e as suas possibilidades em obter, de novo, muito do que há anos se privara, levaram a crer que os valores da importação pesariam mais ainda no nosso comércio externo no ano que ia seguir-se: era fatal, portanto, um aumento para o «deficit», da nossa balança comercial.

—Por que não fazer, então, desde logo, severas restrições?

—Não pode ser de animo leve que as restrições se promulgam, e, ao fazê-lo, temos de atender, sempre, aos inconvenientes económicos e aos inconvenientes políticos que essas medidas tão drásticas acarretam para a Nação; são interesses já criados que passam a estar em jogo, dificuldades que se levantam a um comércio que vive com os seus encargos e as suas obrigações, um mal estar que se levanta em quem vende e em quem compra, visto que a ambos desagrada o não encontrar no mercado aquilo em que ambos têm interesse. Depois, a restrição das importações é sempre uma arma perigosa de dois gumes, principalmente para aqueles que, como nós, vivemos a comprar no estrangeiro produtos que nem sempre se têm de considerar essenciais: e deste modo, é muito melhor manejar tal arma como resposta às restrições que nos fazem, do que marcar logo o caminho para que os outros nos respondam. Todos concordarão, com certeza, que medidas desta ordem não podem ser tomadas sem uma análise cuidada do assunto e das razões ponderosas que neutralizem os inconvenientes que inevitavelmente acarretam.

—Há quem pretenda, porém, que as restrições que se fizeram podiam ter sido mais sensíveis. E' evidente que sim, mas simplesmente, para pesarem em cheio na balança do comércio externo, teriam de incidir sobre aquilo que nos é essencial: fazíamos um racionamento de gasolina, de petróleo, de óleos combustíveis e de lubrificantes, e poderíamos, reduzindo o seu consumo a metade, poupar mais de 100 mil contos; iríamos para uma redução semelhante nos combustíveis sólidos, tais como a antracite, o coque e a hulha, e pouparíamos

(Continua na página seguinte)

CASINO-ESTORIL
— 2.ª FEIRA, 31 —
CHA'-DANÇANTE
ORQUESTRA LUSITANIA
dirigida por Sousa Finto

ENGOMADORIA NACIONAL

Tinge, limpa, lava, engoma e impermeabiliza qualquer peça de vestuário. L. Rafael Bordalo Pinheiro, 1 (ao Carmo), Tel. 28320.

As declarações do eng. Daniel Barbosa

(Continuação da pág. anterior)

mais de 250 mil; reduziríamos para metade as doses distribuídas de pão, e tínhamos economizado outros 250 mil contos; íamos ao milho, e cortávamos em 50 % a sua importação, e seriam mais quase 110 mil contos, a juntar à nossa economia; cortávamos para metade a importação do arroz, da batata, da farinha de trigo e do açúcar e, sem nos importarmos com o «mercado negro», tínhamos poupado mais 300 mil contos—e já estamos no milhão.

E por que não ir à carne e à manteiga, e reduzirmos a metade o que nos veio de fora? Seriam cerca de 110 mil contos que se teriam poupado. Aplicássemos igual princípio à importação de adubos azotados, potássicos e fosfatados, e outros 100 mil contos se poupariam; fossemos ao ferro e ao aço, ao cobre, ao alumínio e suas ligas, reduzíssemos a metade as compras que deles fizemos, e mais 320 mil contos nos ficariam ao fundo do cofre; reduzíssemos para metade, também, o que se gastou em aparelhos, máquinas, ferramentas, e veículos, e já por 2.500 mil contos se podia medir a economia conseguida... e se aplicássemos o mesmo coeficiente dum meio para as compras de maquinismos destinados ao reequipamento e remodelação da nossa indústria actual, da montagem de indústrias novas e dos aproveitamentos hidro-eléctricos em curso, do reapetrechamento de portos, dos C. T. T., dos Caminhos de Ferro e da Marinha Mercante, etc., não seria difícil poupar mais meio milhão de contos, que junto àquela outra economia que referi, nos daria três milhões a abrihantar a balança de pagamentos,—e se resolvessemos até não comprar nada, morreríamos de fome: mas era mais barato... Simplesmente a vida industrial, a vida comercial, a vida do produtor, a vida do consumidor, todas, mas todas, sem excepção, vinham a sofrer, com isto, prejuízos sem conta e sem medida; creio desnecessário referi-lo, porque todos o compreendem, sem haver necessidade para isso de se ter uma cultura especial—tudo cairia, de novo, nas dificuldades e nas faltas, no sistema dos raios e das restrições, condições «sine qua non» para que houvesse «mercado negro». E da diminuição do ritmo do trabalho industrial que toda aquela economia, já sensível, acarretaria, com certeza, graves males suportariam, com reflexos pesados naquilo que se pode considerar a riqueza da Nação. E as questões políticas e sociais nasceriam com eles, a par e passo, das desvantagens económicas que, em consequência, surgiriam! Deus nos defenda de um dia, termos de ir por tal caminho!

Um aparte: —Se a crítica e apresentasse com minúcia, seria mais fácil responder ponto por ponto, concordando naquilo em que a razão lhe coubesse, esclarecendo-a naquilo em que se precipitasse. Porque, na verdade, há muita fantasia, muito lugar comum, naquilo que se afirma: lembrem-se do que se disse quanto aos automóveis que importámos? Lembrem-se do que se gritou quanto à gasolina que neste País se gastava? Foi sempre o defeito de querer avaliar, para aqueles casos, do País, na estrada que vai do Estoril a Lisboa, como maior e o erro ainda de pretender tirar sólidas conclusões, através daquilo que aí possa ser observado, numa tarde dum domingo em que o Sol nos convidava para um passeio: é como o viajante desprevenido, que avalia do custo da vida na capital, porque jantou no Tavares, dormiu num quarto do Aviz, e comprou uma gravata no Chiado...

Evocação dum passado recente

E o sr. eng. Daniel Barbosa recordou: —Saíramos da guerra num caos, quanto ao estado dos automóveis e das camionetas de que dispunhamos então, e estou ainda hoje plenamente convencido de que só houve vantagem em o País se ter remodelado completamente, e ter-se preparado para o futuro uma garantia, em segurança, que interessa às comunicações do País: o automóvel é principalmente, hoje em dia, uma preciosa ferramenta de trabalho, indispensável a muita e muita gente—e todos se recordam, a quando das restrições e das faltas dos pneus, das perturbações enormes que a vida de cada um surgiam, e as consequências que acarretavam à nossa economia em geral. Depois, o consumo da gasolina não pode, na verdade, avaliar-se pelos «taxis» ou carros particulares que nos impedem a travessia à vontade dos Restauradores ou do Rossio. O nosso consumo anual em venda livre, por habitante, não chega aos 25 litros, e dentro do plano Marshall, que imunha, de princípio, sérias restrições para a Europa, fixava-se em 80 aquilo que, dentro dum racionamento apertado, se não deveria ultrapassar fosse em que país fosse.

O fomento industrial

Depois, perguntou: —Para que se «cima em discutir tão intransigentemente sobre valores que se não podem discutir assim, dum modo tão absoluto e rígido? O problema que nos preocupa há-de resolver-se, mas não através das restrições que não podem ser encaradas senão como um remédio

de momento; não foi infelizmente possível, no momento actual, intensificar francamente a nossa exportação, a fim de cobrir, ou atenuar, pelo menos, dum modo sensível também, o «deficite» da balança comercial; o remédio estará no fomento industrial do País em que o Governo se empenha, e que a crítica, por mais que pretenda diminuir, não pode apagar aos olhos de toda a gente. Mas isso é outro assunto que breve se esclarecerá, também...

As restrições das importações

Uma explicação necessária:

—As restrições fizeram-se pelo princípio posto de «economizar» uma moeda de que temos necessidade, e não por termos «desbaratados» as divisas que durante a guerra acumulámos; quer dizer: é um acto de previsão, mais do que uma atitude de emenda ou de recurso. Explico melhor: por circunstâncias que são do conhecimento de toda a gente, não há possibilidade, hoje, de encontrar na área do esterlino certos géneros ou artigos que são essenciais à nossa vida e, assim, vemo-nos obrigados a comprá-los na zona do dólar, por exemplo, a fim de não prejudicar a nossa economia interna, o desenvolvimento da nossa indústria e o abastecimento da nossa gente. As diminutas possibilidades de fornecimento nas zonas de moeda fraca levam-nos evidentemente, repito, a intensificar de momento as compras em zonas de moeda mais forte; por outro lado, e muito embora o Governo tenha levado ao «máximo possível» as nossas exportações (e gostava de ver claramente demonstrada a inconsistência do que afirmo) não há possibilidade de conseguir, com a maior facilidade, a certeza de entrarem sempre tantos dólares no País como aqueles que somos obrigados a gastar. E, aliás, um problema que preocupa, hoje em dia, as nações de todo o mundo, que têm de recorrer ao mercado americano. E como não é possível, e ainda pelas circunstâncias de momento, trocar outras divisas pelos dólares de que necessitamos, justo é que se promovam umas certas restrições, de modo a economizá-los para aquilo que nos é mais estritamente necessário. Não estamos numa ruína de dólares, e a prova é evidente se atendermos que não nos faltam os combustíveis sólidos ou líquidos, que não deixamos de importar o trigo de que necessitamos, de que continuamos a vir os adubos necessários para a lavoura nacional, que vêm os mecanismos para a manutenção da nossa indústria, etc., etc.: enfim, que vem tudo quanto é indispensável para manter a vida no País, que não haja possibilidade de comprar na zona de moeda mais fraca, como é hoje a zona do esterlino. Tratamos, unicamente, de «poupar» dólares, o que é diferente, não os dispendendo naquilo que se possa considerar como supérfluo, dispensável, ou de luxo: a aquisição dos artigos que se possam considerar assim, deixa-se para as zonas de moeda fraca, onde aqueles que os desejam os poderão comprar se os encontrarem. Há um princípio de previsão no meio disto tudo, que todos compreendem, com certeza. E é evidente que só pela questão do «deficite» da balança comercial se não poderiam começar a promover restrições sem mais nem menos: o que as impõe acima de tudo é o exame da balança de pagamentos, e, dentro dela, a análise cuidada das diversas verbas que a compõem. Mal o Ministério das Finanças (que tem, como é evidente e é indispensável, o completo «controle» das nossas cambiais) entendeu que era preciso restringir, ampliaram-se as restrições, que até então já existiam.

Conseguiram-se os objectivos?

—Vejamos ainda, agora, o seguinte problema: se de facto o «mercado negro» acabou, ou não, e se de facto baixou, ou não baixou, o custo da nossa vida.

—Segundo certas pessoas, nada disto o Governo conseguiu, dado que o «mercado negro» não desapareceu e o custo da nossa vida se limitou a baixar 5 %, quando muito... E é evidente que aqui a discussão seria inútil, visto que o País, melhor do que ninguém, pode responder a este respeito: e uma vez mais apelo para aqueles que tinham de comprar nos mercados os géneros necessários para a alimentação dos seus, para que deem a resposta que esta pergunta necessita. Não quero acrescentar

uma palavra, a não ser o chamar a atenção do leitor desprevenido para as contradições em que a oposição incorre, com o fim de demonstrar o que ninguém poderia contestar com certeza: tão depressa se afirma que os preços no «mercado negro» chegavam a ter aumentos de 500 e 1000 % em relação aos anos anteriores à guerra (aparecendo assim um coeficiente elevado a multiplicar os números que se referem às tabelas em vigor) como se diz que os preços tabelados eram concomitantes com os preços do «mercado negro». Processos que caem pela base e que se apresentam tão claros no fim que se procura atingir, que da sua leitura se não colhe senão franca repulsa pela objectividade de quem os adoptou.

Onde se foi buscar o dinheiro?

—E onde se foi buscar o dinheiro?

—Onde fomos buscar este dinheiro, para cobrir os prejuízos que, pelas circunstâncias muito especiais do momento, o Governo entendeu do seu dever suportar, prejuízos quantas vezes provenientes (como no caso do trigo) do cumprimento daquilo que consta dum decreto-lei, promulgando um regime que se julgou ser aquele que, nesse determinado momento, mais convinha ao interesse nacional? Não os cobriu qualquer imposto especial que sobre o País incidisse, o que teria sido, no fundo, um desvio da questão; não se foi buscar ao orçamento do Estado qualquer verba ordinária ou extraordinária; procurou-se resolver o problema à custa dos fundos de compensação. Permite-se-me agora que relembre que a este respeito declarei já que os fundos de compensação não constituem um produto de contribuições para o Estado, ou verbas inscritas no orçamento destinadas a cobrir uma despesa, mas provêm em grande parte da arrecadação das margens positivas entre o preço de venda ao público de determinados géneros ou artigos e aquele que o seu custo etria realmente permitido: (Pequenas compras em melhores condições), que não justificariam—ou mesmo permitiriam—um abaixamento no preço geral da venda, transacções muitas vezes ocasionais de valor mais baixo do que aqueles que as tabelas em vigor permitiriam, levaram a acumular, por um critério de previsão, para o futuro, algumas centenas de milhares de contos que são legítima pertença do consumidor: a ele devem, portanto, ser restituídos no momento em que se julgar mais oportuno, e que é aquele em que maior benefício para ele possa daí resultar.

—Exemplos?

—Quando, para que não faltasse pão em Portugal, fomos obrigados a comprar trigo na Argentina a preços mais elevados do que aqueles que normalmente encontramos nos mercados habituais, era a custa desta reserva—que se não deixara reverter para o negociante, que já tinha a sua justa margem de lucro garantida—que mantínhamos a estabilidade dos preços. Tratava-se duma reserva constituída, na sua maior parte, à custa do consumidor, portanto, ao consumidor pertencia; e eu pergunto agora, se não foi lógico aplicá-la, também, de tal modo que, fazendo-se essa devida restituição, se aproveitasse o ensejo para a valorizar; por outras palavras: se não foi legítimo proceder, não à sua devolução pura e simples, mas a uma devolução com juros acumulados, a constituir inesperado capital a entrar pelo lar de cada um? Porque não utilizá-lo também, como arma poderosa para conseguir romper a organização especulativa existente que não deixava baixar o custo da alimentação? A' custa deles, impedimos, assim, mais um aumento no custo da nossa vida, mais uma diminuição nas quantidades distribuídas: dinheiro à guarda do Ministério da Economia, entendeu este mais lógico aplicá-lo naquilo que era necessário em proveito imediato de quem lho entregou—o consumidor.

CASACOS DE FAZENDA E PELES
-- VESTIDOS DE BAILE E PASSEIO
M. ME BETTENCOURT
R. Nova da Trindade, 26, 1.º andar
Telef. n.º 25316
SO NO PRIMEIRO ANDAR

Quando faz frio....
protege-se a pele com
CREME NIVEA

Deste modo evitará gretas e irritações da pele ocasionadas pelo frio e vento invernal. **PR.ÇOS DESDE 7\$30**

Friccione bem o sua cutis e mãos com Creme Nivea não só durante o dia antes de se expor ao mau tempo, como de noite ao deitar-se. Assim a pele conserva-se sempre suave e macia. Nivea não deixa brilho.

EPOSITARIO:
PESTANA & FERNANDES, Lda
R. dos Sapateiros, 39-1 - 115-80A



misor. E' fácil áqueles que por estes assuntos se interessam colher os elementos necessários para estudar o caso em toda a sua minúcia, que encontrará tudo «tão claro» e «tão preciso», que a crítica poderá ser depois muito mais objectiva e mais perfeita. Entretanto, acabaram, por desnecessárias já, quaisquer compensações de preços para os géneros essenciais à alimentação do País, fechando-se assim, num regresso à normalidade, uma época anormal em que se teve de lutar com contingências exteriores e com necessidades internas.

Resposta a um livro

E o sr. engenheiro Daniel Barbosa acentuou: —Não quero terminar esta entrevista sem lembrar que ela responde cabalmente, e na sua grande parte, a um livrinho que os Serviços Centrais da Candidatura do sr. general Norton de Matos puseram à venda há dois dias. Não tivesse esse sinal de procedência e, palavra, que pensaria ao acabar de o ler: «Mas que valente apertão que estes sujeitos apanharam!», Mas não! E' um avro em que se «esceja» saber «para onde nos leva a política económica do Governo», e que se «apresenta com o sub-título, a que se não pode negar espírito, de «Kazoes económicos duma crítica». De facto, desenvolvendo-se sobre a conferência que fiz no teatro S. Luis, em Janeiro de 1947, e que intitulei «Kazoes económicos duma política», o sub-título tem graça na verdade. Pena é, porém, que a luz das realidades, estivesse mais certo classificá-lo como «Kazoes políticos duma desilusão...»; simplesmente, se assim se procedesse para respeito da objectividade, sacrificava-se o «espírito» inegável que prendeu os autores: e como este é, na realidade, a única verdade que em todo o avro existe, pena seria perder tudo: e o livrinho, depois, já não valia os 10500 que custava. Assim, de resto, extremamente curiosa a sua publicação nesta altura: tem a data de Abril de 1948, mas nunca aparecera até hoje, nem nunca nenhuma das razões expostas, que tanto poderiam ter contribuído para melhorar (?) o «caminho» económico do País, foi apresentada, fosse através de exposições que a oposição ao Governo dirigisse, fosse através dos jornais cujos representantes normalmente se reúnem com o ministro da Economia. Guardou-se nitidamente este ataque para um efeito de propaganda, na hipótese, que seria do maior alcance, de que no momento em que o ministro aparecesse neste período eleitoral, a oposição lançasse no mercado, na previsão dum «escandalão», este trabalho de ataque, que viria em prejuízo da possível «influência da pessoa» em certos sectores nacionais. Simplesmente, o homem põe e Deus dispõe e temos de concordar que o sr. presidente do Conselho e eu próprio fizemos à oposição uma valente partida; na altura que se esperava para o ataque, eu era apenas um «cidadão eleito»... E assim um livro com características nitidas de um ataque pessoal, em que se não põe de lado a pessoa para criticar unicamente os processos, surge neste momento batendo abertamente em cima de quem pacatamente retirou já para a sua vida profissional. Mas o livro estava escrito e, já agora, o melhor era sair... Viram-se, porém, na necessidade imperiosa de meter umas notazinhas «à força», para dar mais realidade ao ataque, e maior efeito de momento na publicação que fizeram. Simplesmente, toda a tese que o livrinho procura apresentar parte de determinadas premissas, e ficando demonstrado que essas premissas são falsas, demonstrou-se a falsidade da tese que, sobre elas, os autores pretenderam construir; e deitam-se abaixo, desta forma, todas essas construções que tão falsamente se teceram, podendo o País avaliar, portanto, da objectividade e segurança com que esse livro se escreveu: que dos motivos por que ele foi escrito, já todos ficaram, com certeza, esclarecidos.

E a terminar: —No seu conteúdo há três partes bem distintas, das quais, convém dizer-lhe, nenhuma se apresenta verdadeira... Um ataque muito generalizado à organização corporativa, um ataque muito desenvolvido à política de abastecimentos levada a cabo pelo Governo e, finalmente, a análise da política de investimentos industriais e agrícolas, numa interpretação «muito própria» da situação da nossa balança de pagamentos. Esta entrevista permite destruir completamente, e desde já, toda a segunda parte desse livrinho em questão, partindo-se para isso de dados indiscutíveis e de razões sobre as quais gostava de ver tecer uma discussão objectiva. Julgo que houve o maior interesse em ter começado por aqui, e dar-lhe prioridade aos esclarecimentos restantes que aparecerão de seguida. A razão é compreensível e simples: essa parte é aquela que mais se destinava a produzir «efeito» na massa eleitoral portuguesa e, portanto, tem de ser também aquela que mais prontamente se rebate para projectar sobre a mentira a figura de certos cavalheiros que pretendem propagandar uma política, em sacrifício da verdade e da decência.

TEM TOSSE?
TOME

MEGGEZONES

AQUECIMENTO CENTRAL
ENG.º J. NUNES CORREIA
R. do Alcaz m. 19 — Tel. 30 901 4

O MOMENTO POLITICO

Carta a Rocha Martins sobre a posição das correntes monárquicas

O sr. eng.º visconde de Almeida Garrett enviou-nos, com pedido de publicação, a seguinte carta dirigida a Rocha Martins:

Ao Ex.^{mo} Senhor Rocha Martins: Não tenho a honra de conhecer pessoalmente V. Ex.^a. Porém, na sua «carta aos chefes monárquicos portugueses» V. Ex.^a afirma que a Causa Monárquica se sepultou. E por isso aqui estou.

Começo por declarar:

1.º—Que sou acima de tudo cristão e português;

2.º—Depois, monárquico respeitando as ideias de cada um a excepção das dos comunistas, porque não considero estes como portugueses, mas colonos da união de todas as repúblicas soviéticas com sede em Moscovo;

3.º—Como funcionário publico, compete-me respeitar e fazer respeitar as leis do País;

4.º—Como tecnico, tenho dado todo o meu esforço—numa absoluta honestidade—para bem cumprir nos trabalhos de que o Serviço me encarrega (dado que não trabalho como engenheiro para particulares, falo só em Serviço);

5.º—Estou filiado na Causa Monárquica porque a considero como centro de todos os monárquicos de bem (que sempre concordem ou não com a sua orientação superior, orientação a discutir um dia a quando de um Congresso Monárquico (que urge) salvo quando se trate de Ordens Regias porque: ou se é monárquico e se respeita o rei—seja ele A ou B—ou se é monárquico na oposição e então abstém-se de comentários e considera-se retirado, á semelhança do que fizeram os absolutistas no tempo dos reis constitucionais, ou não se é monárquico e, então, é-se republicano, velho ou novo, como lhe chama o sr. Manso Preto Cruz;

6.º—Estou inscrito na Brigada Naval da L. P. por considerá-la como força anti-comunista e nacional, e só como tal;

7.º—Não estou filiado na União Nacional porque a considero como centro de todos os republicanos que o queiram, mas nunca como centro onde caiba um monárquico, dada a letra dos seus estatutos no cap. III.º, art.º 22.º, que admitem (e definem) a eleição do presidente da Republica.

Feita a minha apresentação, passarei ao assunto da minha carta.

Diz o escritor sr. Rocha Martins—que, se não conheço pessoalmente, conheço através de muitos escritos e obras suas—que a Causa Monárquica se sepultou.

Não falo em nome da Causa—porque nunca para tal recebi poderes—, nem dos seus dirigentes—a cujo numero não pertencio. Falo exclusivamente como português e como monárquico, simples soldado de uma Causa pela qual luto desde pequeno.

A Causa não morreu! Pode ou não concordar-se com determinados actos dos seus dirigentes, pode ou não concordar-se com algumas das orientações por eles tomadas, mas se se é monárquico, deve-se, a meu ver, nela estar inscrito. A união faz a força e embora possa nela haver 2 ou 3 correntes, devemos todos formar um bloco em volta do Chefe da Causa, o legítimo representante da Casa Real, seja Ele A ou B, que viva em qualquer momento, seja em 1910—1920—1940 ou 1960. A Causa não morre, portanto!

Monarquia não é como a Republica onde há um chefe eleito. Monarquia é um regime onde o chefe é aclamado e perante as cortes gerais presta juramento. Só a essas compete verificar se el-rei se conduz ou não como cidadão n.º 1 (porque não é caso virgem na história, das Cortes Gerais obrigarem o rei a abdicar em favor do seu sucessor legítimo, quando as circunstâncias especiais assim o exigiam para o bem da nação).

A Causa não morreu! Todos nós monárquicos com ela estamos, porque a Causa não é do sr. professor Fezas Vital (quanto errado está nesse ponto o sr. prof. Lopes de Oliveira) ou de outrem qualquer, mas de el-rei. Podemos discordar—e somos livres como monárquicos para tal, como livres o foram sempre o clero, a nobreza e o povo, cujos representantes falavam a el-rei expondo os seus queixumes ou apresentando as suas petições—desta ou daquela orientação de dirigentes. Mas a Causa em si, essa mantém-se íntegra.

A Causa não é nem pode ser absolutista—ao contrário do que afirma o meu antigo professor de Historia no Liceu de Passos Manuel, dr. Lopes de Oliveira—mas o centro de todos os monárquicos e nunca como tal poderia definir-se sem que fosse efectuado um congresso monárquico que haja aprovado o tipo de regime monárquico, uma vez que não deve voltar-se a rei absoluto porque é contrário ao espirito da presente epoca, nem á Constituição que vigorou até 1910, que se reconhece incapaz de convenientemente interpretar o actual pensamento da maioria monárquica.

Leio em «A nossa Paróquia» (o boletim da Paróquia da Estrela), em seu n.º 9, estas palavras:

«Sua Santidade Pio XII deu ha pouco para a Itália, normas que queremos lembrar, nas circunstâncias presentes:

1.º—E' obrigação estrita de consciencia para quantos têm o direito de votar, homens e mulheres, tomarem parte nas eleições. Quem se abster, por indolencia ou por maldade, comete um pecado grave, incorre numa culpa mortal,

2.º—Cada um deve votar segundo os ditames da sua consciencia. Deve dar-se o voto áquele candidato ou áquele lista de candidatos que ofereça garantias suficientes para a defesa dos direitos de Deus e das almas, da familia e da Sociedade, segundo a lei de Deus e a boa moral cristã».

Ora eu sou cristão, tenho o direito a voto, votarei portanto! E fá-lo-ei a favor de quem eu quiser—nunca qualquer nome me foi imposto pela Igreja—desde que o nome escolhido ofereça a garantia de que:

a—Será inteiramente respeitada a minha crença religiosa;

b—continuari a poder assistir com pleno respeito de todos (qualquer que seja o seu credo), aos actos da minha religião;

c—será inteiramente respeitada a Igreja de Cristo;

d—esta continuará a poder realizar os actos do seu culto, mantendo-se toda a sua obra (seminários, conventos, colégios religiosos, missões no Ultramar, igrejas e capelas), sem que ela seja perturbada, amesquinhada ou destruída.

Leio na circular de Janeiro de 1949 da «Causa Monárquica» referente a «A Causa Monárquica e o Movimento Politico» as seguintes palavras:

«Sejam os nacionalistas (e eu tomo esta palavra como «portugueses»), defendendo Portugal uno, porque os há, infelizmente, internacionalistas, adeptos fervorosos da União Ibérica Comunista, primeiro passo para a submissão de Portugal á União das Republicas Sovieticas) no verdadeiro sentido da palavra e á luz da nossa história, que nenhuma outra inveja, instauramos o que das tradições nacionais é restaurável... e busquemos na realidade a garantia insubstituível não só da continuidade histórica e governativa, senão também daquelas intangíveis liberdades que a dignidade humana, aureolada pelo cristianismo, a todos os homens, sem distincção, confere...»

Apesar destas considerações, não pode a Causa Monárquica desconhecer a gravidade dos perigos que ameaçam o Ocidente, nem os seus reflexos na vida portuguesa. Não levantará, por isso, nesta altura, dificuldades... A Causa Monárquica... torna publico que dá o seu assentimento á intervenção eleitoral dos monárquicos em favor de Sua Ex.^a o Senhor Marechal Carmona.



DR. DOMINGOS DE GUSMÃO

Depõe hoje o sr. dr. Domingos de Gusmão Araújo, que foi um dos fundadores do Movimento de Integralismo Lusitano, director da primeira revista do mesmo movimento «Alma Portuguesa», presidente do Instituto Antonio Sardinha, de cultura nacionalista, em 1926, advogado, ensaísta, autor de «O Nacionalismo e o Cristianismo na obra de Gil Vicente e a sua projecção nos tempos modernos». O dr. Domingos Gusmão Araújo, que era professor do Liceu de Viseu, foi levado á aposentação compulsiva, em 1937.

—Que pensa v. ex.^a do actual momento politico? Que problemas suscita ele na sua consciencia de homem e de português?

—O que por aí se vê e agita, descabelado e gritante sob certo aspecto, se me desola como cristão, como homem e como português, sob outros aspectos, interessa-me pela força dum imperativo de consciencia que me não deixa

Ora eu sou monárquico, tenho o direito a voto, votarei portanto! E fá-lo-ei a favor—porque como monárquico me foi dado assentimento á intervenção eleitoral, dentro do regime republicano—do candidato que:

a—seja português, de lei e defensor de Portugal uno e indivisível;

b—haja publicamente repudiado toda e qualquer intervenção dos comunistas como grupo politico, no Governo da Nação;

c—garanta o absoluto respeito pelas ideias de cada um—desde que elas sejam eminentemente nacionais—sem que tais ideias representem ideias de partido (os problemas nacionais são de tal modo complexos que todos nós somos poucos, dentro de cada especialidade, para os discutirmos no sentido construtivo e não devemos fazê-lo submetidos a um programa de partido, mas com aquela liberdade da nossa maneira de ver para que possamos encontrar a melhor solução para os casos, isto é, realizando uma discussão tecnica dos assuntos).

d—garanta o absoluto respeito pelas ideias religiosas de cada um, permitindo que cada religião possa realizar os actos do seu culto com inteira liberdade de acção, desde que não representem atentado contra a soberania portuguesa ou contra outras religiões;

e—garanta a ordem e a seriedade—sem as quais é impossível trabalhar e ganhar o pão de cada dia—nas ruas, nas casas, nas contas publicas, na acção do Governo, no desenvolvimento progressivo de Portugal, metropolitano; insular e ultramarino.

Como vê, sr. Rocha Martins, não estou enfeudado a A ou B. A isso chamo liberdade. E quanto eu poderia falar de liberdade!

—E' a liberdade aquilo que verifiquei; quando era estudante universitário, de nós monárquicos queremos discutir em assembleia nossa, os assuntos que nos interessavam e os estudantes republicanos procuraram no desatento intervir abruptamente?

—E' liberdade aquilo que tantas vezes pude observar de não permitirem os jornais das «direitas» saírem porque lhes empastelavam a composição?

—E' liberdade o não permitir que as procissões saíssem á rua enquanto se autorizavam ou se deixavam que livremente as manifestações extremistas se realizassem?

—E' liberdade o que a sr.^a D. Maria Tito de

Morais dá a entender, que não deseja que a mulher portuguesa tenha filhos, cozinhe e vá á igreja, se a sua educação e a sua vontade for essa—e não me consta que em qualquer epoca da minha vida (e já vou entrar dentro de meses na casa dos 40) se obrigasse a mulher a ter filhos, a cozinhar e a ir á igreja?

—E' liberdade quando o sr. Rocha Martins afirma que o País vota á irrisão os monárquicos que quiseram votar por Sua Ex.^a sr. marechal Carmona?

Não! sr. Rocha Martins:

Liberdade democrata, quanto te defenderam os heróis de 1820—aqueles aos quais o sr. prof. Luis Pinto Coelho em hora manifestante infeliz chama portadores de baionetas mercenárias—e quanto te deturparam, empurrando-te para a liberdade irresponsável, muitos dos homens do 1.º quarto do Sec. XX!

Liberdade cristã—conforme a Igreja sempre defendeu, quanto andas esquecida pelo fervilhar das ideias dos homens, deturpada por uns, adaptada a determinadas concepções por outros, defendida como rótulo por terceiros que não hesitariam amanhã, se vencessem, em te aniquilar com os seus idais bolchevistas!

Quanto a mim, prefiro a liberdade que tenho dentro da ordem que desfruto—na esperança de um dia, quando o civismo da maioria da nossa gente o permitir, ter aquela Liberdade e aquela ordem que a Monarquia assegura—á promessa de uma Liberdade e uma ordem, espelho do que eu assisti quando estudante de liceu e universitário.

E tudo isto cada um de nós pesará. Atentamente tenho lido o «Diário de Lisboa» (como desde há muitos anos), a «Republica» e o «Diário de Noticias», com todo o cuidado tenho pesado—não só como cristão e como monárquico, mas muito especialmente como português—o que têm exposto as duas correntes que vão lutar no dia 13 de Fevereiro de 1949 pela suprema chefia da Nação, e tenho feito—e quero ter essa liberdade—o meu juízo, criticado para mim e só para mim aquilo que errado me parece, e com plena liberdade irei votar.

Sim—Senhor Rocha Martins, ex-monárquico, actual republicano (isto de virar a casaca é coisa que não compreendo e quanto á acusação de que tenciono dar a facada pelas costas na Republica, responderei a V. Ex.^a que sempre me declarei monárquico, sempre respeitei as ideias de cada um para exigir que respeitem as minhas, sempre como funcionário respeitei as leis que jurei respeitar enquanto funcionário e se um dia entrasse em luta aberta contra o Governo que nessa epoca estivesse, pediria a minha demissão prévia, não obstante ocupar um cargo por direito e não por favor)—votarei por aquele que mais liberdade, aquela liberdade que defendo, me garantirá.

Et sans rancune. Deus guarde Vossa Senhoria. De V. Ex.^a V. de Almeida Garrett, eng. civil.

Um antigo dirigente do Integralismo lusitano critica a obra do regime

ficar neutro perante as ansiedades do nosso tempo.

—Mas que problemas são esses que, no seu pensar, emergem do actual condicionamento politico?

—Olhe: *mutatis mutandis*, esses problemas são os mesmos que o cristianismo veio resolver com a sua aparição perturbante ao desabar da civilização antiga, com esta diferença: enquanto que a sociedade de hoje se paganiza na medida em que despreza, atraiçoa ou esquece o verdadeiro cristianismo, a sociedade antiga degenerava na medida em que o paganismo perdia a sua frescura criadora. Por isso, a nossa tarefa de cristãos será mais penosa porque se tornará preciso restituir o cristianismo ás fontes, ás raízes, arrancando-o ao dominio de tantos que não valem a menos de pagãos dos tempos aureos da antiguidade classica.

—Pelo visto, v. ex.^a é um cristão revolucionario que no cristianismo descobre e sente um perfume de eternidade, não é verdade?

—Talvez. E' dentro dessa perspectiva que, por exemplo, se está collocando a revista catolica «L'Esprit», de Emmanuel Mounier, quando reúne nas suas paginas a colaboração de marxistas e de cristãos numa atmosfera socializante, sincera, superior a todas as preocupações mesquinhas.

—Mas o problema posto pelo Governo á consciencia nacional terá, na verdade, essa transcendencia?

—No meu entender, o problema só não tem um interesse sério para os inconscientes. De resto, é o próprio Governo que dá ao problema actual um caracter de transcendencia, quando procura colocar o País perante o enfatiante problema: ou o Estado Novo com todas as suas implicações práticas ou o marxismo também com as suas implicações.

—E como encara esse dilema?

—Mal posto. O problema, na sua transcendencia, é outro, emerge dum dilema diferente: ou esta nossa civilização tão pobre de espiritualidade ou o cristianismo dum S. Francisco

de Assis. Qualquer outro dilema será falso, e de consequências deploráveis.

—Pelo que parece, v. ex.^a...

—Por mim acho que o Governo não ofereceu ao Povo a possibilidade pratica de se pronunciar, com liberdade esclarecida, entre a formula «Tudo pela Nação» e a formula «Tudo pelo Homem», para que a nação seja uma irmandade. Além disso, a gente fica sem saber se o Governo quer declarar a sua própria vontade por intermédio da União Nacional ou ver declarada a vontade do Povo português através da Oposição.

—Entende v. ex.^a que a candidatura do sr. general Norton de Matos representa todos os sectores da Oposição?

—Não sei; é todavia manifesto haver várias correntes de opinião oposicionista.

—Quer definir-nos então a sua posição ao lado dos defensores da candidatura do sr. general Norton de Matos?

—A candidatura do ilustre português tem para mim, como para muita gente, o significado muitíssimo logico duma saída possível. Estou, pois, contra o presente por motivos de natureza muito séria e que são:

1.º—Sou espiritualista e cristão e a actual situação politica é praticamente carecida de espiritualidade, pobre de alma e tão pobre que não conseguiu cultivar as consciencias livres em numero bastante para que possa inculcar-se verdadeiramente nacional.

2.º—Amo a liberdade de espirito como amo o ar que respiro e o Estado priva-me dessa liberdade.

3.º—Tenho um grande culto pela Verdade, mas o Governo recusa-me os meios de conhecê-la e de comunicá-la.

—Parece-lhe, então, que o regime não respeita ou não fez respeitar a politica da Verdade?

—Para mim isso é evidente.

—Mas tenho ouvido dizer tantas vezes que o mal não é dos homens, mas sim do regime, que já não acredito. E' que o regime é isto que se vê, maior parte.

ECOS

Faz hoje anos «A Voz», a quem cumprimentamos, na pessoa do seu ilustre director, desejando-lhe prosperidades e vida tranquila. A Imprensa carece de ser um elemento essencial e indispensável contra a marcha do ódio, congregando, em torno de si, os bons portugueses incorruptíveis.

Sob tal ponto de vista, «A Voz» marca uma posição que respeitamos, mesmo na hora em que não estivermos de acordo. Aceite, pois, o nosso colega o testemunho da nossa muita consideração.

Um dia há-de acabar a discórdia em Portugal. Quando será? Assim que a política se cinja ao seu campo próprio e não exorbite, infiltrando-se surdamente nas preocupações do povo. Esperamos que o cansaço pacifique as exaltações mais clamorosas.

Há ainda tanto que fazer em Portugal, que entendemos dever ser esse o nosso grande cuidado. Preferimos a política de realizações à das retaliações.

Portugal, caso teimasse em versar problemas de «lana caprina», acontecer-lhe-ia o mesmo que aos rios caudalosos, no tempo das cheias, mas que, quando chega o Verão, vêem o seu caudal reduzido a zero. Os portugueses amam a sua Pátria e batem-se por ela valentemente.

Porque não hão-de eles aproveitar as suas nobres energias, abandonando as causas pueris ou picarescas, no género de «Hissop», mas competindo uns com os outros, a fim de se igualarem ou excederem, acrescentando à obra dos avós, que vem do passado, o esforço dos netos, em busca do futuro?...

Nunca houve palavra que «sofresse» mais definições que a palavra liberdade. Já houve um russo que disse ser ela uma conquista do amor. Como a frase era equívoca, os maliciosos dedicaram-se ao amor livre, o que não estava no pensamento do definidor. Os actos humanos têm geralmente o sopro de quem os pratica. Os do homem impuro são corrompidos, os do homem honesto são honrados.

A liberdade, como nós a entendemos, é uma virtude dos cidadãos—o que a protege contra o que Jean-Paul Sartre denomina «Les Mains Sales»—«As Mãos Sujas». Esta questão da limpeza das mãos é basililar, na vida social, pois significa a introdução à higiene da alma. Em fisiologia, a liberdade é inexistente. Só começa com a psicologia, quando nós já dispomos do alvedrio bastante para escapar ao domínio dos instintos. Na moral, onde impera a nossa consciência, e na política, onde manda a nossa razão, é que a liberdade adquire o sentido da sua existência.

O nosso colega «Novidades» publica um excelente artigo sobre «O Jornal Católico», no qual achamos o seguinte, que pedimos licença para transcrever:

—«O jornal é a primeira de todas as alavancas da opinião. Quase se podia afirmar: Dize-me que jornal lês, e dir-te-ei quem és. É que a notícia, o comentário, o artigo martelando as mesmas concepções dia a dia, sem cansaço nem interrupção, acabam por transformar os espiritos. E tanto mais eficazmente, quanto é certo exercer-se a sua acção de maneira impoderável».

O publico tem no jornal um companheiro, um educador, um informador e um crítico, embora, por vezes, pense o contrário. Evidentemente, nem todos os diários estão nestas condições, pois frequentemente aparecem casos destoantes. Para evitar clamorosas ingratidões, convém lembrar que, entre nós e nos países civilizados, diremos mesmo: os mais civilizados, a Imprensa é a primeira das alavancas da opinião», segundo a expressão de «Novidades».

Como ficaria o Mundo, se ela desaparecesse?...

É preferível protegê-la do que guerrear-lá.

Qual o seu verdadeiro intento? Informar, alargar o horizonte do leitor, entreter, esclarecer, discutir, espalhar ideias e advogar ideais, indicar o rumo do progresso e pregar a cortesia universal.

A propaganda da Oposição

O general Norton de Matos preside a uma sessão em Faro

FARO, 29.—No dia 31, às 16 horas, no Cine Teatro Farense, o sr. general Norton de Matos preside à sessão de propaganda da sua candidatura à Presidência da República. Falarão os srs. comandante Sebastião José da Costa, drs. João da Silva Nobre, Julio Filipe de Almeida Carrapato e João Passos Valente.

Outras sessões na provincia

Em Mortagua, realiza-se amanhã no Teatro-Clube desta vila, uma sessão de propaganda a favor da candidatura do general sr. Norton de Matos. Presidirá o sr. dr. Bernardo Pais de Almeida, de Viseu.

Também amanhã, na freguesia de Gandra (Ponte do Lima) em casa do proprietário Antonio Pereira de Castro se realiza uma sessão de propaganda da candidatura do sr. general Norton de Matos, em que serão oradores os srs. drs. Domingos Pereira, Teófilo Carneiro, Abel Pacheco, Basilio Lopes Pereira, eng. Artur Castilho, drs. Bento de Melo, José Barbosa e Manuel de Figueiredo.

Em Alcanena, os membros da comissão de propaganda da Oposição, srs. José Almeida e Silva, Manuel Galveias e Antonio Augusto Louro, foi hoje apresentada na Camara Municipal deste concelho a petição requerendo a competente autorização para a sessão publica a efectuar na próxima segunda-feira, às 21 horas, no teatro desta vila. Presidirá o sr. dr. Luis da Camara Reis e falarão os srs. dr. João Campos de Lima e Adão e Silva, e os representantes da comissão distrital de Santarem, srs. dr. Joaquim dos Santos Martinho, dr. Eurico Ferreira e dr. Ginestal Machado, e ainda os srs. Heliodoro Sebastião Frescata, Herminio Inacio Flor Bento e José Flora Inacio Bento.

Em Torres Vedras

TORRES VEDRAS, 29.—Realiza-se amanhã, nesta vila, uma reunião promovida pela comissão local de propaganda da candidatura do sr. general Norton de Matos. Presidirá, representando o candidato da Oposição, o sr. comandante Prestes Salgueiro, secretariado pelos srs. Augusto Bastos Trone e José Nunes Chaves. São oradores os srs. dr. Pedro Pita, capitão Augusto Casimiro, dr. Nuno Rodrigues dos Santos e dr. Ernesto Carvalho dos Santos. Dada a grande aglomeração de pedidos de bilhetes, a comissão organizadora não pôde satisfazer todas as pessoas que manifestaram o propósito de assistir à reunião.

O general Norton de Matos preside esta noite a uma reunião em Evora

A fim de presidir às sessões de propaganda da sua candidatura, que se realizam em Evora, esta noite, em Beja, amanhã à tarde, e em Faro, no dia 31, partiu hoje, de automovel, para o Sul o sr. general Norton de Matos, que se fazia acompanhar pelo sr. comandante Aragão e Melo.

Em Evora aguardam o candidato da Oposição, além dos componentes das comissões locais dos Serviços de Candidatura, os srs. professor Mario de Azevedo Gomes e Manuel Mendes. Na sessão que esta noite se efectua naquela cidade, no teatro Garcia de Rezende, usarão da palavra as srs. D. Maria Isabel Aboim Inglês e D. Maria Lamas e os srs. drs. Mario de Castro, Pedro Pita, Manuel Mendes, Vitor Santos, José Luis da Conceição Silva, Manuel Portilheiro e Cordeiro Rosado.

Prof. Pulido Valente

Do sr. prof. dr. Pulido Valente recebemos uma carta em que responde às considerações que, a propósito das suas recentes declarações ao «Diário de Lisboa», fez o sr. subsecretário de Estado da Assistência, numa entrevista publicada no «Diário de Notícias». Publicá-la-emos logo que nos seja possível.

Quer um bonito lustre?

Vá ao

Duartes Pai e Filhos

Rua da Vitória, 46-48
Tel. 32911

As sessões de propaganda da União Nacional

Para propaganda da candidatura do sr. marechal Carmona realizam-se hoje, promovidas pela União Nacional, sessões em Lisboa, Moscovide, Pombal, S. João da Madeira, Aceis-seira, Braga, Trofa, Loures e Sintra.

A sessão de Lisboa realiza-se na Liga 28 de Maio, às 21 e 30, presidida pelo sr. ministro do Interior, São oradores os srs. engenheiro Carlos Santos, operário Francisco Mendes, dr. Pinho de Meneses, major Ribeiro Casais, estivador Manuel Aurélio Silva e padre Abel Candeço.

Em Moscovide, a sessão realiza-se às 21 e 30, no Cine-Teatro, sendo oradores os srs. tenente-coronel Cortes Lobão, dr. Afonso Marchueta, eng. Camilo Mendonça, dr. Carlos Dias Gonçalves e Dário Canas.

A sessão de Pombal preside o governador civil de Leiria, sr. dr. Afonso Zuquete, sendo oradores os srs. dr. José Santos Alves, José Fernandes Carvalho, dr. Arménio Cardo, dr. Magalhães Pessoa e Ernesto Domingues Tavares.

Outras sessões

Por iniciativa da U. N. realiza-se amanhã uma sessão de propaganda da candidatura do sr. marechal Carmona, a efectuar no teatro Sá de Miranda, em Viana do Castelo, a que presidirá o sr. dr. Alberto Meireles, delegado do I. N. T. P., dr. Cerveira Pinto e dr. Pinheiro Torres.

—Amanhã, às 12 e 30, no Cine-Teatro de Porto de Mós, realiza-se uma sessão de propaganda da candidatura do sr. marechal Carmona, na qual usará da palavra, além do sr. dr. Afonso Zuquete, governador civil do distrito, que presidirá os srs. drs. Manuel Ribeiro Ferreira e Magalhães Pessoa, deputados. Carlos Mendes Aldes, director escolar, eng. José Monteiro da Conceição, Manuel Martins Crespo e dr. Augusto Crespo, antigo deputado e presidente concelhio da U. N.

O ministro das Obras Publicas

vai a Castelo Branco

inaugurar alguns melhoramentos

CASTELO BRANCO, 28.—O sr. ministro das Obras Publicas visita, oficialmente, este distrito, onde inaugurará, a Ponte de Cambas para ligação directa dos distritos de Castelo Branco e Coimbra, presidindo a sessão de propaganda eleitoral, na capital do distrito, no dia 31.

O sr. ministro das Obras Publicas visitará também, algumas obras em curso, nos concelhos de Castelo Branco, Covilhã e Fundão.

O subsecretário da Assistência

vai inaugurar melhoramentos em Mirandela

MIRANDELA, 29.—Realiza-se nesta vila, depois de amanhã, dia 31, a inauguração de um bairro para classes pobres, um centro de Assistência Social—a que será dado o nome do sr. dr. Trigo de Negreiros—seis salas para escolas primárias e uma automaca para a corporação dos bombeiros locais. Para presidir às cerimónias desloca-se a esta vila o sr. subsecretário da Agricultura, natural desta região.

O rei Leopoldo não pretende anular o seu casamento

BRUXELAS, 29.—Declara-se de fonte autorizada que são destituídas de qualquer fundamento as informações publicadas por certos jornais de Roma anunciando que o rei Leopoldo teria apresentado um pedido de anulação do seu casamento junto da Santa Sé.—(F. P.).

GENEVA, 29.—O rei Leopoldo III da Belgica, acompanhado por sua esposa, a princesa de Rethy, e por sua filha a princesa Josefina Carlota, com quem passou todo o mês de Janeiro em Cannes, é esperado na sua propriedade do «Reposoir», próximo de Genebra, amanhã à noite.—(F. P.).

O ministro da Marinha inaugurou hoje em Viana do Castelo os trabalhos de construção de 5 novos arrastões

VIANA DO CASTELO, 29.—(Pelo telefone) —Nos estaleiros navais desta cidade, iniciou-se hoje, com a presença do sr. ministro da Marinha, a construção de cinco novas unidades de pesca de arrasto, destinadas a quatro empresas de Lisboa e uma de Aveiro.

Cerca das 10 horas, o sr. comandante Americo Tomás entrava nas amplas oficinas de caldeiraria dos estaleiros, onde era recebido pelos srs. Vasco d'Orey, João Alves Cerqueira, eng. Americo Rodrigues, Alberto Bettencourt, João Delgado Cerqueira e Guilherme d'Orey, da direcção dos estaleiros, e, ainda, pelos srs. comandantes Henrique Tenreiro e Duarte Silva, dr. Soares da Fonseca, governador civil do distrito e presidente do município, capitães dos portos do Porto e Viana, directores de companhias de pesca e outras individualidades.

Naquelas oficinas procedeu-se então às operações da viragem de uma valise para um dos cinco arrastões, cada um dos quais terá 45 metros de comprimento, capacidade para 125 toneladas de peixe, e uma deslocação de 705 toneladas. Todos os barcos estarão concluídos dentro de 15 meses, custando, cada um deles menos 70 mil escudos do que o orçamento apresentado por uma firma inglesa.

O sr. eng. Americo Rodrigues agradeceu, em nome dos estaleiros, ao Governo o apoio que lhe tem ido prestado, salientando o ambiente de ordem e disciplina progressiva do País que tem permitido levar a cabo a obra dos estaleiros.

O sr. comandante Tenreiro enalteceu, em seguida, os esforços do Governo no sentido de fortalecer a marinha mercante e o sr. ministro da Marinha, encerrando a serie de discursos, disse que não eram de agradecimento as palavras que lhe dirigiam pois, se alguma coisa fez pela marinha mercante, fê-lo apenas no cumprimento dos seus deveres e obrigações, para que haja pão nas casas portuguesas e paz nas terras de Portugal.

Findo aquele acto, o sr. ministro da Marinha dirigiu-se à sala de desenho onde lhe foram apresentados os planos referentes às embarcações, pelo sr. Augusto Laje do Amaral.

Seguidamente, inauguraram-se num edificio anexo aos estaleiros, os refeitórios, vestiários e banheiros para todo o pessoal que, neste momento, é de cerca de 1.200 homens.

Antes de se retirar desta cidade, o sr. ministro da Marinha esteve numa das docas secas a ver o arrastão «Cabo Branco» que já está construído e que, dentro de 15 dias, deve ser entregue à empresa proprietária de Lisboa.

Seguidamente, o sr. comandante Americo Tomás tomou o caminho do Porto, detendo-se, em Apulia, para visitar a estação radio-goniométrica, onde foi recebido pelo director dos serviços radiotelegráficos da Armada, sr. comandante Ramos Pereira.

O novo parque de jogos do C. F. os Belenenses

No prosseguimento de negociações que há muito tempo vêm sendo realizadas pelo Clube de Futebol os Belenenses, junto da presidência da Camara Municipal e do sr. ministro das Obras Publicas, acerca do problema do novo parque de jogos para aquele importante clube lisboeta, foi inteiramente encontrada a solução. Quer dizer, o Belenenses que, por virtude da urbanização, terá de deixar as Salesias, construirá em Belem, no seu ambiente e no seu meio, o futuro estádio do clube.

O sr. dr. Octávio de Brito presidente do Belenenses, e demais directores, avistou-se hoje com o sr. ministro da Educação Nacional, pelas 14 horas, a quem foi convidar para assistir a um desafio internacional depois de amanhã entre o Belenenses e o First, de Viena.

Foi preso o autor duma burla de milhares de contos

A pedido do sr. dr. Gonçalves Pereira, inspector da Policia Judiciária, foi há dias detido em Tanger, Heitor Vilhena, que é acusado de ter praticado uma importante burla que se eleva a alguns milhares de contos. As autoridades daquela cidade deram conhecimento da prisão do acusado e colocaram-no à disposição da Policia Judiciária. Imediatamente seguiu para Marrocos um agente que foi buscar o preso. Ambos chegaram ontem a Portugal em avião, e o preso recolheu imediatamente, incomunicável, a uma cela da Policia Judiciária.

O preso foi interrogado largamente pelo sr. dr. Gonçalves Pereira, sobre a acusação que lhe é feita. Deste interrogatório resultou a prisão de mais cinco indivíduos que recolheram incoadunáveis aos calabouços do Toren, depois de ouvidos.

ROUXINOL

DANCING

VIENA

RESTAURANTE

Chá-Dançante

A's Quintas, Sábados e Domingos

QUARTETO SAVOIA

com ALFREDO LOPES e AMARAL LOPES

largo da Biblioteca, 19 e 20 (à rua Ivens) Telefone 20278

Foi julgado a favor do dr. António Luís Gomes o pleito que lhe moveu a Misericórdia do Porto

Arrastava-se há muito este pleito nos tribunais do Porto: uma acção proposta pela Santa Casa da Misericórdia contra o seu antigo provedor durante dezenas de anos, sr. dr. António Luís Gomes, antigo ministro da República e veneranda figura de portuense e de português. Aquele antigo provedor era acusado, entre outros supostos delitos ou irregularidades, de se ter apropriado de títulos e valores que pertenceriam à Misericórdia.

O tribunal colectivo do 2.º juízo civil foi constituído pelos juizes dr. Hercúlo de Magalhães Araújo Ribeiro, presidente, drs. Margarido Pacheco e Jaime Nunes Serra.

O advogado do dr. António Luís Gomes foi o dr. José de Azeredo Perdigão, e o da Misericórdia o dr. Alberto Pinto de Lima. Houve numerosas audiências e foram ouvidas muitas testemunhas.

Formulados 31 quesitos, as respostas a eles foram todas favoráveis ao demandado: títulos e objectos, estes de valor apenas estimativo, pertencem de facto ao antigo provedor que, também segundo o tribunal que julgou este pleito, serviu a instituição durante 23 anos com actividade profícua e absolutamente desinteressada, gozando do mais alto conceito publico pela sua honradez e apurmo moral, como acentuou na sua brilhante defesa o sr. dr. José de Azeredo Perdigão.

A sentença, que o presidente do tribunal vai lavrar em face das respostas, será conhecida dentro de dias, vinte o máximo, e dela, em matéria de facto, não há recurso.

Em rigor o antigo pleito, que interessou toda a capital do Norte, terminou ontem.

O sr. dr. António Luís Gomes, que tem 85 anos, tem sido objecto de muitas manifestações de carinho.

O subsecretário da Educação inaugurou hoje uma cantina na Escola Veiga Beirão

Na Escola Comercial Veiga Beirão, no Largo do Carmo, está a ser inaugurada, á hora de fecharmos o nosso jornal, a nova cantina do Centro Escolar n.º 17 da Mocidade Portuguesa, ali em funcionamento.

Presidiu ao acto o sr. subsecretário de Estado da Educação, sr. dr. Luís Leite Pinto, que foi recebido pelos srs. director geral do Ensino Técnico Profissional, dr. Carlos Pimenta; director da referida escola, dr. Leopoldino de Almeida; comandante do centro n.º 17, Vítor Hugo Rodrigues, componentes do corpo-docente e estudantes. No amplo ginásio, efectuou-se á uma sessão, durante a qual aquele membro do Governo entregará dois primeiros prémios á aluna que o ano passado concluiu o curso com mais alta classificação, a menina Maria Alice Ferreira Lopes. Os dois prémios, cada um dos quais na importância de 200 escudos, foram instituídos, um pela Associação Comercial de Lisboa e consta de um juro de renda perpétua e outro pelo núcleo dos antigos alunos da Escola Comercial Veiga Beirão que, além do referido prémio, instituiu mais um de igual importância para o segundo aluno mais classificado, este ano o antigo aluno José Miguel Godinho Ferreira.

Serão depois distribuídos vários prémios aos alunos que apresentaram melhores trabalhos na ultima exposição escolar.

Seguidamente, o sr. dr. Luís Leite Pinto procederá á inauguração da cantina escolar e das novas salas destinadas ao funcionamento dos novos cursos criados pela ultima reforma do ensino.

FIM DE SEMANA
TAXIS DE LUXO
Serviço para todo o País
Preço rigoroso da tabela
AUTO-ESTRELA, L.ª DA
Telef. 4-3731
Rua Fialho de Almeida, 9-A

O luxo de
COPACABANA
está na qualidade do que serve e do que vende

O transito em Lisboa Uma nova postura actualizada

O artigo 41.º do regulamento de transito, aprovado por portaria de 27 de Junho de 1947, passa a ter a seguinte redacção:

A partir da data da publicação da portaria que aprova esta postura não serão concedidas novas licenças para veículos de tracção animal, podendo apenas renovar-se aos actuais proprietários para os veículos que actualmente possuam. Porém, a partir de 1 de Junho de 1949 estes veículos deverão estar munidos com rodados de rasto elástico e silencioso. A título transitório, e no periodo compreendido entre a data referida neste artigo e 31 de Dezembro de 1949, é, contudo, tolerada a circulação de veículos com rodados de rasto metálico, mas apenas entre as 7 e as 13 horas.

E' proibido o transito de solípedes com carga a dorso: a partir de 1 de Janeiro de 1949 na área da cidade limitada pelas seguintes praças e artérias, incluindo limites: Cais do Sodré, Rua do Alecrim, Praça de Luís de Camões, Rua do Loreto, Largo do Calhariz, Calçada do Combro, Largo do Dr. António de Sousa Macedo, Rua do Poço do Negro, Rua de S. Bento, Largo do Rato, Rua de Alexandre Herculano, Rua de Santa Marta, Rua de Alves Correia, Rua do Telhal, Rua de Santo António dos Capuchos, Campo dos Mártires da Pátria, Largo do Mastro, Rua do Saco, Rua Nova do Desterro, Largo do Intendente, Rua do Benfornoso, Rua da Mouraria, Largo de Martim Moniz, Rua do Arco do Marquês de Alegrete, Poço do Borratém, Rua da Madalena, Rua dos Bacalhoeiros e Campo das Cebolas; a partir de 1 de Janeiro de 1950 na área da cidade limitada pelas seguintes praças e arruamentos, incluindo os limites: confluência da Estrada de Chelas com a Avenida de D. Afonso III, Avenida de D. Afonso III, Parada do Alto de S. João, Rua de Moraes Soares, Praça do Chile, Rua de António Pereira Carrilho, Avenida de Manuel da Maia, Avenida de Rovisco Pais, Avenida do Duque de Avila, Rua do Marquês da Fronteira, Rua de D. Carlos de Mascarenhas, Rua das Amoreiras, Rua de Silva Carvalho, Rua de Campo de Ourique, Rua de Ferreira Borges, Rua do Patrocínio, Rua do Possolo, Rua do Borja, Rua do Capitão Afonso Pala, Rua da Costa, Rua de João de Oliveira Miguéis e Rua de Cascais.

A partir de 1 de Janeiro de 1949 fica proibida a circulação na cidade de veículos de tracção animal puxados por bois ou jumentos, salvo para exclusivo abastecimento dos mercados de 24 de Julho e de 31 de Janeiro, desde a 1 até ás 7 horas.

§ unico. O disposto neste artigo não se applica, até que as circunstancias o imponham, na área da cidade situada para além da linha de demarcação, limites incluídos, definida pelas seguintes vias de comunicação: Estrada de Circunvalação, Estrada do Calhariz de Benfica, Estrada de Benfica, Azinhaga da Fonte, Largo da Luz, Estrada da Luz, Estrada das Laranjeiras, caminho de ferro de cintura e Rua do Dr. Estêvão de Vasconcelos.

PIGALLE
Apresenta hoje
BRANDÃO
(ao piano)
ANDRADE SANTOS
(no Solobox)
e
FAUSTO CALDEIRA

Martex
A casa que V. Ex.ª deve preferir para
calçar com elegancia e distincção
RUA AUGUSTA, 258
LISBOA Telefone 75128

A poesia é a musica da alma
As joias de verdadeira arte são
o maior deslumbramento da vista.
Grande Ourivesaria da Moda
Rua da Prata, 257 (esquina da
Rua de Santa Justa)

Um programa de conciliação apresentado pelo major Botelho Moniz

Na palestra que proferiu ontem, á noite, ao microfone de Rádio Clube Português, o major Botelho Moniz apresentou «um programa de conciliação geral dos portugueses» que abrange cinco pontos principais e a que não queremos deixar de dar a devida publicidade, a pedido do autor, por nos parecerem louváveis todas as tentativas que se façam e todas as sugestões que se apresentem para evitar que os ódios e as divisões políticas cavem abismos profundos na sociedade portuguesa.

A certa altura da sua palestra, o major Botelho Moniz disse:

«Sacrifiquemos um pouco de liberdade e um pouco de paixão á ansia de trabalhar, produzir e viver em paz, que é a ansia mais ardente de todos os lares.

Mas não restringamos demasiado a liberdade individual. Não tememos em ignorar, nós situacionistas, a existência duma forte Oposição. Não temo a Oposição em ignorar a existência dum Estado Novo forte, dinámico, combativo quando é preciso combater, moderado e sereno sempre que lhe ofereçam a paz. Não temo a Oposição em ignorar as palavras de José Barreiros, que já li numa destas palestras: «O homem comum, o homem da rua, como eu, o chefe de família, a mãe que ama os filhos e os filhos que vivem para seus pais, preferem a tranquilidade á liberdade que os agitadores oferecem».

Por mim, desejava, e já o proclamei no Parlamento e em toda a parte, muito antes da campanha eleitoral, uma plataforma, onde fosse possível encontrar conciliação. Ela seria:

1.º)—Amnistia completa para monárquicos e republicanos, vítimas das lutas políticas desde 5 de Outubro de 1910, e não apenas para os amigos do sr. Norton de Matos. Um programa de conciliação geral dos portugueses não pode comportar leis de excepção, como o desejaria o candidato oposicionista.

2.º)—Regime de censura á imprensa identico ao que está a vigorar no presente periodo eleitoral, isto é, sem limitação excessiva de liberdade de expressão de pensamento, como ponte de passagem para a liberdade condicionada pela responsabilidade efectiva das empresas jornalísticas e seus colaboradores.

3.º)—Liberdade de reunião nas condições actualmente existentes.

4.º)—Represão do comunismo por todas as formas legais existentes ou a estabelecer.

5.º)—Permissão de agremiações da Oposição, quer como forma de dar maior vitalidade e combatividade á nossa União Nacional, quer porque dessa agremiação resultará, naturalmente, a diferenciação de ideologias e, por consequência, a divisão do adversário.

Podemos e devemos continuar a não admitir para uso próprio o quadro partidário. Podemos e devemos fazer da União Nacional uma agremiação mais activa, mais dinamica e de maior poder de colaboração politica sem deixar cair o Estado Novo nos vícios partidários. Necessitamos manter nos homens do Estado Novo o imperativo, cuja compreensão é cada vez mais necessária, de subordinação de particularismos políticos ao interesse da grei.

Encaremos, de frente, as realidades. Não podemos ignorar a Oposição e ela não pode, nem deve, ignorar-nos.

E mais adiante:

«Logo em seguida á eleição do chefe do Estado, haverá eleições de deputados. Julgo útil que as oposições concorram ás urnas e utilizem o que colaborem, fiscalizem e critiquem no terreno próprio: a Assembleia Nacional. Se não possuem deputados há mais tempo, isso somente se deve ao seu abstencionismo incompreensível. Mas não há que pensar em modificar a Constituição presidencialista que nos rege, no sentido em que o pretende o general sr. Norton de Matos.

Não há que abandonar a organização corporativa. Há, pelo contrario, que fortalecê-la e libertá-la, quanto possível, do intervencionismo do Estado, de maneira a que ela defenda os interesses de agremiações e sindicalizados.

A Oposição confunde intervencionismo com corporativismo. São coisas completamente diversas e, quase sempre, opostas. O corporativismo constitui a melhor defesa contra os exageros do intervencionismo. E' por isso que eu, republicano liberal, sou adepto fervoroso do corporativismo.

Aqui fica apresentada uma sugestão que me parece corresponder ao desejo de muitos portugueses.

E se as exigências lógicas do patriotismo os alioassem, meus amigos?

Não me cabe a mim resolver. Mas seja qual for a resolução a tomar pelos chefes responsáveis do Estado Novo, saberei cumprir o meu dever de português: Sacrificarei a minha opinião perante a necessidade de nos mantermos unidos contra perigos externos e internos que ameaçam a própria vida da Nação».

CONFERENCIA SOCIALISTA
A Conferencia de Deputados Socialistas que estava marcada para domingo, 30, em Lisboa, já não se realiza por motivos imprevistos e de força maior.

EM 3 LINHAS

A Camara de Almada vai vender, por 60\$00 o metro, 6.962 metros quadrados de terreno, com destino á federação das caixas de previdência.

A verba concedida á Camara de Sintra para a rede de esgotos em Queluz foi aumentada de 307 contos para 729.

Foi criado um posto da Guarda Republicana em Castanheira do Ribatejo, concelho de Vila Franca de Xira.

No concurso para promoção á 2.ª classe do quadro dos serviços externos da Direcção Geral da Administração Política e Civil foram classificados 49 concorrentes, apenas dois com 14 valores.

Amanhã, domingo, será restabelecido o transito de veículos na Rua do Sacramento e na Calçada da Pampulha.

Noções de Viana dizem-nos que o Monte de Santa Luzia, sobranceiro á cidade, está todo doirado de flores de «mimosas»—milagre do Sol deste Janeiro quente que fez desabrochar fora do tempo a graça das acácias.

O reconhecimento do Estado de Israel (Continuação da 1.ª pág.)

britanico não prejudica a futura fixação das fronteiras do Estado de Israel, assunto que continua a cargo da Organização das Nações Unidas. Muitos problemas resultantes da anterior posição da Grã-Bretanha como potência mandatária na Palestina têm de ser discutidos entre os governos da Grã-Bretanha e de Israel. Entre essas questões, segundo o informador declarou, figuram: 1.ª—As obrigações internacionais contraídas pela Grã-Bretanha como potência mandatária a respeito da Palestina e que não foram transferidas para outra entidade; 2.ª—Concessões feitas pelo Governo da Palestina antes do termo do mandato da Grã-Bretanha em Maio de 1948; 3.ª—Questões financeiras provenientes da liquidação do Governo da Palestina á data de terminar o mandato. O Governo britânico espera que seja possível iniciar discussões sobre estes assuntos em futuro próximo.—(R.).

A Austrália reconheceu o Governo de Israel

WELLINGTON, 29 — Peter Fraser, primeiro-ministro da Nova Zelândia, anunciou hoje que o Governo decidiu reconhecer de facto o Estado de Israel. Declarou que os acontecimentos na Palestina nos ultimos meses tornaram evidente que o Estado de Israel constitui uma entidade politica no Médio Oriente e deve ser aceite como tal. O Governo da Nova Zelândia considera que o novo Estado reúne as condições exigidas pela lei internacional. «Tenho confiança em que o Governo e o povo de Israel vão dar uma contribuição especial não só ao desenvolvimento da paz no Médio Oriente mas também no campo mais vasto das relações internacionais», concluiu o primeiro-ministro da Austrália.—(Reuter).

A Bélgica e a Holanda reconheceram o novo Estado

BRUXELAS, 29—O Governo da Bélgica anunciou hoje a decisão de reconhecer de facto o novo Estado de Israel. Em data próxima haverá a troca de representantes diplomáticos entre os dois países.—(Reuter).

HAIA, 29—A Holanda decidiu reconhecer de facto o Estado de Israel, segundo se anunciou esta manhã oficialmente. O comunicado do Governo diz que vai ser nomeado o dr. J. A. Nedertragt, consul geral holandês em Jerusalém, para o cargo de ministro plenipotenciário junto do Governo de Israel.—(Reuter).

PASTA MEDICINAL
Couto
EVITA estomatites
TRATA doenças da boca

DE LUTO

Dr. Emilio Infante da Camara

Para o cemitério de Vale de Figueira efectuou-se hoje o funeral do sr. dr. Emilio Infante da Camara, que sempre manifestou o desejo de que a sua ultima morada fosse junto das dos seus maiores e na sua terra que tanto estremeira. Pela sua casa do Campo Grande, onde foi velado durante a noite e pela manhã, se rezaram missas de corpo presente, desfilaram numerosas pessoas. Além dos srs. ministros do Interior e da Economia e governador civil de Lisboa, quase todos os lavradores do Ribatejo, que depois se incorporaram ao presépio fúnebre com a família do extinto; os srs. Luís da Gama, conselheiro Afonso de Melo e dr. Julio Vieira, pela Companhia das Lezírias do Tejo e Sado; o sr. Rui Vinagre e outros directores da Casa do Ribatejo, cuja bandeira cobriu a urna e muitos amigos, ganaderos, empresários tauromáquicos e toureiros.

Coronel Teodorico Ferreira dos Santos

Para o cemitério de Carnaxide efectuou-se hoje, com acompanhamento numeroso de camaradas e amigos, o funeral do sr. coronel Teodorico Ferreira dos Santos, oficial distinto da arma de Cavalaria, que ocupou vários cargos publicos, como os de governador civil do distrito de Bragança, administrador dos concelhos de Guimarães e de Chaves, e director da Policia de Seguranca do Estado. Desempenhou também o cargo de ajudante de campo do ministro da Guerra srs. generais Correia Barreto e Pereira Bastos. Foi 2.º comandante de Cavalaria 9, no Porto, e comandante do regimento de Cavalaria 5, em Aveiro. Fez parte da expedição a Moçambique e entrou em operações no Niassa, e foi observador da esquadilha do capitão Aragão. Além da comenda de Avis, possuía várias medalhas, como a da Vitória e da Campanha de Africa.

D. Maria Emilia de Aragão

Faleceu a sr.ª D. Maria Emilia de Aragão, de 37 anos, proprietária, natural da Guarda. O funeral, a cargo da agência Barata, realizou-se amanhã, ás 9 e 30 horas, da Rua Dr. António Granjo, 46, em Carnaxide, para o cemitério da Aldeia Nova do Cabo, no Fundão.

SUFRAGIOS

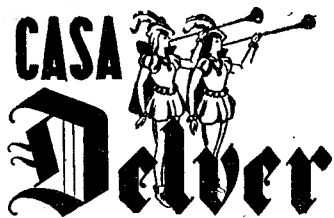
Rei D. Carlos e principe D. Luis Filipe

O conselho administrativo da Fundação da Casa de Bragança, faz rezar no próximo dia 1 de Fevereiro, ás 10 e 30, no Panteão de S. Vicente, missa, que será celebrada pelo dr. Damasceno Fiadeiro, por alma do rei D. Carlos I e do principe D. Luis Filipe.

Uma sociedade de arqueólogos vai explorar as grutas do País

Está em organização a Sociedade Portuguesa de Speleologia, para estudo de arqueologia, etnografia e, especialmente, da pesquisa e exploração das grutas existentes no nosso País. Os primeiros trabalhos práticos principiaram hoje, com uma expedição que pela manhã, partiu para a serra de Santo António, onde um grupo de speleólogos, arqueólogos e etnólogos vão explorar a gruta do Ladoeiro. Os exploradores acamparam na própria gruta e ali ficarão, durante três dias, munidos do material indispensável á sua exploração—cordas de arame e aço, «piolets», capacetes de aço, cordas, gasómetros, e um barco de borracha, para circular nos lagos subterrâneos.

A comissão organizadora da Sociedade é constituída pelos srs. dr. Brum da Silveira, dr. Camarate França e Francisco Abreu, funcionando a sede, provisoriamente, na Rua Ivens, n.º 49-2.º, Dr.º.



Oferece as maiores facilidades no sistema de vendas a crédito

Uma grande organização comercial em colaboração com os melhores estabelecimentos de Lisboa

De tudo para todos

Rua de S. Lázaro, 174 - 1.º

Telef. 42171

LISBOA

AGENTE NA AMADORA:

AUTODORA, L. DA

Av. Gago Coutinho, 69

Telefone Amadora 303

Festivos e Cinemas

Nova companhia de circo

no Coliseu dos Recreios

A alegria vai desaparecendo do Mundo como aquela «peau de chagrin», de que falava Bazzac. Se não fossem estes espectáculos de circo revulsivos e mirabolantes, em que a alma como que trepida de júbilo, a bem pouco ficariam reduzidos. De resto o espectáculo divide-se sempre em dois: o publico ardente e emocionado por aquele caleidoscopio de surpresas tintamarrescas de cor, e o circo engalanado de atrações, num desfile majestoso, anunciado pela voz tronitante do simpático Franca.

A nova companhia de circo, que ontem se estreou, é a setima desta temporada. Isto significa que desde Setembro perpassaram, no Coliseu, cerca de sessenta numeros, todos diferentes, o que nos parece um autentico prodigio de magia... inesgotável.

A companhia que ontem se apresentou constitui, sob todos os aspectos, um cartaz de caracteres sensacionais.

Trás á cabeça, o grande palhaço Rico, com os Alex, filhos já grandes do seu «partenaire» de tantos anos. E' sempre com emoção que vemos o famoso «olown», que tem feito rir sucessivas gerações. E' um artista completo, que mesmo dentro da pantomima conserva sempre a dignidade. Sabe dosar os efeitos, surpreender o publico, obriga-lo a rir, sem recorrer a «fécilles» grosseiras. O «intermezzo» que, ontem, nos apresentou do espelho, sem lamina, é uma boa «trouvailler». Pirandello, paradoxal dramaturgo, não desdenharia de o aproveitar. Depois, Rico cantou, tocou, enchendo o Coliseu de palmas freneticas. E' sempre o mesmo, afinal!

Numero verdadeiramente empolgante, o da «Bata Humana». E' realizado por uma mulher. «Miss Ada», pequena mas corajosa, que se mete na guela duma peça formidável, especie de canhão 42. Um silencio aterrador desprendeu-se da alma do publico. Aquilo não é para brincadeiras! E o projectil é fragil, de carne e osso. Ela despede-se da assistencia, desaparecendo na guela hianite. Do outro lado da sala, uma rede. Um! Dois! Três!

E, nisto, com um atroante estampido, Miss Ada é arremessada, no meio da fumaça, como uma autentica granada. Não vem direita, inteirada, mas de lado, como uma enorme boneca, e, por instantes, julgamo-la despedaçada, morta, pela carga de dinamite e a pressão a que o seu organismo foi sujeita. Qual historia! Logo se põe de pé, e sorrindo, de ter escapado á morte, recebe uma tempestuosa ovação.

Outro grande momento de circo deu-nos a atrevida André Jan, a trapezista mais fantástica, no genero, que tem passado pelo Coliseu. O seu corpo é uma harmonia celeste. E' excessivamente alta, mas bem modelada. Lá em cima, no trapezio, ela voa, autenticamente—presa só pela cabeça, por um pé ou por uma perna, sempre com a barra em movimentos de maior amplitude. A certa altura dá-nos o «clow» patético. Nem mais, nem menos que suspender-se pelos calcanhares e, encolhendo o corpo, para não resvalar em angulo agudo, balouça-se dum lado para o outro, terrivelmente.

Muit engraçados os cães de Salva, ensinados como meninos, numa pedagogia acrobata burlesca, com uma comida final aucinante. Magníficos, os ginastas aereos Airodonis, em novas imagens do trapezio. Dinamicos, electrizantes, os Dangolys, que enchem a pista de formas, volumes, cores e movimentos. Luigi é um aramista estupendo. Trabalho inteiramente novo. Muito característicos os ginastas de 1910. Mais numeros, constituindo todos um espectáculo victorioso de alegria, com proezas inéditas, que galvanizou o publico, o qual não se cansou de aplaudir.—V.

Atrás do reposteiro

A companhia do teatro Apolo resolveu estreiar, no principio da segunda quinzena de Fevereiro, a comédia em 2 actos «Angela Maria», e, em complemento do espectáculo, uma atracção estrangeira.

FUTEBOL INTERNACIONAL

Belenenses

First de Viena F. C.

A'S 16 horas

Segunda-feira 31 de Janeiro

Estádio «José Manuel Soares»

A's 15 horas—Exibição das duas novas turmas da Escola de Jogadores do Club F. «Os Belenenses»

No sábado e domingo na bilheteira do Parque Mayer, das 14 ás 23 horas, estão á venda os bilhetes para estes encontros

—O actor Barroso Lopes interpreta na revista «Ora, agora vras tu!...», em ensaios no Variedades, os seguintes numeros: «Capão da tomada da Mouraria»; «Geremas, pai»; «Beiramarino, professor de musica» e «Costa», no quadro de comédia.

—Para o elenco do Variedades entraram Luna Tavares e Luisa Colon.

—Na festa que a cantora Maria Galvão realiza, na próxima terça-feira, no «Diplomático», cujo programa, já elaborado, comporta vários artistas de teatro, cinema e rádio, também tomam parte o maestro Carlos Dias, que fará os acompanhamentos ao piano, e o quarteto tipico de guitarras sob a direcção de Martinho de Asunção.

—Está marcada para a próxima quarta-feira a estreia, no Avenida, da segunda revista da companhia espanhola do empresário Joaquim Gasca, que se intitula: «Voando... no Clipperv».

—Os elementos masculinos que entram no desempenho da peça «O Rebenta», em ensaios no teatro Nacional D. Maria II, são Samwel Dinis, António Palma, Alvaro Benamor, Augusto de Figueiredo, Henrique Santos e Miguel Pais.

—No espectáculo que hoje se realiza no Cine-Teatro de Benavente, tomam parte Fernanda Barros, Maria Lisboa, Santinhos, Horácio Reinaldo e Alfredo Filipe.

Récita de quintanistas

no teatro do Ginásio

Os quintanistas de Medicina apresentaram, no Ginásio, a sua récita de despedida—uma récita onde não faltaram alegria, espirito e originalidade, deve dizer-se desde já, em abono da verdade. «Santa Maria Dolorosa» é o titulo da esfuante revista, filha de «Pais Incognitos», «Pais Adoptivos» e alguns outros quintanistas de Medicina...

Pedro Lemos, como ensaiador de diálogos, e Charles, como director de bailados, deram a sua excelente colaboração ao espectáculo tão simpático e justamente aplaudido. Dado o caracter do acontecimento e a boa vontade de todos, talvez não seja bonito fazer citações especiaes. Mas, em todo o caso, queremos destacar dois dinamicos «can-cans» dançados a caracter pelos rapazes e pelas raparigas da faculdade.

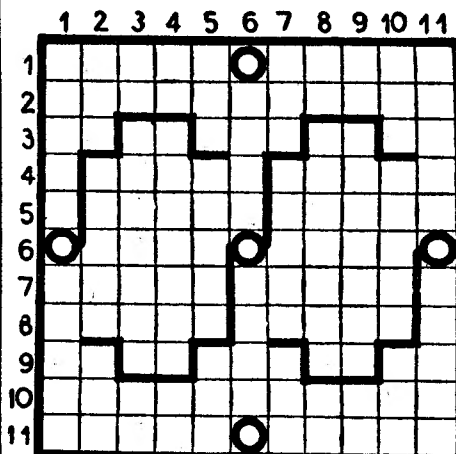
Por tudo isto e o muito mais que fica por dizer, o êxito foi tão retumbante—que o espectáculo vai repetir-se, na próxima 4.ª feira, também no Ginásio, onde não deixarão de acorrer, solícitas e alvoroadas, as palmas da juventude académica e dos seus aderentes e adhesivos familiares de outras idades mais prósperas...

O Carnaval nos teatros

Sabemos que este ano o agente artistico Carlos Dubini apresenta em vários teatros de Lisboa, durante a época carnavalesca, atrações estrangeiras de elevadissima categoria; porém, para não mentir ou deixar de cumprir o que anuncia, só dentro de dias dará a conhecer aos nossos leitores quais são os numeros que tem contratados, mas podendo desde já assegurar que constituirão, de facto, êxitos clamorosos.

PALAVRAS CRUZADAS

PROBLEMA N.º 2290



HORIZONTAIS: 1—Concorde. Lavrais. 2—Muito fiel. 3—Conjunção. Atmosfera. Cólera. Pretexto. Artigo (pl.). 4—Acre. Despojei. 5—Deixas por herança. Genero de moluscos acéfalos. 6—Sulcam. Falso. 7—Mesquinha. Pesquisai. 8—Insignificancias. Gasta. 9—Prefixo de negação. Carta de jogar. Alguma. Apenas. Pronome indefinido. 10—Natural de Sacavem. 11—Arvore leguminosa. Enfadado.

VERTICAIS: 1—Excepio. Preparo com anis. 2—Possessão portuguesa na India. Guindava. Assim que. 3—Idem (abrev.). Da cor do aço. Entre nós. 4—Papa. Aguarras. Gemido. 5—Além. Senhoras. Fruto da videira. 6—Eirós. Cimo. 7—Pegadeira. Enovelos. Em doses iguais (quim.). 8—Reis. Moeda espanhola (pl.). Proposição. 9—Nesse lugar. Supedaneo. Despido. 10—Intimo. Areal. Costume. 11—Individuo muito parecido com outro. Bebas.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 2289

HORIZONTAIS: 1—Foz. Debele. 2—Nadem Medita. 3—Adoras. Medir. 4—Viro. E's. Nilo. 5—Agá. Peta. M6. 6—1a. Diluira. R6. 7—Fé. Abas. Teu. 8—Sisa. Sá. Aras. 9—Intro. Ligava. 10—Mareta. Remir. 11—Rasara. Soa. **VERTICAIS:** 1—Navais. Sim. 2—Fadiga. Finar. 3—Odora. Destra. 4—Zero. Pi. Ares. 5—Má. Elas. Ora. 6—Em. Setubal. Ar. 7—Bem. Saia. Ir. 8—Eden. Rs. Ages. 9—Lidima. Tramo. 10—Etilo. Reavia. 11—Aro. Pousar.

Morreu a senhora atropelada na Rua Silva Carvalho

No hospital de D. Estefania faleceu hoje a sr.ª D. Felicia Augusta dos Santos, que com sua filha, que continua internada, foi atropelada há dias por um camião quando seguia pelo passeio da Rua Silva Carvalho.

Empresa Tauromaquia Lisbonense

A Empresa Tauromaquia Lisbonense, proprietária da Praça do Campo Pequeno, reuniu-se hoje em assembleia geral para apreciação do relatório e contas. Presidia o sr. dr. Jorge de Melo Rego, que propôs um voto de pesar pela morte do sr. dr. Emilio Infante da Camara, o que foi aprovado por unanimidade.



Não reme contra a maré

INSISTINDO EM USAR PRODUTOS DE MARCAS DESCONHECIDAS OU DE EFICÁCIA DUVIDOSA.

Compense o tempo perdido começando desde já a fazer, diariamente, uma fricção com

PETRÓLEO QUIMICO NALLY

produto consagrado e receitado por eminentes médicos. Os 22 elementos activos que entra na sua composição combatem todas as afecções do couro cabeludo. Evita e suspende a queda do cabelo, fortifica-lhe as raizes e faz desaparecer por completo a caspa.

Compre hoje mesmo um frasco de PETRÓLEO QUIMICO NALLY e livrar-se-á do desgosto de ser calvo!



CRISTAL

FORMIDAVEL EXITO

dos bailarinos acrobáticos italianos

ANGELA & NICO

HOJE, ESTRÉIA DA BAILARINA

VICENTITA FRUTOS

Num grandioso programa com as atrações

AMALIA GARCY — ESTHER de MURILLO

MARIA DE LA PALOMA

Música constante pelas orquestras

CARAVANA e THE ROYAL-JAZZ

Dancing da Moda
TELEF. 29925

HOJE, SABADO, AMANHÃ,
DOMINGO e 2.ª FEIRA (Feriado oficial)

CHA' - DANÇANTE

das 17.30 às 20 horas
com todas as atrações

RITZ CLUB

O MAIS MODERNO E ELEGANTE DANCING-BAR

O ESTRONDOSO EXITO DAS MAIORES ATRAÇÕES DO MOMENTO

PERLA de LEVANTE

LYDIA de OTTOMAYOR

Esculapora: cancionista exótica

Gentil vedeta de baile espanhol

LULITA SANCHEZ

CARLOS MACHADO

HERMANAS DISDIER

MERCEDES ROMERO

E A FAMOSA ORQUESTRA

ALMEIDA CRUZ

com a vocalista Julieta Rodrigues

A Bala Humana

a maior sensação da nova companhia de circo do Coliseu, que, ontem, na estreia, assombrou o publico. Amanhã, domingo, «matinée»



Rico, o grande palhaço que faz rir toda a gente

Grandioso e novo espectáculo de circo do Coliseu. Uma nova companhia recheada de entusiastas e deslumbrantes maravilhas. Atracções formidáveis, como «A Bala Humana», que sai dum canhão, num formidável disparo. Os melhores palhaços: Rico e A'x. Outras dezenas de maravilhas. Exitos grandiosos, como nunca. Amanhã, primeiro domingo, «matinée», às 16 horas, e à noite.

MARIA VITORIA A's 20.30 e 22.45

Um êxito de gargalhada

Com a nova revista fantasia popular

O Pirata da Perna de Pau!

com Mirita Casimiro, Costinha, Teresa Gomes, Luiza Durão, Eugénio Salvador a frente dum valioso elenco

com Carlos Leal no «compere» e Fernanda Baptista em 2 fados

Amanhã, sensacional «matinée»

VA' AO APOLO

Todas as noites, às 20 e 45 e 22 e 45

A comédia para rir

O VIVO DEMONIO

com Laura Alves, Hortense Luz, Assis Pacheco, Igrejas Casiro e José Amaro

Amanhã, «matinée» às 10 horas

AVENIDA Tel. 27273

A's 20.30 e 22.45

Estrondoso êxito da grande Companhia Espanhola de Revistas

Ultimas noites da revista-fantasia

TAXI... AO AVENIDA!

pelas melhores «estrelas», artistas cómicos, cantores, bailarinas e «girls»

Quarta-feira: VU' NDO. DE CLIPPER!

Amanhã, sensacional «matinée»

Para calçar bem e na mais económica casa do País

Não esqueça vá à

TAMARIZ

R. de S. Lázaro, 37 (ao Socorro)

TELEF. 25391

Descontos para revenda



LUSO

PALACIO DE S. ROQUE

Telef. 32889

HOJE

NOITE POPULAR

Animador Filipe Pinto

Fados Castiços por

Aug. Pereira Augusto Pereira, Ma-

ria Augusta, Natividade

de Correia, Manuel Fernandes, Celeste

Rodrigues, Maria da Conceição, Julio

Peres e Cidalisa do Carmo. Acompan-

hamentos por António Bessa e Mi-

guel Ramcs.

AMANHÃ: «MATINEE» com António

Caricias.

6.ª FEIRA, 4 de Fevereiro: NOITE

DE ARTE com despedida de

MURARO a PORTUGAL

Teatro Nacional D. Maria II

HOJE às 21 e 30, o grande êxito da

peça em 3 actos de Júlio Dantas

OUTONO EM FLOR

Amanhã, às 16 horas, 1.ª «matinée»:

CUTONJ EM FLOR

Solar da Alegria

Tel. 2.4282

HOJE, GRANDE NOITE DE FADO, com:

Noémia Cristina, Mina

Doli, Irene Brilhante,

Jaime Silva, Julio Vi-

itas, Raul dos Santos

e Joaquim Cordeiro.

Casimiro Ramos e

Pais da Silva. AMA-

NHA, grandiosa «mat-

inée» com 10 artistas.



Julio Viçitas

COSTA RICA BAR

TRAFARIA

Tel. 233

Hoje — às 21 h. — Hoje

GRANDIOSA «SOIRÉE» a

favor do Centro Social de

Assistência da Trafaria, com

um magnifico programa de

variedades

GALA AUDACIOSO e GRANDE AVENTUREIRO!

3ª

CONDES

SEMANA

DE UM ÊXITO GLORIOSO!

O REGRESSO DE MONTE CRISTO

com

LOUIS HAYWARD



Um exclusivo de FILMES CASTELLO LOPES

PELES

Casacos, Capas, Estolas, etc.

Peleiros estrangeiros, especializados

OFICINA PROPRIA

Aven. Defensores Chaves, 32, r/c., D.

TELEF. 70296



DE CARAS FEIAS FAZER CARAS BONITAS

e de BONITAS mais BONITAS ainda

sem alterar a semelhança eis o segredo da

FOTOGRAFIA ACHILLES

Av. Almirante Reis, (próximo da Garage Lys)



Sonata de Amor

filme inspirado nas melhores obras musicais, com Katharine Hepburn e Paul Henreid

«Matinees» diárias

EDEN

Telef. 2.768

S 21.30

Carta

duma desconhecida

baseado na novela de Stefan

Zweig, com Joan Fontaine e

Louis Jourdan

«Matinees» diárias

TRINDADE

A's 21 e 30

Telef. 2.000

2.ª SEMANA do mais belo e emocionante filme até hoje realizado

Libertação

PAISAN

«Matinees» diárias

PROGRAMA DUPLO

A Grande Furor

com PI. R. N. GAMBA

Não há rapazes maus!

com Raul de Carvalho

«Matinees» diárias

GINÁSIO

3.ª semana

Cossacos

contra Moscovo

com Irasema Dillian e

Amedeo Nazzari

«Matinees» diárias

As Duas Orfãs

Noiva de casamento

O 13 não responde

As Irmãs Dolly

JARDIM CINEMA

Tel. 6.065 - A's 21

TIVOLI

As 21 e 15

Telefone 5.6595

O maior filme do ano

HAMLET

de Shakespeare, com Lau-

rence Olivier

«Matinees» diárias

Politeama

TELEFONE 26305

HOJE

ÀS 21.30

3.ª semana triunfal do

filme português

UMA VIDA PARA DOIS

com Virgílio Teixeira,

Leonor Maia e Almeida

Araújo

CONDES

As 21 e 30

Telef. 22523

3.ª semana

O Regresso de Monte Cristo

com Louis Hayward e Bar-

bra Britton

«Matinees» diárias

CAPITOLIO

Telef. 27493

2.ª semana triunfal

Tarzan e as Sereias

com Johnny Weissmul-

ler, Brenda Joyce e a

Macaca Cheta

REX

Telef. 9685

A's 21 e 15

Os melhores anos

da nossa vida

LIS

Telef. 4856

A's 21 e 15

As duas órfãs

Noiva de ocasião

CASINO ESTORIL

A's 21 e 30

FESTIVAL NO MEXICO

com Walter Pidgeon

ARCADIA

O DANCING N.º 1

DA CAPITAL

PRIMEIRA PARTE DE VARIEDADES

A's 0,15 h.

APRESENTA UM CATEGORIZADO PROGRAMA DE VARIEDADES COM AS ATRAÇÕES

A's 5.ªs reiras
BAILE
DE
MÁSCARAS

Música constante pelas orquestras

ROSITA MONTAÑA — MARUJA HERRERO

Carmelita de Cordoba, Mary-Mely, Carmen

Egea, Blanca Kunzer, Conchita Candi

e Mabel Valencia

MARIO ROSSI e ARCADIA com a vocalista norte-americana

Os domingos

das 17.30 às 20 h.

Chás-Dançantes

com todas as atrações

DAINA

Excursão a Génova para assistir ao desafio de futebol PORTUGAL-ITALIA

Em colaboração com a «Wagons-Lits» e S. N. I. organizou a C. P. mais uma excursão ao estrangeiro, por motivo do desafio de futebol Portugal-Itália que se realizará no dia 27 do próximo mês.

Esta excursão partirá no dia 22 de Fevereiro, no comboio das 22 e 10, da estação do Rossio, onde regressará no dia 4 de Março, no comboio rápido do Porto, às 23 e 55.

Os pormenores da excursão constam dos folhetos que são distribuídos nas Agências da «Wagons-Lits» na Avenida da Liberdade (Tel. 33238) e da Rua do Carmo (Tel. 31791), no Secretariado Nacional da Informação (Tel. 32531) e na Secção de Informações da estação do Rossio (Tel. 33180 e 33185).

Ao Público

V. Ex.^{as} comprem as suas **GABARDINAS no FABRICANTE**. J. C. Moura, pois que compra melhor, mais barato, com **FACILIDADES DE PAGAMENTO** e sem **AUMENTO DE PREÇO**. R. da Atalaia, 145.

ALCOBAÇA

Recomendado pelos Automóvel Clube de Portugal, Clube dos Médicos Portugueses, Clube dos «100 à Horas» e Sociedade Propaganda do Portugal.

Visitem o «HOTEL RESTAURANTE, B.» Esmerado serviço de restaurante e esplendidos quartos e apartamentos.

BAU SO EXISTE UM EM ALCOBAÇA E NÃO TEM SUCURSAIS

Bilhetes de assinatura

nos Caminhos de Ferro

A C. P. no intuito de facilitar as viagens entre Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Viana do Castelo e os arredores desta cidade, vende bilhetes de assinatura válidos por 1, 3 ou 6 meses, os quais têm apreciável redução sobre os preços da Tarifa Geral.

Com estes bilhetes podem os seus possuidores fazer o número de viagens que desejarem, o que representa apreciável benefício.

Informe-se na estação mais próxima.

PARA COMERCIANTES E PARTICULARES

LEILÃO

DE ESPOLIO

PIANO, MOBILIÁRIO, COFRE, ESTOFOS, CARPETES, MÁQUINA DE COSTURA, ROUPAS, T. S. F., ETC.

Rua Miguel Lupi, 40, 2.º

(Junto à Calçada da Estrela e Palácio de S. Bento)

AMANHÃ, domingo, às 15 e às 21 horas

Vender-se-á rigorosamente pelas maiores ofertas todo o recheio desta residência, conforme anúncio discriminativo no «Diário de Notícias».

SEM RESERVA DE PREÇOS
AGENCIA DE LEILÕES

Augusto Mesquita e Antonio José, L.^{da}

(PREGOEIROS REUNIDOS)

Escritório: Rua Barata Salgueiro, 52 Telefone 40911 e 74900

SOTAL

*A Carpete Nacional Duas Faces,
em lã e de tipo oriental*

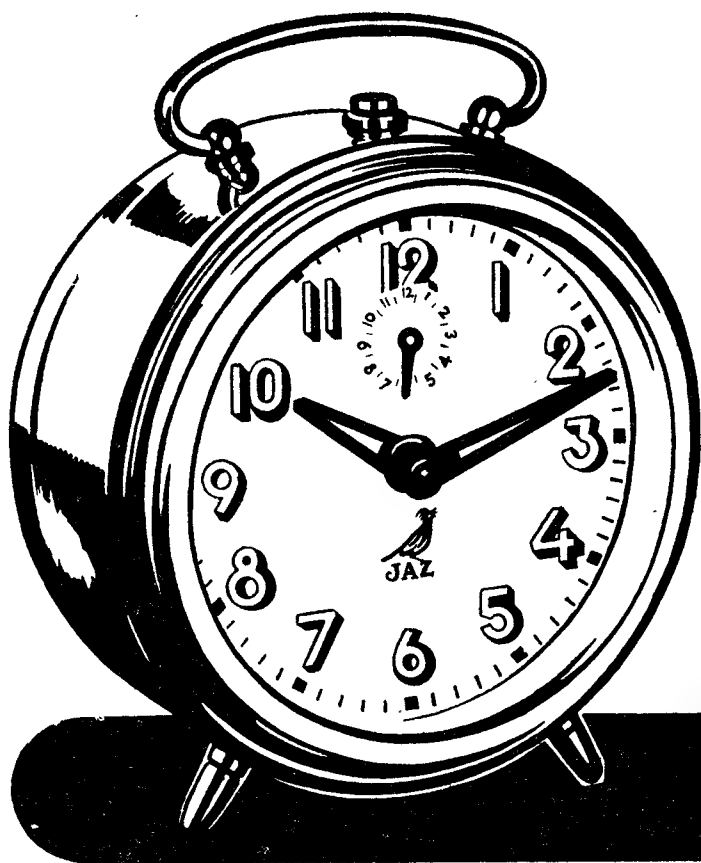
A' venda nas casas da especialidade

Representantes exclusivos para Portugal e Colónias:

GUILHERME SILVA FERREIRA, L.^{da}

RUA DA PRATA, 214-224, 1.º LISBOA

O DESPERTADOR DE MAIOR PRECISÃO



Desde Esc. 150\$00 a 210\$00

A' venda nas agências oficiais dos relógios **OMEGA** e **TISSOT**

Cadillac-1948

Descapotável rodas extras.
Ver amanhã, Av. Elias Garcia, 147.



Maria Emília de Aragão
FALECEU

Carlota de Aragão e mais Família, cumprem o doloroso dever de participar que foi Deus servido chamar à Sua Divina Presença a sua muito querida Irmã e Parente, e que o funeral se realiza amanhã, às 9 e 30 horas, da Rua dr. António Granjo, n.º 46, em Carnaxide, para o cemitério da Aldeia Nova do Cabo no Fundão.

AGENCIA BARATA

Luiz Soares
(Mestre de Cbras)
FALECEU

Sua esposa filhos e mais família participam o seu falecimento cujo funeral se realiza amanhã, domingo, pelas 10 e 30 horas, da R. do Salitre, 124, r/c., para o cemitério do Alto de S. João.

AGENCIA GOELHO
Telef. 28781

Chiu!...
está um Siera a tocar

À VENDA NAS BOAS CASAS
DA ESPECIALIDADE

Companhia Colonial de Navegação

Paquete «**IMPERIO**»

AVISO AOS SRS. PASSAGEIROS

O embarque efectua-se no dia 2 de Fevereiro, das 9 às 11 horas, na Gare Marítima da Rocha Conde de Obidos, largando o navio às 12 horas.

A bagagem, deve ser entregue na referida Gare, no dia 1 até às 17 horas.

RICO E IMPORTANTE LEILÃO

DE MOBILIARIO E ADORNOS ULTRA-MODERNO

Cortinados em seda e etamine sulca, pratas, estalos, lustres, piano alemão, armário em ferro, cordas cruzadas «Conrad-Krause», quadros a óleo, gravuras coloridas, relógios de caixa alta lacado, carpettes, cómodas em pau santo estilo Luís XV, ótimo frigorífico «Electro-Lux» (modelo-grande), cristais, porcelanas nacionais e estrangeiras

e por retirada para Madrid de distinta família espanhola e determinação do seu Ex.^{mo} Procurador será vendido pelas maiores ofertas todo o rico conjunto de mobiliário das mais conceituadas firmas do género

AMANHÃ, DOMINGO, às 14 e 21 h. e seguintes
na AV. MIGUEL BOMBARDA, 132, 2.º

Constando de: IMPONENTE mobília de sala de jantar inglesa, com 2 «side-boards», finíssima vitrina espelhada, trinchante, mesa e 12 cadeirões estofados em tapeçaria, com embutidos; ricas mobílias de quarto de casal, em pau santo e olho de perdiz, da mais bela fabricação, com cómodas-roupieiros, toucadores 3 espelhos e guarda-vestidos de 3 portas; ditos com 2 camas, em madeira de seda; bonita mobília de escritório, estilo inglês, em pau santo, socr.^a com chapa de cristal, ótimos estofos em seda e finas tapeçarias estrangeiras, todas as decorações; bonitos armários-bar, polidos, espelhados; relógios de caixa alta lacado e com caixa polida, interessantes lustres de cristal e bronze; «carpettes» nacionais e estrangeiras, quadros a óleo, gravuras, faqueiro, serviços de almoço, candelabros e salvas de prata, serviço de copos de cristal S. Lambert,

cristais diversos, porcelanas estrangeiras e nacionais, mesas de chá com cromados e cristal de cor, carrinho-bar, escrevaninha em pau santo, cómodas, «bibelots», «mah-jong» com caixa em canfora, arcas de canfora, maples dispersos, estante estilo inglês, polida; com armário-roupieiro, móveis dispersos, modernos; mesas de centro, espelhos dourados, vitrinas, boa coleção de roupas de linho, colchas de seda, frigorífico impecável «Electro-Lux», casa de banho completa com banheira em ferro esmaltado, esquentador de distribuição esmaltado, armário-farmácia, toalheiros, etc.; cozinha com mesas com tampo de mármore, armário esmaltado, fogão circular esmaltado, louças diversas e uma infinidade de lotes patentes no acto do leilão e que serão vendidos pelas MAIORES OFERTAS.

TRATA ESTA IMPORTANTE ALMOEDA A

AGÊNCIA DE LEILÕES
ERNESTO BENTO JUNIOR

TELEF. 31840

PREGOEIRO
A. PINTASSILGO

HOJE, às 15 e às 21 horas

LEILÃO

DE MOBILIARIO DE ESCRITORIO

e trespasse do 1.º andar da
RUA RODRIGUES SAMPAIO, 16
(á Avenida da Liberdade)

Consta de mobília de escritório de torcidos e tremidos, contador, bufete, boas secretarias modernas á ministro, classificadores com portas de correr; maples de pele, jogo de sofá e maples; máquinas de escrever, portátil e comerciais, carpettes, candelabros, artigos de escritório e papelaria, livros diversos, Historia de Portugal de Pinheiro Chagas e mais objectos que estarão patentes.

Também será posto em praça o direito ao arrendamento do magnifico andar com 7 divisões pintadas a óleo. Autorizado pelo Exm.^o Senhorio para qualquer ramo de comercio, excepto officinas ou habitação.

A cargo da antiga agencia

SOARES & MENDONÇA, LDA.

Rua da Vitória, 42—T. 29880 — Lisboa

Câmara Municipal de Almada

Venda de terrenos

Em 1/2/949—às 15 horas, nos Paços do Concelho, vendem-se, em hasta publica, 23 lotes de terreno destinados a construção de prédios de rendimento e 1 lote para construção de edificio destinado a comércio e habitação.

As condições estão patentes na Repartição Técnica, das 9 e 30 às 12 e 30 e das 14 às 17 horas.

Almada, 10 de Janeiro de 1949.

O Presidente da Camara
Luís de Arriaga de Sá Linhares
Cap. Frag.^a

Leiam o jornal humorístico
«SEMPRE-FIXE»

FUTEBOL PORTUGAL-ITALIA

Viagem circular por via aérea e marítima

Partida para GENOVA no dia 21 de Fevereiro a bordo do paquete de luxo «ANNA C» — Regresso de NICE no dia 2 de Março por via aérea num avião especial da «SWISSAIR» — PREÇO: 5.500\$00, 6.000\$00, 6.700\$00

INSCRIÇÕES ATÉ DIA 5 DE FEVEREIRO



CASA ATLANTICA DE VIAGENS LDA.

AGENCIA RECONHECIDA PELA (IATA)

RUA CAPELO, 4-A — LISBOA — TELEF. 3 2294 E 2 9471

As SANDUICHES de BOVRIL

são deliciosas

As sanduiches de BOVRIL são tão agradáveis ao paladar que todas as pessoas as desejam e tão económicas que podem ser oferecidas profusamente a todas as pessoas.

Quanto mais delgada for a camada de BOVRIL, mais rico será o sabor da sanduiche. E as sanduiches de Bovril são tão nutritivas!



12 DELICIOSAS
SANDUICHES COM
UMA COLHER DE CHÁ
DE BOVRIL

ANTENAS



para automóvel

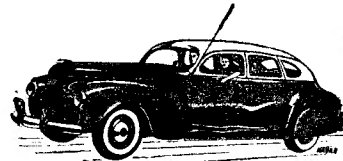
A R 26 Central, de tejadilho, com comando interior

A R 30 " " " articulada

A W 35 lateral

A W 36 " , com comando interior

A U 40 adaptável sob o estribo ou chassis



VALENTIM DE CARVALHO, LDA.

95, R. NOVA DO ALMADA, 99--LISBOA

Vanguard

O AUTOMÓVEL QUE LHE CONVENEM

VIANA DO CASTELO
MAGALHÃES & RIBEIRO DA SILVA, LDA.

FAMALICÃO
MECANICA DE FAMALICÃO

BRAGA - GUIMARÃES
M. RIBEIRO & CA., LDA.

VILA REAL - BRAGANÇA
MESQUITAS, BOTELHO & ARAUJO, LDA.

PORTO
SOCIEDADE COMERCIAL
C. SANTOS LDA.

VISEU
AMÉRICA STAND

AVEIRO
TRINDADE, FILHOS, LDA.

COVILHÃ
AUTO-AÉREO DA COVILHÃ, LDA.

COIMBRA
C. SANTOS (COIMBRA) LDA.

CASTELO BRANCO
AUTO-MECANICA DA BEIRA, LDA.

LEIRIA
LOPES DOS SANTOS & MARQUES

ALCOBAÇA
TOMAZ G. MARQUES

PORTALEGRE
J. FACHA

SANTARÉM
AUTO-SANTARÉM, LDA.

ELVAS
JOSÉ DOS SANTOS GARCIA

TORRES VEDRAS
GARAGE ATLANTICA, LDA.

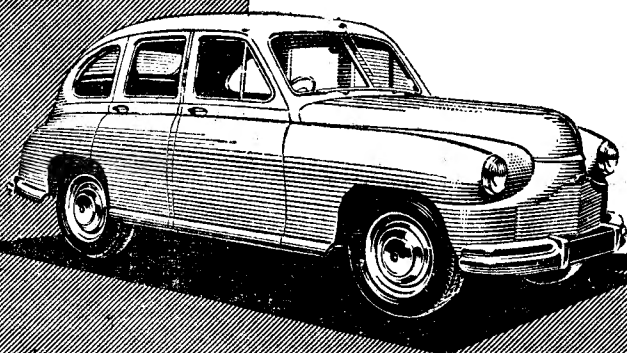
LISBOA
C. SANTOS LDA.

SETÚBAL
VELO-SETÚBAL

ÉVORA
AUTO-ÉVORA, LDA.

BEJA
ANTÓNIO MANUEL GUTTIERREZ

FARO
AMERICAN STAND



DISTRIBUÍDO EM PORTUGAL PELA ORGANIZAÇÃO C. SANTOS
EM EXPOSIÇÃO

PORTO
160, RUA DE SANTA CATARINA, 172

LISBOA
29, AVENIDA DA LIBERDADE, 41

COIMBRA
AVENIDA FERNÃO DE MAGALHÃES

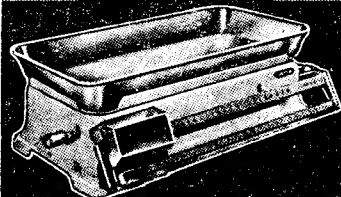
ETP

AGENTES EM TODA A PROVÍNCIA

UMA BALANÇA

INCA

É A BASE DA
ECONOMIA
DOMESTICA



A BALANÇA QUE
VALE QUANTO PESA!

A VENDA NAS BOAS LOJAS DE UTILIDADES

REPRESENTANTE: M. SIMÕES JUNIOR
Rua da Conceição, 46-48-50 - Tel. 30306 - Lisboa

AGENTES
NO NOME
SANTARÉM, L.^{da}
R. Ramalho Ortigão, 40-Tel. 24587 PORTO
AGENTES
NO CENTRO
AGÊNCIA COMERCIAL DO MONDEGO L.^{da}
Avenida da Bandeira, 2-B - COIMBRA
AGENTES
NO ALGARVE
AGÊNCIA COMERCIAL DE FARO, L.^{da}
Rua de Santo António, 59 - FARO

JUNTA GERAL DO DISTRITO AUTÓNOMO DA HORTA

CONCURSO

A comissão executiva da Junta Geral do Distrito Autónomo da Horta faz publico que, de harmonia com a deliberação que tomou em sua reunião ordinária de 3 do corrente, se acha aberto concurso documental, pelo prazo de sessenta dias, contados da segunda e ultima publicação deste anuncio no Diário do Governo, para preenchimento do lugar de director da Estação Agrária, lugar este que se encontra vago em virtude do respectivo titular ter sido exonerado a seu pedido.

O vencimento mensal ilíquido correspondente ao referido cargo é de 2.250\$00 com direito a diuturnidades e acrescimo dos respectivos supplemento e subsídios legais.

O preenchimento será feito por contrato, pelo prazo de um ano tácitamente renovavel por identicos periodos.

Só podem concorrer engenheiros agrónomos que devem apresentar na secretaria deste corpo administrativo, dentro do referido prazo, os seus requerimentos organizados e instruidos nos termos legais.

Para geral conhecimento se passou o presente, que eu, João Manuel da Silva Meneses, Chefe da Secretaria, subscrovo. Paços da Junta Geral do Distrito Autónomo da Horta, em 4 de Janeiro de 1949.

O PRESIDENTE

Norberto de Faria Amaral

COMARCA DE LISBOA

4.º Juízo Cível

No dia 21 do próximo mês de Fevereiro, ás 14 horas, á porta deste Tribunal, se há-de proceder á arrematação em hasta publica de diversos bens moveis penhorados nos autos de execução sumária que Industrial de Cantarias e Marmores, Limitada move contra António Ventura, os quais vão á praça pelos preços das respectivas avaliações.

Lisboa, 26 de Janeiro de 1949.

O Chefe da 2.ª secção de processos
Julio Cardoso Mendes

Verifiquei—O Juiz de Direito
Augusto Cesar Raposo Junior

RESTAURANTE BONJARDIM

Continua com a sua
grande novidade: **frangos e perdizes assados no espeto, que são uma verdadeira delicia**

Travessa de Santo Antão, 7
Telefone 24389

Companhia Colonial de Navegação

N/Motor «AMBOIM»
para Boston

Sairá em 30 do corrente, recebendo carga e passageiros

N/VAPOR «QUIONGA»

Sairá em 1 de Fevereiro, ás 12 horas, com escala por Leixões, recebendo carga para:

Funchal, S. Vicente, Praia e Bissau

PAQUETE «JOÃO BELO»

VIAGEM EXTRAORDINÁRIA, com escala por Leixões
Sairá no próximo dia 1.º de Fevereiro, recebendo carga e passageiros para: S. Vicente, Praia, Bissau, S. Tomé, Luanda, Lobito e Moçamedes

LISBOA - Rua de S. Julião, 63 — Telefones 30131 a 30138

Porto - Rua Infante D. Henrique, 9 — Telefone 23342

Manhã, Domingo, às 15 e às 21 horas, realiza-se

LEILÃO

DE MOBILIARIO E ADORNOS
Praça do Areeiro, n.º 10 r/c.

Por motivo de retirada urgentíssima de distinta familia estrangeira, vender-se-á pelas maiores ofertas tudo ali existente.

CONSTA de interessante mobilia de casa de jantar, estilo «Queen Anne» com cristaleira-Mobiliás de quarto de casal modernas, sendo uma polida — Papeleira e moveis de sala genero holandês — Máquina de escrever portátil em estado de nova — Candeeiros — Lanterna de ferro forjado — Louças — Vidraria fina — Talheres inox. — Bons objectos de prata estrangeira — Roupas de cama, bons cobertores, etc. — Boa bicicleta de rapaz — Bom fogão de cozinha para gaz, esmaltado, com forno — Louça de alumínio e utensílios de cozinha — Utensílios de casa de banho — Mesa e moveis alentejanos e mais objectos que estarão patentes no acto da praça.

A cargo da antiga agencia

SOARES & MENDONÇA, LTD.

Rua da Vitória, 42 — Tfs. 29880 - 47274 - 51015 e 47652—Lisboa

Os graduados da M. P. Conversações militares

concentraram-se em Mafra

240 graduados da Mocidade Portuguesa que prestam serviço nos Centros de Instrução Geral de Lisboa e de várias outras alas da Divisão da Estremadura, além doutros do Porto, seguiram hoje, em autocarros da Carris, para Mafra, onde se concentraram.

Naquela vila, onde permanecerão até ao fim do dia 31, os rapazes ficarão instalados em regime de acantonamento na Escola Prática de Infantaria. As provas, que se realizarão durante todo o dia de amanhã, constam de orientação, observação, transmissões, tiro, campismo e marcha, com transposição de obstáculos e serão dirigidas pelo major Pereira da Conceição, coadjuvado pelos capitães Sales Grade, Almeida e Brito, José Domingues, António Santos, José Pacheco, e Giacchino Ferrari, pelo inspector de Campismo, Luís Tovar de Lemos, e por um grupo de instrutores.

A partida dos graduados—que foram acompanhados pelo sr. dr. Joaquim António de Aguiar, assistente religioso—assistiu o sr. dr. Correia de Melo, subinspector do Distrito do Douro Litoral.

Hoje, á noite haverá uma sessão cultural e na segunda-feira, antes de regressarem a Lisboa, os graduados visitarão a Ericeira e Sintra.

Uma reunião de professores de Educação Física

Realiza-se depois de amanhã, 31, ás 11 horas, uma reunião dos professores de Educação Física, promovida pela comissão organizadora do respectivo sindicato, na sede do Instituto Nacional de Educação Física, na Rua Antonio Enes, 13, 1.º, a fim de serem tratados assuntos de caracter profissional, da maior importância e oportunidade.

BANTAM LITE
Key-Glo
MICRO LITE
Grand variedade
Só para revendedores
SPIRA IRMÃOS L.
Rua da Emenda, 111, 1.º - Lisboa - Telef. 27432 - 24902

Conversações militares turco-americanas

IZTAMBUL, 29—Chegou hoje a esta cidade a missão naval americana chefiada pelo vice-almirante Corney, chefe da repartição de operações do estado-maior naval americano.

Corney declarou que vinha encontrar-se com o almirante Richard Connally, chefe das forças navais americanas do Atlantico Oriental e Mediterraneo, que se encontra actualmente em Iztambul comandando uma esquadra com seis unidades. Corney e Connally visitarão em breve Ankara onde terão conversações com as autoridades militares turcas.—(F. P.).

4 MORTOS E 24 FERIDOS

numa explosão de nitrogénio

BERLIN, 29 — Morreram 4 homens e ficaram gravemente feridos 24 em consequência duma explosão que se deu na fábrica de nitrogénio de Pieseritz, próximo de Wurtemberg, na zona de ocupação russa da Alemanha. A informação acrescenta que a explosão se deu na quarta-feira, mas a notícia foi mantida em segredo por ordem das autoridades soviéticas.—(Reuter).

Uma festa em Lanceiros 2

No regimento de Lanceiros 2, realizou-se hoje uma festa dos alunos do curso de sargentos milicianos, por motivo do encerramento do mesmo. Na «mess» foi oferecido um chá a que assistiram, além do comandante e dos oficiais do regimento o sr. general D. Miguel Pereira Coutinho, governador militar de Lisboa, e oficiais de várias unidades. Em seguida, os alunos que terminaram o curso realizaram uma recita que foi muito aplaudida.

Exposição de aves canoras

Esta tarde, já á hora de fecharmos o nosso jornal, está a ser inaugurada no Ateneu Comercial, a XIX Exposição de Pombos e Aves Canoras e Ornamentais, promovida pela Associação Central de Agricultura. Foram convidados a assistir, entre outras individualidades, o director geral dos Serviços Pecuários e o director do Posto Central de Avicultura, que serão recebidos pelos membros directivos da Associação Central da Agricultura.

Explosão a bordo dum submarino Uma carta do vereador

4 mortos e 2 feridos

LONDRES, 29—A emissora de Estocolmo anunciou hoje que morreram 4 marinheiros e ficaram feridos 2 em consequência de uma explosão que se deu ontem á noite num submarino sueco ao largo de Vaholm, a 32 quilómetros a leste de Estocolmo. A explosão deu-se na camara das baterias. Três dos tripulantes tentaram em vão entrar na camara para extinguir o incêndio que deflagrou. Um caçador-minas recolheu o resto da tripulação. E' por enquanto desconhecida a causa da explosão.—(Reuter).

UMA CRIANÇA

mortalmente atropelada

POMBAL, 29 (Pelo telefone)—Esta manhã, foi atropelada, em Meirinha de Lima, terra de sua residência e naturalidade, o menor de 6 anos Celestino Mota, filho de José da Mota e Maria Camila. O automovel causador do desastre era conduzido por Manuel Rodrigues de Sousa.

Após ser conduzido ao hospital desta vila, a pobre vítima sucumbiu aos graves ferimentos.

LLOYD BRASILEIRO

VAPOR

«ALMIRANTE ALEXANDRINO»

Por este meio se avisam todas as pessoas que tinham passagens reservadas de que o navio vem completamente lotado de Hamburgo, em virtude de ter sido compelido a receber os passageiros transbordados do vapor «SANTAREM», que sofreu um acidente á saída do porto de Rotterdam.

O vapor «CUIABÁ», em fins de Fevereiro, substituirá o «ALMIRANTE ALEXANDRINO».

António Maria Pereira

«Sr. director do «Diário de Lisboa»:—O arquiteto sr. Keil do Amaral, presidente do Sindicato dos Arquitectos, na entrevista concedida ao «Diário de Lisboa», declara que em sessão publica da Camara se afirmou que as rendas das casas de renda limitada não foram respeitadas. Como fui eu quem na Camara levantei a questão, desejo esclarecer que não me referi ás rendas mas sim aos trespasses clandestinos que os proprietários exigiam aos inquilinos, lastimando que a ambição humana deturpasse uma tão simpática iniciativa oficial. Sei que o Governo reprimiu imediatamente essa indigna especulação. Hoje lastimo mais que cabeças pensantes deturpem também, não por ambição, mas por outras intenções, o significado de tão louvável medida. E pasmo como é possível em consciência aceitar-se o cargo de dirigente corporativo sem se estar integrado na mistica do Corporativismo, pelo que concluo que os defeitos atribuídos a esta ética social provêm da incompreensão com que certos dirigentes desempenham os cargos. De V. etc.—António Maria Pereira».

O chefe do distrito visita

Castanheira do Ribatejo

VILA FRANCA DE XIRA, 29 (Pelo telefone).—Amanhã, pelas 10 e 30 o governador civil de Lisboa, acompanhado pelo presidente da Camara Municipal de Vila Franca de Xira e por outras autoridades locais, visitará a vila de Castanheira do Ribatejo, onde foi inaugurada, há pouco tempo, a rede de energia eléctrica.

O chefe do distrito visitará também as obras em curso no edifício da Casa de S. José, para recolha de menores do sexo feminino, magnífica iniciativa da sr.ª D. Julia Vanzeller Palha e para a qual o ministro das Obras Publicas deu uma participação.

Depois destas visitas, realiza-se uma sessão solene na sede da Junta de Freguesia de Castanheira do Ribatejo.

Aproveite este belo fim de semana

29, 30 e 31 feriado

para passar no MAR-LINDO, Praia de Santa Cruz, Tel. 6 RESTAURANTE E SALÃO DE CHÁ, com bonitos quartos generos pousada. Ambiente distinto e alegre. Sossego absoluto. Serviço de mesa delicioso. Conheça o MAR-LINDO e não se arrependerá. A Praia de Santa Cruz tem campo de aviação com avionetas para voos de recreio e baptismo.

EDISON SWAN CABLES LTD.

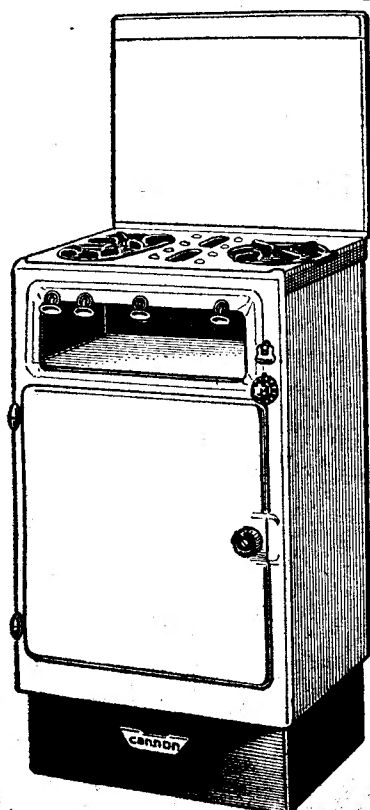
Cabos electricos de todos os tipos

REPRESENTANTES EXCLUSIVOS

E. PINTO BASTO & C.ª, L.ª

STAND DE EXPOSIÇÕES: TRAVESSA DOS REMOLARES, 5-LISBOA

NO PORTO — KENDALL PINTO BASTO & C.ª, LD.ª



CANNON

Fogões e Caloríferos a gás

os mais recentes modelos desta reputada marca, modelos simples e de móvel com e sem controle automático de calor

Um produto da indústria britânica

Em exposição e venda com facilidades de pagamento no representante exclusivo:

AGENCIA COMERCIAL IRAMA

Largo S. Julião, 12, 2.º

Lisboa

Telef. 21793

Exploração da cantina da estação de caminhos de Ferro de Portalagre

A C. P. aceita propostas, em carta fechada, dirigidas ao Serviço do Tráfego, Largo dos Caminhos de Ferro, em Lisboa, até ás 16 horas do dia 7 de Fevereiro do ano corrente, para a exploração da referida cantina, até 31 de Dezembro de 1950, conforme Aviso que se encontra afixado em diversas estações e apeadeiros da rede geral desta Companhia.

As condições em que é feita a concessão podem ser examinadas no Serviço do Tráfego, em Lisboa.

Edições da Renascença Gráfica

Rua da Rosa, 57, 2.º
PORTUGUESES EM ROMA, por Norberto de Araújo 10\$00
O LIVRO DO NOSSO AMOR, por Silva Tavares ... 8\$00
BIBLIOGRAFIA DE MAFRA, por João Paulo Freire (Mário) ... 20\$00
MAIS VALE ANDAR NO MAR ALTO, por Norberto Lopes
ALBUM DE CARICATURAS, por Francisco Valença 10\$00

Um pedido

A C. P. agradece que lhe indiquem as deficiências notadas nos seus serviços. O publico é ainda o melhor informador.

ALEGRE O SEU LAR

Emerson Rádio

Super 5 modernas válvulas

Lindas e atraentes caixas em cores próprias para qualquer dependência de um lar proprio

MODELOS DESDE ESC. 980\$00

(Prestação mensal desde Esc. 58\$80)

A VENDA EM TODAS AS BOAS CASAS

Distribuidores gerais:

Costa & Brito, L.ª — Rua da Conceição, 35, 1.º — Lisboa

Peçam catálogo elucidativo com plano de vendas

Despacho de volumes nos transportes de remessas da tarifa Tranvias

8/108 destinadas a Lisboa

A C. P. solicita dos Ex.ªs Expetes de tranvias, podem transportar volumes até 20 kgs., destinados a entrega a preços reduzidos, pequenos volumes nas estações de Lisboa, a indicação, como estação de destino, de Lisboa-P., de preferência á de Lisboa-R., visto ser possível dar maior accleramento a essas remessas.

Se tiver interesse em conhecer o custo do transporte, dirija-se á esta boa-R., visto ser possível dar maior accleramento a essas remessas.

Chegou-se a acordo em Londres

Os trabalhos preparatórios da União Europeia

(Continuação da 1.ª pág.)

maioria da opinião publica britânica, que recentemente exerceu pressão considerável para desvanecer os escrúpulos e inquietações dos seus chefes políticos.

Por outro lado, a Itália é incluída na União Europeia, verificando-se que o conde Sforza não errou ao confiar a defesa da causa do seu país ao ministro francês Robert Schuman, que soube ser persuasivo.

O âmbito da União Europeia será tornado ainda mais extenso, mas dá-se a entender que não convirá enviar convites demasiadamente públicos para não embaraçar países que poderão vir a fazer parte da União, mas que estão precisamente a ponto de definirem a sua posição a este respeito: alude-se assim bem claramente a pelo menos duas das três potências escandinavas. Para mais tarde, pode-se considerar ainda a inclusão da Alemanha na União Europeia.

No que diz respeito ao reconhecimento «de facto» do Estado de Israel, os cinco ministros aprovaram em suma a atitude que a França há muito tempo preconizava e já tornou pública.

Também se chegou a acordo unânime a respeito do Pacto do Atlântico. Mas, como se trata duma questão em que os Estados Unidos e o Canadá estão directamente interessados, os cinco ministros das potências europeias nada mais poderão fazer do que comunicar a Washington a sua maneira de ver o problema.—(France Presse).

As relações entre a Comissão Ministerial e os corpos consultivos

LONDRES, 29.—Nos círculos oficiais

ingleses dão-se os seguintes esclarecimentos acerca dos «corpos consultivos» que, com a Comissão Ministerial, devem constituir o Conselho da Europa: A iniciativa da elaboração do seu programa de trabalhos—de que serão excluídas as questões da defesa—compete aos seus membros e à Comissão Ministerial, a qual se reserva, no entanto, o direito de «veto» sobre a escolha dos problemas a discutir. As decisões serão tomadas por maioria. Cabe ao órgão permanente dos Cinco fazer recomendações sobre as modalidades dessa maioria ou, por outras palavras, examinar a questão de saber se se votará por maioria simples, absoluta ou de dois-terços. Nenhuma votação em bloco será obrigatória. Este ponto representa uma concessão por parte da Grã-Bretanha, a qual insistia até agora na aplicação deste sistema.

A escolha das delegações aos «corpos consultivos» será feita tendo em conta a Constituição de cada país participante. O Governo britânico poderá, nestas condições, conforme a tese defendida sempre por Bevin, nomear ele próprio os membros da sua delegação. Isto representa uma concessão da França e dos países do Benelux, que reivindicavam para os seus parlamentos o direito de nomear os representantes junto dos corpos consultivos. Dado o estado em que se encontra a questão, há razões para crer que o Conselho da Europa será brevemente uma realidade.—(F. P.).

Comentários britânicos

LONDRES, 29.—A Imprensa londrina anuncia esta manhã em grandes títulos a decisão das potências signatárias do Pacto de Bruxelas de esta-

belecerem um Parlamento Europeu. A maior parte dos jornais contenta-se com publicar o texto do comunicado dos Cinco. Só o «Times» e o liberal «News Chronicle» dedicam um artigo de fundo ao acontecimento.

O «Times» escreve: «O acordo acerca da forma que tomará a União Europeia é de importância capital» e deve-se felicitar os governos por este novo passo para a União Ocidental. «No entanto—salienta aquele jornal—existem ainda divergências fundamentais. A maior parte dos franceses, e talvez também dos belgas e holandeses acha normal que os laços entre as potências ocidentais sejam mais estreitos e diferentes das relações que poderiam ter outras potências. Esperam que os ingleses partilhem os seus pontos de vista sem ter em consideração os laços que unem a Grã-Bretanha aos Domínios. As relações da União Europeia com os Estados Unidos constituem também uma questão delicada. Finalmente, será esta União Ocidental uma terceira força mundial como o julgam alguns franceses, ou somente uma comunidade atlântica mais vasta, compreendendo os Estados Unidos, o Canadá e talvez as repúblicas sul-americanas?»

Por seu turno, o «News Chronicle» regozija-se sem reservas com este animador avanço no caminho da Europa Unida» e acrescenta que «passando por cima dos acanhados preconceitos dos partidos, Bevin mostrou-se um bom europeu».—(F. P.).

Quais são as atribuições do marechal Montgomery e do estado-maior de Fontainebleau

PARIS, 29.—Nas esferas militares geralmente bem informadas, endende-se que a natureza do que geralmente se chama o estado-maior de Fontainebleau é mal interpretada. Lembra-se que o título do marechal Montgomery é «presidente do Conselho de Defesa da União Ocidental». O trabalho que compete efectuar divide-se em três etapas distintas:

1.º—Contacto entre oficiais dos grandes estado-maiores das cinco nações da União Ocidental.

2.º—Recenseamento das possibilidades em homens e material.

3.º—Elaboração de uma política estratégica que englobe simultaneamente a distribuição das funções nos diferentes teatros de operações e os programas de construção de material, abastecimento das tropas e distribuição deste.

Nota-se naquelas esferas que, até agora, apenas se transpuseram as duas primeiras etapas. O recenseamento do potencial humano é um trabalho delicado que exige muitas e minuciosas sondagens além de uma franqueza absoluta da parte de cada um dos participantes no Tratado de Bruxelas. Trata-se de saber quais são os efectivos que poderão ser postos em linha, o seu grau de instrução e o grau de instrução dos quadros. Quanto ao material, é preciso determinar as exigências e os meios de fabrico de que cada um deles dispõe. Este inventário tem por fim determinar quais são os melhores tipos de armas a conservar e desenvolver e a capacidade de produção das diferentes nações interes-

sadas. Consequentemente, é este trabalho no seu conjunto que presentemente chama a atenção dos membros da missão militar, tanto em Londres, como em Fontainebleau. No entanto, explica-se nas referidas esferas militares, esta tarefa não exclui os estudos estratégicos com vista à utilização eventual dos meios de que se dispõe. Procurou-se, por exemplo, assentar nos teatros de operações susceptíveis de serem defendidos em caso de agressão. De maneira teórica e absolutamente provisória, a linha defensiva foi definida em toda a extensão do Reno.

A medida que se forem desenvolvendo os meios defensivos das nações ocidentais, esta linha será deslocada mais para leste. Entretanto, não se discutem os problemas que excedem a competência dos ministros da Defesa, problemas que devem ser previamente solucionados pelos cinco ministros dos Negócios Estrangeiros.

Com respeito às realizações em curso, frisa-se que Paul Ramadier, ministro da Defesa Nacional francês, declarou ao terminar a última conferência de Bruxelas que o problema da uniformização dos armamentos não tinha sido discutido. Isto é confirmado pelo facto de que em França, por exemplo, o fabrico dos tipos de armamento ligeiro foi intensificado ultimamente. Contudo, é possível que num futuro próximo certas fabricações sejam interrompidas em benefício da uniformização dos armamentos não tinha armamento simultaneamente de serem adoptados simultaneamente pelos cinco exércitos dos países signatários do tratado de Bruxelas.—(F. P.).

O Pacto do Atlântico

A sua assinatura está dependente de considerações de natureza estratégica

(Por Gustave Aucouturier)

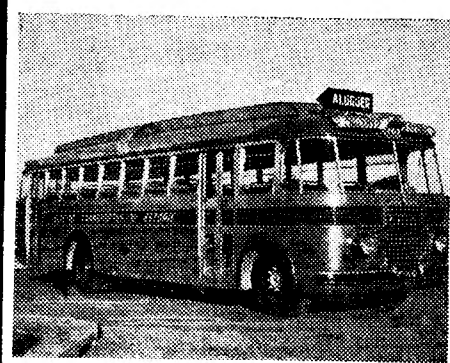
PARIS, 29.—Entre as questões que os ministros dos Negócios Estrangeiros dos países signatários do Pacto de Bruxelas discutiram agora na reunião que tiveram em Londres, avultam pela importância a União Europeia e o Pacto do Atlântico.

Pelo menos a respeito da última, chegou-se à fase em que todos estão de acordo quanto aos princípios, faltando agora combinar o modo de aplicar esses princípios.

Essas condições práticas derivam de considerações de natureza estratégica. A eventualidade duma agressão contra um dos países signatários, e a forma de intervenção dos restantes nessa eventualidade. Sabe-se que os Estados Unidos têm preceitos constitucionais que impedem a entrada do país em guerra sem o cumprimento de certas formalidades, que necessariamente levam seu tempo. E também convém não esquecer que a Inglaterra ainda não renunciou por completo ao seu velho dogma da «insularidade». A área de segurança em que funcionaria o dispositivo da defesa dos signatários do pacto, na opinião de alguns, seria suficientemente completada pelos países escandinavos, ou pelo menos pela Noruega e pela Dinamarca, já que é forçoso renunciar a fazer sair a Suécia duma neutralidade tradicional.

O desejo manifestado pela Itália de ser incluída na União Ocidental foi muito bem acolhido. Na Inglaterra e nos Estados Unidos manifestam consideração como pura imaginação a hipótese duma acção agressiva no Mediterrâneo Ocidental. Além de ue, ao que parece, se especula um tanto apressadamente com a evolução em

que se encaminha a Jugoslávia, parecem entender na Inglaterra e nos Estados Unidos que a força viva do agressor eventual é principalmente formada por uma massa humana que poderia pôr em movimento, e que por isso só em terra firme teria possibilidade de efectuar operações rápidas e perigosas para os atacados. Diz-se mesmo que bastariam algumas horas para neutralizar uma agressão no Mediterrâneo Ocidental. A isto respondem os franceses que prever e codificar sob forma de tratado, tal neutralização, por hipotética que seja, não prejudicaria ninguém. Esta maneira de ver da França não terá daqui por diante que se defrontar com oposição categórica, pois que se a Itália ainda não foi convidada a aderir ao Pacto do Atlântico, os cinco ministros do Tratado de Bruxelas acabam de resolver convidá-la em breve para entrar para a União Europeia.—(F. P.).



AUTOMOVEIS

AUTO-CARS DE ALUGUER

Todo pais e Estrangeiro
Carros Luxo p.º casamento

«STALL»

Rua Santa Marta, 57-A

Telefones 43753 53033 S.º R.VIÇO P.º R.MANENTE

